

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CARINA FERREIRA GUEDES

**Acolhimento institucional na assistência à infância:
reflexões a partir da experiência de um abrigo**

São Paulo
2013

CARINA FERREIRA GUEDES

**Acolhimento institucional na assistência à infância:
reflexões a partir da experiência de um abrigo**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Social

Orientadora: Profa. Ianni Regia Scarcelli

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Guedes, Carina Ferreira.

Acolhimento institucional da assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo / Carina Ferreira Guedes; orientadora Ianni Regia Scarcelli. -- São Paulo, 2013.

118 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Abrigos 2. Infância 3. Psicanálise 4. Estatuto da Criança e do Adolescente 5. Institucionalização I. Título.

HF5500

Nome: Guedes, Carina Ferreira

Título: Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Ao Kleber,
marido e companheiro de comemorações,
viagens e refeições,
meu amor*

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo incentivo e confiança, e por tolerarem minha bagunça, tantas vezes necessária.

À Ianni, pela orientação precisa, que permitiu que a pesquisa se centrasse no que de fato importava.

À Fernanda, Ingrith e Julia, pelos primórdios do grupo de estudos, espaço que possibilitou que angústias tão cruas se transformassem em querer-saber, resultando não só na ideia de fazer mestrado, mas também na criação do Núcleo Entretempos. Especialmente à Fê, por compartilhar de forma tão intensa, profícua e prazerosa os mais diversos momentos de nossa trajetória profissional.

À Bel Kahn, pelo acompanhamento desde o grupo de estudos e pelos importantes comentários na banca de qualificação que me permitiram autorizar-me a relatar minha experiência.

À Marlene Guirado, pela valiosa sugestão do capítulo das cenas, que tornou-se tão querido depois de escrito.

Ao grupo de orientação, pelo apoio que só um grupo pode oferecer, e por proporcionar discussão tão inspiradoras.

À Bel, Carol, Helô e Marjorie, amigas de graduação tão queridas.

À Beatriz, minha analista, pela escuta que possibilitou que o peso ‘a mais’ que muitas vezes dava às coisas se esvaísse.

Aos meus irmãos, Carlos e Camila, pelo aprendizado que só uma convivência entre irmãos pode proporcionar. Ao meu irmão e à Mariane, pelo resumo em inglês.

Ao Kleber, por acreditar (às vezes com mais convicção do que eu), por me ajudar nas insistentes indecisões e pela companhia, da prova de seleção ao fim da dissertação.

À secretaria do PST, em especial à Nalva, pela paciência nas explicações.

Ao CNPq, pela bolsa concedida.

E, sobretudo, às crianças e funcionárias do abrigo, que estiveram presentes nesse percurso, não só nos momentos marcados pelos encontros cotidianos, mas também depois da despedida. Vocês me acompanharam, seja pelas histórias e notícias, que sempre chegam, seja nos sonhos, sempre tão verdadeiros.

- *O que andas a fazer com um caderno, escreves o quê?*

- *Nem sei, pai. Escrevo conforme vou sonhando.*

- *E alguém vai ler isso?*

- *Talvez.*

- *É bom assim: ensina alguém a sonhar.*

- *Mas pai, o que passa com esta nossa terra?*

- *Você não sabe, filho. Mas enquanto os homens dormem, a terra anda a procurar.*

- *A procurar o quê, pai?*

- *É que a vida não gosta de sofrer. A terra anda procurar dentro de cada pessoa, anda juntar os sonhos. Sim, faz conta ela é uma costureira de sonhos.*

Mia Couto

Resumo

Guedes, C. F. (2013). Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tendo como referência o trabalho desenvolvido em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, esta pesquisa faz uma reflexão sobre o cotidiano desses serviços a partir da discussão sobre o lugar no discurso social em que são colocadas as crianças e suas famílias, bem como a instituição e seus agentes. É realizada uma retomada histórica das práticas de assistência à infância, bem como uma contextualização do acolhimento institucional no âmbito político-jurídico e de sua situação atual no Brasil e em São Paulo, de modo a problematizar como esse contexto atravessa a prática diária. A hipótese trabalhada é de que os diversos momentos do cotidiano dessas instituições são constituídos por modelos de práticas que formaram a assistência à infância – a caritativa, a filantrópica e a do Estado de Bem-Estar Social-, cada uma atribuindo, em seu discurso, posições e funções específicas às famílias e aos agentes institucionais. A partir de cenas desse dia a dia, é discutida essa hipótese, à luz da psicanálise, de modo a pensar nas implicações subjetivas dessas diferentes posições discursivas, tendo como eixo as relações de reconhecimento, bem como suas fricções. O conceito de narcisismo e a noção freudiana de Inquietante (*Unheimlich*) ganham destaque nessa análise ao auxiliarem na compreensão dos afetos e complexidades envolvidos nas relações de alteridade desse campo. A partir dessas discussões, procura-se apontar para alguns eixos pelos quais pode se orientar o fazer psicanalítico nessas instituições, ressaltando-se a importância da consideração da singularidade, bem como dos “impossíveis” desse trabalho.

Palavras-chave: Abrigos; Infância; Psicanálise; Estatuto da Criança e do Adolescente; Institucionalização.

Abstract

Guedes, C. F. (2013). Institutional care in the assistance to childhood: reflexions from the experience of a shelter. Dissertation (Masters degree in Psychology), Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo.

This research brings a reflexion on daily children and adolescents care based on the work developed in an institution (shelter). It is based on the emplacement of children and their family, as well as the institution and their agents, into the social discourse. It is carried out a historical resume on the practice of childhood assistance and a political-legal contextualization on institutional care and its current situation in Brazil and São Paulo to discuss how these features affect daily practice. The hypothesis adopted here is that several routine procedures in these institutions consist on practice models that framed childhood assistance – the charitable, the philanthropic and the State of Social Welfare -, each one assigning specific positions and functions to families and institutional agents. This hypothesis is discussed from the psychoanalysis point of view using information from these day-to-day events in order to consider the subjective implications of different discursive positions based on recognition relationships and their frictions. The concept of narcissism and the freudian notion of Uncanny (*Unheimlich*) are highlighted in this analysis as they support the understanding of affections and complexities involved in alterity relations. As a result, this research aims to point out some psychoanalysis guidelines in these institutions, emphasizing the importance of considering the singularity as well as the “impossibilities” of this work.

Key-words: Shelters; Childhood; Psychoanalysis; Children and Adolescent Code; Institutionalization.

Sumário

Introdução	12
Entre a experiência no abrigo e a pesquisa: a escrita	12
Construção de uma hipótese	15
Capítulo 1: Sobre os modelos e a história da assistência à infância	19
1.1 Modelos de assistência à infância	20
1.1.1 O modelo caritativo	20
1.1.2 O modelo filantrópico	22
1.1.3 O modelo do Estado de Bem-Estar Social	26
1.2 Modelos de assistência à infância: rupturas e complementaridades	28
Capítulo 2: O acolhimento institucional e seus contextos na atualidade	31
2.1 O Contexto político-jurídico	31
2.2 Contextualizando os serviços e as situações de acolhimento institucional	35
Capítulo 3: Cenas do cotidiano	42
3.1 A instituição e sua história	42
3.2 Primeiras impressões	44
3.3 A rotina	45
3.4 Destituições	47
3.5 Mãe que é mãe...	51
3.6 Mudança de casa	52
3.7 Dar conta	53
3.8 Quem mora no abrigo?	54

3.9 O voluntariado e seu avesso	57
3.10 O abrigo pode ser um lugar de cuidado?	60
3.11 Brincadeiras	63
3.12 Diagnósticos	65
3.13 Riscos	67
3.14 Visitas domiciliares	70
3.15 Restituições	72
3.16 Despedidas	73
Capítulo 4 – Acolhimento institucional na assistência à infância	76
4.1 O cotidiano e seus paradigmas	76
4.2 Do eu ao outro, do outro ao nós	89
4.3 Qual lugar para a subjetividade?	99
Últimas indagações	110
Referências	113

Introdução

Entre a experiência no abrigo e a pesquisa: a escrita

As questões que instigaram e provocaram essa dissertação tiveram como referência o trabalho realizado em uma instituição de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Como psicóloga, recém-formada, fui contratada para trabalhar em um abrigo. Cerca de dois anos depois, ingressei no Programa de Pós-Graduação e, concomitantemente, deixei de trabalhar na instituição. Apesar do desligamento, meu tema de pesquisa versava justamente sobre o acolhimento de crianças, na busca de problematizar os motivos de institucionalização. No decorrer da pesquisa, entretanto, a questão foi se transformando e, em sua versão final, constitui-se principalmente uma reflexão e discussão de cenas e histórias vividas na instituição. Pode-se dizer, parafraseando o compositor Tom Zé, que eu me despedi para poder voltar.

É na relação de continuidade e descontinuidade desses dois âmbitos – pesquisa e experiência de trabalho – que a dissertação se insere.

A experiência prática, tal como foi vivida, é provocadora e produtora de questões. A possibilidade de reflexão e construção de conhecimento a partir do contexto de trabalho implica a valorização dos impasses e complexidades presentes no cotidiano: é necessário permitir que a prática mostre-se não completa, na sua impossibilidade de dar conta de tudo ou responder a todos, para que seja possível, a partir dessa incompletude, ou muitas vezes excesso, transformar algo disso em uma pergunta de pesquisa.

A consideração dessa dimensão da prática envolve atentar para os afetos provocados nos profissionais diante das situações recorrentes nesse cotidiano: histórias de violências e negligências e demandas de relações intensas que mobilizam os mais variados afetos nos envolvidos, do amor ao ódio, da alegria à angústia, do sentimento de impotência à necessidade de fazer algo por eles. Para que estas afetações possam se transformar em instrumentos potentes no trabalho é necessário considerar e priorizar as singularidades dessas relações, de olhá-las e discuti-las no caso a caso e em seus detalhes. Trabalho este delicado, na medida em que implica pensar tais afetos como produções decorrentes de cada encontro na sua relação com o contexto institucional e social.

É nesse ponto que se localiza a escolha pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Parte-se da premissa de que atentar e pesquisar sobre o contexto social no qual se insere o público alvo dos serviços pode oferecer subsídios para a problematização das práticas nessas instituições. A psicanálise, marcada pela escuta do singular, pode também contribuir na construção de ações institucionais que levem em consideração os afetos produzidos nessas relações, bem como os desejos e as singularidades dos sujeitos envolvidos.

A aposta nessa via de análise é em decorrência da convicção de que ela pode possibilitar a formulação de embasamentos teóricos que efetivamente dialoguem e interpelem as práticas, assim como permitir a elaboração de políticas e programas que considerem a complexidade existente nesse cotidiano.

Na última década, o campo da assistência social, como política pública no Brasil, tem sido marcado pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a criação, a municipalização e o reordenamento de diversos serviços, entre eles as instituições de acolhimento institucional. Tendo em vista a especificidade desse momento, torna-se relevante refletir sobre a ação dos psicólogos nessas instituições, de modo a auxiliar na construção de referenciais que possam nortear uma ética para essa atuação.

Assim, a produção de conhecimento que tenha como origem os cotidianos institucionais e que retorne a eles trazendo outros prismas de análise e contribuindo para a discussão das práticas realizadas é passo fundamental nesse campo. Nessa trajetória há uma transformação em jogo, na medida em que esse percurso possibilita re-situar questões e reflexões. No momento da pesquisa, responde-se a partir de um outro lugar, o que permite a revisitação de cenas e histórias. Há, nesse sentido, uma relação de descontinuidade entre prática e pesquisa, dado que as questões trabalhadas em cada âmbito são de ordens diferentes. Em um sentido semelhante, escreve Figueiredo (1993) que uma das funções da teoria:

é a de abrir no curso da ação o tempo da indecisão, o do adiamento da ação, tempo em que podem emergir novas possibilidades de ver, de escutar, de falar. (...) Mas vejam bem, não se trata de pensar apenas a proximidade e a complementariedade entre teorias e práticas, mas de pensar suas distâncias e diferenças: manter a tensão é deixar que a prática seja um desafio à teoria e que a teoria coloque problemas para a prática (p. 8).

Nesta dissertação, a escrita de cenas e histórias vivenciadas na instituição tem função fundamental nessa passagem de um campo a outro. Escrevê-las corresponde ao exercício de transformação de uma cena em palavra escrita; reescrevê-las, tal como foi necessário, permite

experimentalizar novos modos de contar e, conseqüentemente, novas formas de pensar o ocorrido.

Nesse aspecto, é importante mencionar os diversos momentos de escrita das cenas e histórias que se encontram no texto em sua versão final. Durante o período de trabalho na instituição, registrei algumas impressões em forma de anotações de visitas domiciliares e conversas com as crianças ou familiares, registros de reuniões etc. O objetivo dessas anotações estava vinculado ao acompanhamento dos casos, a partir do lugar institucional de psicóloga. Após meu desligamento da instituição e ingresso no Programa de Pós-Graduação, realizei uma redação mais sistemática, ao estilo de um “diário de campo pós campo”. Nele, escrevi tanto sobre o funcionamento da instituição e minha inserção nela, quanto sobre alguns casos acompanhados e impressões. É importante ressaltar que, nesse momento da pesquisa, a questão ainda versava sobre os motivos de acolhimento e o método incluía uma pesquisa de campo, a partir da análise dos processos jurídicos e entrevistas com familiares. Assim, a escrita desse diário tinha como um dos objetivos pensar quais seriam os casos escolhidos para análise na dissertação. Na ocasião da discussão desse material, entretanto, concluiu-se que as histórias e reflexões escritas já eram um campo suficiente de análise!

A partir dessa mudança, foi possível pensar na relevância de pôr a público histórias e temáticas presentes no cotidiano de uma instituição, que certamente se repetem em outras. De forma semelhante, foi ponderado que algumas das questões, dificuldades e aprendizados ao longo desse período de trabalho podem também, de alguma maneira, serem vividos por outros profissionais e, por este motivo, são interessantes de serem compartilhadas.

Algumas cenas e histórias desse diário foram re-escritas para o exame de qualificação e depois novamente trabalhadas para o texto final. Muitas cenas também foram acrescentadas durante esse percurso, de modo a oferecer uma visão abrangente sobre os diversos momentos do cotidiano dessas instituições.

Assim, a maioria das cenas foi escrita diversas vezes, em diferentes formatos, a partir de diferentes prismas de análise e objetivos. Longe de se configurar como uma distorção ou como uma busca pela verdade dos fatos, esse processo acompanhou e esteve em consonância com o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Frayze-Pereira (2004), a própria experiência psicanalítica problematiza a ideia de haver uma única maneira de narrar uma história, um caso clínico, um acontecimento: “a história clínica é uma re-descrição, uma re-narração da ação que é o tratamento cuja história mesma é modificada pelo próprio fato de ser narrada” (p. 33).

As histórias apresentadas, portanto, configuram-se como construções e o relato, como metáforas do acontecido. Nesse sentido, diz Bosi (1994, p. 55):

lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. (...) O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

A escrita das cenas é, desse modo, uma revisitação *a posteriori* das histórias ocorridas na instituição. Este termo – *a posteriori* – é utilizado por Freud ao longo de sua obra para designar que a significação de acontecimentos ocorre apenas em um momento posterior. Esta noção está em consonância com sua formulação de aparelho de memória e psíquico formulado em *Nota sobre o “Bloco Mágico”* (1925/ 2011). Neste texto, Freud escreve que as experiências do sujeito resultam em inscrições em sua psique que se conectam e se desconectam com outras inscrições anteriores, segundo semelhanças de tempo, lugar, sentido, afetos relacionados etc. Dessa maneira, tanto as novas inscrições são significadas a partir das conexões estabelecidas, quanto podem ressignificar as inscrições anteriores.

As histórias relatadas e seu percurso de escrita correspondem à construção realizada por este movimento de revisitação *a posteriori*, a partir do lugar de pesquisadora. Esse deslocamento, tanto temporal, quanto de lugar institucional, atravessa o processo de escrita das cenas, possibilitando-a e limitando-a. Nesse sentido, sugere Frayze-Pereira (2004) que o modo de narrar pode ser revelador do modo de tratar. Assim, as transformações apontadas no relato escrito constituem-se não como deformações, mas como metamorfoses que, em suas formas, revelam os caminhos pelos quais o relato e a própria experiência foi atravessada.

Construção de uma hipótese

Ao entrar na instituição, deparei-me com uma multiplicidade de tarefas e demandas: “trabalhar” com famílias de crianças e adolescentes acolhidos, construir um projeto de acolhimento para cada criança, acompanhar seus “casos” junto às Varas de Infância e da Juventude e suas situações escolares e de saúde¹. O cotidiano da instituição e sua relação com o fora também se configurava como um dos objetos de trabalho: realização das agendas das crianças, coordenação da rotina “como vai/como volta/quem leva/quem busca”, manutenção

¹ Atividades realizadas em conjunto com a assistente social da instituição e coordenadas pela gerente de serviços.

de uma relação com a comunidade, além da intermediação de conflitos entre crianças, entre crianças e funcionários ou entre a equipe. Somavam-se também situações e demandas emergenciais: levar fulano ao pronto-socorro, comprar material de limpeza, arrumar o almoxarifado etc.

Diante dessa abrangência, o risco que se apresentava era de que essas demandas e campos diferentes de trabalho fragmentassem as ações por meio de execuções de tarefas pontuais. Por outro lado, era também essa abrangência de campos de atuação que possibilitava ao trabalho contemplar as diferentes esferas das vidas das crianças e adolescentes acolhidos. Permitia ainda usufruir das diversas relações e contextos, de modo a produzir, a partir delas, outras formas de encontros e subjetivações possíveis.

Para que essas diversas tarefas e demandas pudessem se configurar como espaços de construção, e não de mera reação, tornou-se imprescindível desconstruir a compressão de que esses diferentes pedidos e ações eram apenas aspectos diversos presentes no mesmo cotidiano. Foi necessário colocar em questão por que, para que e por quem eram essas ações, o que permitiu redimensionar os sentidos possíveis desses diferentes momentos.

Esse aprendizado, decorrente do percurso na instituição, transformou-se em um dos pressupostos da pesquisa. Entretanto, emergiu outra questão: se não eram apenas momentos presentes no mesmo cotidiano, o que teriam em comum? A ideia desenvolvida nesta dissertação prioriza um eixo possível dessa ligação: as posições² estabelecidas pelos discursos. A hipótese trabalhada é de que os pedidos demandados, assim como a forma com que são ou não respondidos, são constituídos pelo atravessamento do lugar no discurso social em que são colocadas essas famílias e a situação de institucionalização das crianças e adolescentes e, retroativamente, a instituição de acolhimento e seus agentes.

A partir das contribuições de Foucault (1970), o discurso é entendido como um dispositivo, uma prática social organizadora da realidade. Para além de uma relação entre palavra e coisa, constitui-se como um conjunto de regras que, em ato, põe em funcionamento enunciados e relações. Foucault (1970) destaca que esse sistema de regras discursivas visa à regulação do acaso e do controle, por meio de sistemas de exclusão: a

² Ao longo da dissertação, são utilizados os termos “posição” e “lugar” para se referir às configurações subjetivas-sociais desenhadas pelas práticas discursivas. Em linhas gerais, preferimos o termo “posição” para ressaltar o jogo de posicionamento designado pelas relações discursivas. O termo “lugar” foi utilizado para indicar essas configurações em seus termos mais gerais, enfatizando, em certa medida, a noção de espaço designado e ocupado de acordo com as posições assumidas. É importante ressaltar, entretanto, que estes termos estão intimamente relacionados.

palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Ou seja, controla-se o acaso, o caráter fortuito do acontecimento discursivo, por meio da instituição do que pode ou não ser dito, por quem, aonde, e do que precisa para ser acreditado como verdade.

Dessa noção de discurso é destacada sua correspondência a uma prática que desenha, no seu próprio acontecimento, lugares e subjetividades (Guirado, 2009). Não se trata de um sujeito, a priori, que expressa suas ideias ou suas opiniões pelo discurso, mas sim de um sujeito “construído nas e pelas relações discursivas concretas, empíricas e especificamente ligadas a práticas regionais. A questão da enunciação, paradoxalmente, põe em cena um sujeito que produz discurso e, no mesmo ato, é produzido por ele” (Guirado, 2009, p. 106). Nesse sentido, é possível considerar que tais lugares correspondem a uma posição duplamente subjetiva e social, na medida em que envolvem um jogo de atribuições, identificações e reconhecimentos e que, em última instância, colocam em xeque a própria divisão entre os campos subjetivos e social.

A ideia desenvolvida é de que esses lugares são constituídos pelos modelos discursivos construídos ao longo da história da assistência à infância. Embora em termos históricos as diferentes formas de assistência à infância tenham prevalecido em momentos diferentes, muitas vezes se apresentando como forma de superação uma da outra, elas se constituem como paradigmas de ação que desenham, cada uma, objetivos às práticas e lugares aos envolvidos. O objetivo é mostrar como esses modelos de assistência estão presentes nos momentos institucionais e que sua problematização pode permitir um outro lugar na escuta e nas ações nas instituições de acolhimento institucional.

A psicanálise se insere nessa discussão ao privilegiar a dimensão inconsciente dessas relações estabelecidas, bem como ao possibilitar o questionamento das motivações e objetivos dessas ações. Nesse sentido, ela pode ser um referencial, entre outros possíveis, para subsidiar a construção de uma ética para essa atuação.

A partir dessas considerações, a dissertação está estruturada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, é apresentado um recorte da história da assistência à infância, delimitando três modelos que constituíram essa prática: o caritativo, o filantrópico e o de Estado de Bem-Estar Social. São enfatizadas as concepções que os fundamentam, procurando estabelecer as posições discursivas que designam. Abre-se também para pensar na possibilidade de construção de práticas que aglutinem esses diferentes modelos.

O capítulo seguinte é dedicado a montar um cenário atual sobre a situação do acolhimento institucional no Brasil e em São Paulo. Na primeira parte, são situados os marcos político-jurídicos que orientam essas instituições. Em seguida, são apresentados alguns resultados de pesquisas que visaram a conhecer a realidade dos abrigos e das situações de acolhimento, no intuito de contextualizar o cotidiano dessas instituições, bem como de precisar as discrepâncias entre o preconizado pelos marcos legais e as práticas estabelecidas.

No capítulo 3 são relatadas cenas e histórias do cotidiano institucional. Estão agrupadas em subtítulos na intenção de organizar o material a partir de temáticas e questões que orientaram sua escrita.

No capítulo 4 é retomada a hipótese inicial, a partir da discussão das cenas relatadas. A intenção é problematizar os diferentes momentos e histórias do cotidiano com base nos modelos discursivos descritos. Discute-se também, à luz da psicanálise, as implicações subjetivas das diferentes posições discursivas ocupadas pelos sujeitos, tendo como eixo as relações de reconhecimento, bem como suas fricções. O conceito de narcisismo e a noção freudiana de Inquietante (*Unheimlich*) ganham destaque nessa análise ao auxiliarem na compreensão dos afetos e complexidades envolvidos nas relações de alteridade desse campo. A partir dessas discussões, procura-se apontar para alguns eixos pelos quais pode se orientar o fazer psicanalítico nessas instituições, ressaltando-se a importância da consideração da singularidade, bem como dos “impossíveis” desse trabalho.

Por fim, são apontadas algumas novas questões decorrentes dessa pesquisa. A partir da abertura de pensar a possibilidade de práticas aglutinarem modelos discursivos contraditórios entre si, levanta-se uma nova hipótese em relação à psiquiatrização na área de assistência à infância, propondo-se examinar a relação entre saúde e assistência social.

Capítulo 1 – Sobre os modelos e a história de assistência à infância

De que maneira a história das práticas de assistência à infância constitui o cotidiano atual dos serviços de acolhimento institucional?

É a partir dessa questão que este capítulo se orienta. O pressuposto envolvido é de que o conhecimento da história das práticas voltadas à infância considerada em vulnerabilidade social³ permite compreender os movimentos e os contextos de constituição da assistência, possibilitando, conseqüentemente, o descolamento e a crítica à naturalidade ou à visão de que tais características são necessárias e intrínsecas a essas práticas.

Marcílio (2006) estabelece três fases de assistência e proteção à infância considerada desvalida – a caritativa, a filantrópica e a do Estado do Bem-Estar Social – presentes tanto na história europeia, quanto na brasileira, apesar da defasagem temporal⁴. A ideia da qual se parte é de que essas formas de assistência à infância constituem-se não como ‘fases’, tal como nomeia Marcílio (2006), que dão margem a uma concepção de substituição ou superação, mas sim como *modelos de discursos*, que implicam diferentes atribuições de posições discursivas e formas de gestão das práticas. A partir desse pressuposto, é possível pensar que esses modelos coexistem no cotidiano dos serviços atuais, por mais que impliquem concepções muitas vezes contraditórias entre si.

São apresentados esses modelos, portanto, de modo tanto a trazer um breve relato da assistência à infância no Brasil, quanto a ressaltar as concepções que os fundamentam e as posições discursivas que estabelecem.

³ Optou-se pela expressão “vulnerabilidade social” em detrimento de outras expressões utilizadas, tais como “em risco social” ou “exclusão social”, porque, além de ser a terminologia utilizada nos documentos oficiais, ela remete a um processo e não a um estado ou uma condição natural.

⁴ Embora haja diferenças entre a realidade brasileira e a europeia, o fato de muitas das ações brasileiras terem sido copiadas do modelo europeu de assistência à infância, permite aproximações entre as duas histórias. Buscou-se, entretanto, trazer também as especificidades do modelo brasileiro, a partir de autores que se dedicaram a estudar a assistência à infância no Brasil.

1.1 Modelos de assistência à infância

1.1.1 O modelo caritativo

O ato de abandonar os filhos é antigo e por muito tempo foi admitido: relatos estão presentes em textos bíblicos, nos textos de Aristóteles, que aprovava o abandono como forma de controle social, e em relatos históricos do Império Romano, entre muitos outros exemplos possíveis (Marcílio, 2006). Boswell (1984, citado por Marcílio, 2006) estimou que os romanos urbanos, nos três primeiros séculos depois de Cristo, abandonaram entre 20% e 40% de seus filhos. A pobreza, embora fosse uma de suas causas, não era a única, existindo também questões ligadas ao controle de herança e às dúvidas sobre a legitimidade dos filhos. O infanticídio, durante alguns períodos, também foi tolerado.

Foi na época moderna que o abandono de crianças tornou-se mais intenso, em especial nos aglomerados urbanos e nas áreas de religião católica. A partir do século XIII, iniciou-se o que Marcílio (2006) denomina de fase caritativa de assistência à infância, também primeiro modelo de atenção à infância consolidado no Brasil. Segundo a autora, neste momento, não havia a condenação pelo ato do abandono ou uma preocupação em modificar a ordem vigente. Ao contrário, a ideia disseminada era de que as crianças abandonadas possibilitavam a prática da compaixão, necessária para a salvação da alma do cristão.

Tais características de manutenção e legitimação das desigualdades, que transformam a pobreza ou o sofrimento em um mal necessário para poder exercer “o bem”, são, de acordo com Caponi (2000), centrais na lógica da compaixão, fundamento das práticas caritativas. Estas se estruturam a partir de uma relação assimétrica, tendo como eixo o binômio servir/obedecer. Do lado de quem serve, há uma certeza que se conhece o que representa o bem para aquele que é assistido, acreditando-se ter uma responsabilidade absoluta sobre ele. A quem recebe, é exigido o pagamento dessa dívida, sob forma de reconhecimento, gratidão, humildade e obediência ilimitadas. A assimetria é legitimada por essas práticas, na medida em que supõe alguém debilitado, que apenas pode superar sua limitação com ajuda de uma pessoa compassiva. Na ação caritativa, quem ajuda se engrandece, e quem recebe a ajuda, é diminuído ao recebê-la.

Caponi (2000) sugere uma ambiguidade característica desses projetos: “se, por um lado, se apresentam como uma forma de assistência caridosa dirigida aos necessitados, por

outro, se apresentam como dispositivos de controle e coerção social” (p. 27). Como não é autorizado a quem recebe auxílio a responsabilidade de dizer e escolher sobre suas necessidades, fica vetada a possibilidade de um diálogo entre iguais, própria ao âmbito político. A caridade mostra, assim, sua vertente impositiva, legitimadora de relações assimétricas e sociedade desiguais.

Não por acaso, a assistência à infância no Brasil iniciou-se com a própria colonização (Marcílio, 2006). Com a intenção de “civilizar” as crianças indígenas, foram criadas pelos jesuítas escolas elementares. Alguns órfãos de Lisboa também foram enviados ao Brasil para auxiliar na catequese ao servirem de exemplo. (Chambouleyron, 2000). Como fica evidente, nesse exemplo, as ações caritativas partem de uma certeza do que é o bem e, em nome dele, realizam-se ações fundamentalmente violentas, por não considerarem a singularidade, os desejos e a voz de quem é assistido.

Se as crianças indígenas foram alvos privilegiados da assistência portuguesa, o mesmo não aconteceu com as crianças abandonadas, filhas da ilegitimidade ou da pobreza. Para estas, foram criadas, a partir do século XVIII, instituições de recolhimento, tais como as Casas dos Expostos, cujo um dos marcos são as rodas⁵, que marcavam o recebimento anônimo e incondicional das crianças.

Tais instituições foram marcadas por altíssimas taxas de mortalidade. Assim descreve Moreira de Azevedo ao imperador Pedro I:

A primeira vez que fui à Roda dos Expostos achei, parece impossível, sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuários. Pedi o mapa, e vi que em treze anos tinham entrado perto de doze mil crianças, e apenas tinha vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se achavam (Marcílio, 2006, p. 151)

Embora as rodas tenham persistido até a década de 1950 e marcado o modelo caritativo, a assistência mais abrangente deste período foi a informal, por meio dos filhos de criação. Essa prática trouxe um marco singular brasileiro para a assistência à infância: o costume de criar um filho alheio foi hábito difundido, aceito, valorizado e, muitas vezes, necessário, visto que “pegar um filho para criar” proporcionava também um complemento à mão de obra, mais barato e mais eficiente que os escravos, dado que ligado por laços de fidelidade e reconhecimento (Marcílio, 2006).

⁵ A *roda* corresponde a um cilindro rotatório de madeira com uma divisória no meio, que era fixado a uma parede ou janela da Casa dos Expostos. Este mecanismo permitia ao expositor colocar a criança no tabuleiro inferior da parte externa da roda para, em seguida, girá-la, acionando também uma campainha, que avisava ao vigilante que um bebê havia sido abandonado. Dessa forma, mantinha-se o anonimato do expositor e da origem da criança (Marcílio, 2006).

Irma Rizzini (1993) sugere a impossibilidade de separar a problemática das crianças desvalidas no Brasil Colônia e Império da sociedade colonial e escravagista. A partir das problematizações levantadas por Caponi (2000) acerca das relações assimétricas fundadoras da lógica da compaixão, é possível supor que há uma relação de complementaridade entre as práticas caritativas e a sociedade baseada nas relações entre senhores/escravos e colônia/metrópole.

Não é de se espantar, então, que, com o fim do regime de escravidão, a queda da Monarquia e a separação entre Igreja e Estado, esse modelo passasse a sofrer severas críticas por aqueles que exigiam um novo paradigma de assistência.

1.1.2 O Modelo filantrópico

Caponi (2000) sugere que as políticas filantrópicas estão intimamente associadas à ética utilitarista, tal como concebida por Jeremy Bentham. Para este, a felicidade coletiva é pensada como a soma das felicidades individuais, no sentido da satisfação das necessidades de cada um. Cabe à sociedade criar instituições capazes de garantir que os sujeitos não realizem ações que possam diminuir esse bem estar comum. As políticas filantrópicas se associam diretamente a esse programa político de ação: justificam-se a partir de critérios de bem estar geral, de felicidade e de urgência social, na busca de fazer coincidir, por meio da educação e da orientação, possíveis divergências entre interesses da ordem do coletivo e do individual, do público e do privado⁶.

Historicamente, as políticas filantrópicas emergiram na Europa no contexto da industrialização e aliadas ao surgimento da filosofia liberal e iluminista. Com a intensificação da industrialização e o crescimento dos centros urbanos, aumentou também, em escala industrial, o abandono de crianças, de modo que a demanda de assistência superou em muito as possibilidades de atendê-la. Tal fato, aliado aos pensamentos liberais, utilitaristas e iluministas que afloravam, produziu inúmeras críticas e indignações sobre o modo de funcionamento das instituições de caridade, dado as altíssimas taxas de mortalidade das crianças, que implicavam um gasto público sem retorno (Donzelot, 1980; Marcílio, 2006, Rizzini, 2011), bem como ao modo de funcionamento geral das práticas caritativas (Donzelot, 1980). Em suma, os principais pontos criticados referiam-se à desorganização da

⁶ Para o desenvolvimento da crítica a esta noção, em especial à noção de felicidade, Cf. Caponi (2000).

administração, centrada nas paróquias; a dificuldade de controlar sistematicamente o uso das doações; a falta de critérios na distribuição de auxílios e na diferenciação entre os pobres realmente necessitados e os “pobres profissionais”.

Criticava-se a assistência caritativa por ser onerosa e ineficiente e propunha-se um novo modelo. A política filantrópica surgiu fundada sobre dois polos: o polo assistencial, transformando direitos sociais em moralidade econômica, e o polo médico higienista. Dos socorros imediatos, a ênfase recaiu sobre práticas que procuravam ensinar aos pobres meios de eles conquistarem autonomia, principalmente a partir de incentivos para que fizessem uma poupança, ao invés de gastarem o dinheiro em festas e comemorações. Este incentivo à “autonomia” esteve, assim, intimamente vinculado a uma prática moralizadora, que penetrava em todos os detalhes da vida em família. Vale lembrar que esta nova forma também onerava menos o Estado, dado que os auxílios financeiros foram substituídos pela prática de dar conselhos. A relação entre adulto e criança também foi normatizada, via escola, que adquiriu, em sua dimensão política, a função de restringir a autonomia dos laços entre gerações, principalmente entre os populares. A descoberta de Pasteur também proporcionou a possibilidade de métodos mais científicos de amamentação, alternativa para as amas de leite. O abandono de bebês deixou de ser tolerado e os asilos passaram a exigir identificação das mães, substituindo o esquema anônimo das rodas dos expostos.

Segundo Donzelot (1980), no fim do século XIX, emergiu um terceiro polo que reuniu, em torno da infância, aquilo que podia ameaçá-la (infância em perigo) e aquilo que podia torná-la ameaçadora (infância perigosa): a possibilidade de destituição do poder familiar. Esta modificou a relação das obras filantrópicas com a família: estabeleceu-se uma relação de tutelarização, que aliou objetivos sanitários e educativos à vigilância econômica e moral.

As condições de possibilidade que permitiram a emergência e a solidificação das políticas filantrópicas estão intimamente associadas à transformação da instituição familiar ocorrida nesse período. Segundo Deleuze (1980), a família torna-se o meio pelo qual a categoria do social será delimitada, entre o público e o privado, com novas finalidades, delimitações do espaço e personagens.

No antigo regime, a família era a menor organização política possível; o *pater* família mantinha o controle social de seus membros e respondia socialmente por eles. O Estado validava e apoiava-se neste poder, principalmente a partir do medo do descrédito público por parte das famílias. Entretanto, no decorrer do século XVIII, esse modelo tornou-se

progressivamente inadequado: com o aumento do pauperismo, cada vez mais numeroso e ameaçador, e com o surgimento de clivagens profundas nas condições de vida e costumes dentro do corpo social, talvez mais ameaçador ainda, o poder de controle do *pater* família passou a não ser mais o mesmo. Esses movimentos convergiram, para o autor, na tomada da Bastilha, que resultou:

numa surda interpelação que intima o Estado a se encarregar dos cidadãos, a tornar-se a instância responsável pela satisfação de suas necessidades. Ao mesmo tempo, constitui a destruição simbólica, por excelência, do arbítrio familiar em sua cumplicidade com a soberania real (p. 47)

Donzelot (1980) aponta que esse movimento de recentramento da família sobre si mesma ocorreu de formas distintas e sob diferentes motivações nas famílias burguesas e populares: a partir do novo interesse da medicina, pelas mulheres e crianças, e das críticas à educação dessas últimas, o médico aproximou-se da família, em especial da mulher, que adquiriu a função interna de educação e de mediação com o poder externo. Entretanto, as críticas e as funções dessas mulheres diferiram de acordo com sua posição social.

Nas famílias populares, a responsabilidade pela má educação (negligência, maus tratos, altas taxas de mortalidade) recaiu sobre as nutrizes; no caso das famílias burguesas, sobre as serviçais. No segundo caso, o objetivo era de controlar os serviçais, novos estranhos do interior. Nas famílias populares, a vigilância contra as tentações do exterior levou a uma redução de seus membros uns aos outros, separando-a daquilo que os situava no exterior. Às mulheres, nessas novas configurações familiares, couberam funções diferentes: às burguesas, função de propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Já às mulheres populares, a função era a oposta: de retração social do marido e dos filhos.

À infância, nessa nova configuração, ficou o lugar de uma liberação protegida, na família burguesa, e de uma liberdade vigiada, nas famílias populares. Se, para a burguesia, o lema era tirar as faixas costumeiramente envoltas nos corpos das crianças pequenas, de modo a permitir que elas explorassem o ambiente (mas sempre vigiando-as para caso algo não corresse bem), o problema das famílias populares era o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, que pedia controle e vigia.

É importante ressaltar que, diante dessas transformações, o conceito de infância passou a adquirir novos significados: deixou de ser objeto de interesse apenas da família ou da Igreja; as crianças passaram a serem vistas como valiosos patrimônios da nação e como um

dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família (Marcílio, 2006; Rizzini, 2011), nomeado por Donzelot (1980) por “governo através da família”.

A filantropia se associa a essa nova forma de organização social como uma estratégia despolitizante, ocupando uma posição equidistante da iniciativa privada e do Estado. De alguma forma, ela surge como resposta à nova problemática que se apresentava para este último: “como garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política a fim de lastreá-las, não obstante, com uma missão de dominação, de pacificação e de integração social?” (Donzelot, 1980, p. 50).

Referente ao processo de consolidação das ideias filantrópicas no Brasil, Rizzini (2011) estuda especificamente o período de 1870 a 1930, fase de implementação do modelo republicano, momento no qual, para a autora, gestaram-se ideias e concepções presentes até hoje. Discutindo sobre o significado social do qual foi revestida a infância nesse período, a autora afirma que, mais do que princípios humanitários e científicos, havia uma missão moralizadora e eugênica. O Brasil passava por uma fase de emancipação, na busca de sua nacionalidade e de sua identidade nacional: era visto como um povo criança, passível de ser moldado, para o bem ou para o mal. Havia uma missão civilizadora: tirar o Brasil do atraso, da ignorância e da barbárie.

No Rio de Janeiro, capital do país e local onde foram gestadas as principais ideias, em dependências dos modelos externos, o crescimento dos aglomerados urbanos despertava fascínio e apreensão. A cidade era o símbolo do novo e, ao mesmo tempo, local de desordem e imoralidade. A forma de vida rápida, descontínua, gerava espanto e insegurança e proporcionava uma mistura populacional assustadora. O crescimento demográfico também conduziu a um aumento da população pobre, levando ao temor por epidemias (que eram recorrentes), aos vícios, à desordem. Crianças e adolescentes eram figuras presentes nesse cenário, perambulando pelas ruas da cidade (Rizzini, 2011).

Diante desse contexto, a pobreza passou a ser vista como um problema de ordem moral e social, foco da desordem e da doença. As intervenções ocorreram no sentido de moralizá-la e a criança tornou-se o instrumento principal de intervenção do Estado na família, em especial, a pobre. Ela simbolizava esperança – como futuro da nação – caso fosse devidamente educada e, se necessário, retirada de seu meio. Por outro lado, também representava ameaça: sua inocência era colocada em dúvida. A medicina higienista, aliada ao

Direito, operou como norteador dessas práticas, avaliando, e julgando, o grau de capacidade e dignidade das famílias em cuidar de seus filhos (Rizzini, 2011; Serra, 2011).

Nota-se, assim, também no Brasil, a centralidade da influência médico-higienista no estabelecimento do modelo filantrópico de assistência à infância. O polo assistencial, mencionado por Donzelot (1980), também exerce sua influência ao transformar direitos sociais em moralidade econômica, em uma estratégia nitidamente despolitizante. Nesse sentido, Rizzini (2011) enfatiza a opção do país por uma política predominantemente jurídico-assistencial, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade e de acesso a todos, como forma de a elite promover a educação, sem abrir mão dos privilégios herdados.

As ideias gestadas, nesse período, culminaram na promulgação do Código de Menores de 1927. Rizzini (2011) considera que a promulgação desse código validou legalmente discursos já correntes na época, principalmente entre médicos e magistrados, que representavam as forças hegemônicas no controle da questão do “menor”. Assim, o Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio, da raça e do indivíduo, quanto a visão jurídica, repressiva e moralista (Faleiros, 2011).

Faleiros (2011) sugere que, com esse Código, misturam-se estratégias clientelistas e patrimonialistas com uma incipiente visão de estratégias de direitos da criança, própria ao modelo de bem-estar social, na medida em que o Estado passa a ter obrigações de proteção. Há que se notar, entretanto, que a categoria “menor”, oficializada pelo Código, contrapõe-se à universalidade esperada na noção de direitos. Também é possível questionar em que medida são compatíveis a noção de direitos sociais com as características despolitizantes, pragmáticas e tutelares inerentes ao modelo filantrópico, base da legislação da época.

1.1.3 O Modelo do Estado de Bem-Estar Social

O Estado de Bem-Estar Social surgiu na Europa após a Segunda Guerra Mundial, como resposta às pressões populares, que se intensificavam frente aos problemas decorrentes da destruição dos países durante o período da guerra, e à preocupação com a expansão do comunismo, que levaram Estados europeus a fazerem concessões em termos de garantias e direitos sociais. Nesse processo, os Estados passaram a assegurar o acesso à educação, saúde, habitação, renda e seguridade social, entendidos como direitos.

Tal modelo nasceu, portanto, a partir de uma conjuntura econômica-política específica. Referente ao Brasil, é uma discussão em pauta se, dada as diferenças do contexto brasileiro, é aplicável referir-se a uma política de Bem-Estar Social e quais suas especificidades.

No que tange às práticas ligadas à infância, Marcílio (2006) considera que, embora a promulgação do Código de Menores de 1927 tenha marcado o lugar de intervenção do Estado nas práticas ligadas à infância, até a década de 60, este não foi um interventor na assistência e na proteção da infância desvalida, restringindo suas funções a de estudo, controle, vigilância e repressão dos menores, de forma descontínua e ineficiente. Para a autora, é apenas na década de 1960 que o Brasil tornou-se o principal responsável pela assistência e proteção, estabelecendo uma prática de Bem-Estar Social para os assuntos da infância.

Porém, no contexto da ditadura militar, a proteção à infância desvalida e delinquente misturou-se com a Lei de Segurança Nacional, de forma que as premissas em relação às ideias presentes no primeiro Código de Menores não foram modificadas nos planos, legislações e instituições que se sucederam, tais como na criação da FUNABEM e da Política Nacional do Bem-Estar do Menor na década de 60 e na revisão do Código de Menores na década seguinte. Ao longo desse período, a institucionalização foi marcada pela falta de critérios nas internações, violência, isolamento da comunidade e ênfase na “correção” e na repressão (Silva, 2004).

Foi apenas no fim dos anos 70, com a abertura democrática, que surgiram movimentos sociais que passaram a denunciar a perversidade e a ineficácia das políticas e das legislações anteriores, considerando-as representativas da estrutura autoritária do período anterior (Silva, 2004). Na década seguinte, tal visão foi reforçada pela nova Constituição Federal, de 1988 (Brasil, 1988). Para Silva (2004, p. 24), “a Constituição contempla a proteção integral a crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de introduzir no arcabouço legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde”.

Dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) reafirmou a doutrina da proteção integral, considerando a criança como um sujeito de direitos. O Estatuto foi criado em estreita relação e consonância com a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 pela ONU (ONU, 1959), e com a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 (ONU, 1989), que foi ratificada por 193 países. Assim, no âmbito jurídico, o Brasil

conta com umas das mais avançadas leis de proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Pino (1980) assinala que a importância da promulgação do Estatuto está na significação jurídica desta lei. Para o autor, ela representa um gesto político de conciliação legal do país com sua infância, além de constituir o reconhecimento do direito dessas crianças à cidadania, independente de sua classe social. Enfatiza também o movimento significativo do Estatuto ao definir os direitos de *toda* criança e adolescente, abrangendo a totalidade dessa população, ao invés do Código de Menores que visava apenas um segmento da população infanto-juvenil.

Assim, a Constituição de 1988 e o ECA se constituem como marcos no campo da luta pelo reconhecimento de direito da infância e adolescência do Brasil, mostrando um avanço em relação às concepções e diretrizes anteriores.

O grande desafio apontado por autores que se dedicam a estudar o histórico da institucionalização de crianças e sua relação com práticas atuais refere-se à disparidade entre as legislações vigentes e as ações estabelecidas nas instituições (Fávero et al, 2008; Silva, 2004; Rizzini, 2011; Rizzini & Pilotti, 2011). Tem-se como hipótese que parte dessa disparidade está relacionada à coexistência de mais de um paradigma de assistência à infância nas práticas estabelecidas. Nesse sentido, torna-se importante estender uma discussão acerca das rupturas e complementaridades existentes entre os modelos descritos anteriormente.

1.2 Modelos de assistência à infância: rupturas e complementaridades

Foi destacada, na história relatada acima, a estreita relação dos diferentes contextos históricos com os modelos de assistência prevalentes em cada período. Ao mesmo tempo em que tais modelos foram constituídos baseados nas ideias e influências de cada contexto, as práticas de assistência também responderam, de alguma forma, a questões sociais que emergiam. Nesse sentido, é válida e pertinente as afirmações de Rizzini (2011) e Donzelot (1980) quando eles mostram o caráter eminentemente político desses projetos de assistência.

A função política desses projetos se refere aos efeitos de legitimação das posições designadas pelas práticas de assistência, que assim afirmam e justificam as relações de poder em jogo. Nesse sentido, escreve Caponi (2000):

Nosso interesse é tematizar a própria compaixão piedosa e a própria ética utilitarista como estratégias de poder que, originariamente, e pela sua própria lógica, reproduzem e afirmam um tipo de racionalidade fundada em distinções subordinantes, que excluem e anulam a existência de vínculos legítimos entre iguais (p. 13)

Se tais projetos estavam em consonância com discursos vigentes em cada período, eles se constituíram, também, como modelos discursivos, fundando lugares e objetivos específicos para as práticas de assistência, bem como definindo posições daqueles que exerciam ou recebiam as ações. A relação desses modelos discursivos com os contextos históricos é complexa, na medida em que, se estes, por um lado, são condições para emergência desses modelos, por outro, atravessam períodos históricos e se mantêm, em alguma medida, transformados ou revestidos, para além do período em que foram gestados. É com essa visão que é sustentada a hipótese de que atualmente os três modelos descritos – caritativo, filantrópico e o bem-estar social – coexistem nas práticas atuais. Torna-se necessário, então, examinar algumas relações existentes entre esses modelos.

Caponi (2000) sugere que entre as políticas assistenciais fundadas na ética compassiva e as fundadas no utilitarismo clássico (denominadas neste trabalho, respectivamente, de modelos caritativo e filantrópico) não existe uma ruptura absoluta, muito embora o segundo deles tenha se apresentado como garantia de ruptura e superação do primeiro. Para a autora, embora haja diferenças substanciais entre esses modelos, existem continuidades e persistências que firmam uma relação de solidariedade e complementaridade entre eles, pois, apesar de partirem de fundamentos éticos divergentes e, muitas vezes, opostos, geraram práticas complementares e solidárias.

O que permite a solidariedade entre essas práticas é que ambas colocam seus princípios acima dos sujeitos envolvidos, como bem escreve Caponi (2000, p. 69):

Acontece que tanto a razão disciplinar quanto a tecnologia pastoral partem de uma certeza: sempre atuam em nome e pelo bem daqueles a quem dizem auxiliar, conhecem esse bem de um modo claro e distinto, mesmo antes de ser solicitado, e, tal como já assinalado, prescindem de argumentos, excluem as palavras e emudecem qualquer diálogo. A tecnologia pastoral, pela força do sentimento compartilhado que aproxima os benfeitores responsáveis dos sofredores submissos, sem precisar da mediação de razões; a primeira, na medida em que desvia e modela os interesses privados, através de normas e instituições inapeláveis, com a finalidade de orientá-las para a felicidade e o bem da maioria.

Assim, tais práticas se apresentam sob a forma do humanismo, da compaixão piedosa, ou da utilidade e do bem-estar comum, embora, em suas ações, anulem a existência do outro, visto que seu acesso à palavra e ao dizer de si lhe é negado. Nesse aspecto, é possível notar

que, ao menos no âmbito da legislação, o modelo de bem-estar social para os assuntos da infância, no Brasil representado principalmente pela Constituição de 1988 e pelo ECA, apresenta uma ruptura em relação aos modelos anteriores.

Leôncio (2009) enfatiza que a palavra “sujeito” do termo “sujeito de direitos” traz uma concepção da criança e do adolescente autônomos, íntegros e dotados de personalidade e vontade própria, em contraposição à noção de um indivíduo passivo, subalterno e objeto das ações e decisões. Já o termo “direito” sublinha a existência das ações serem realizadas por direitos sociais, para além da generosidade, beneficência ou piedade.

Se as legislações vigentes em relação aos direitos das crianças e adolescentes apontam para um novo paradigma em relação às concepções anteriores, é importante, entretanto, não subestimar a capacidade da construção de práticas que aglutinem diferentes fundamentos éticos, tal como mostramos em relação aos modelos caritativo e filantrópico. Nesse aspecto, a reflexão e análise constantes são um meio privilegiado de identificar e evitar que práticas, e, muitas vezes, programas e políticas, apresentem-se sob o prisma da garantia de direitos, mas tragam em seu cerne visões caritativas e/ou filantrópicas.

Torna-se importante, nesse momento, examinar mais detalhadamente a situação atual dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Capítulo 2: O acolhimento institucional e seus contextos na atualidade

Diante das práticas históricas e dos modelos de assistência relatados, torna-se importante deter-se no contexto atual em que está inserido o acolhimento institucional, de modo a pensar como ele atravessa o cotidiano das instituições.

Neste capítulo, o contexto é organizado sob dois prismas: o primeiro, a partir da vertente político-jurídica, por meio das legislações e diretrizes de funcionamento que orientam esse campo; o segundo, a partir de pesquisas atuais que visaram conhecer o panorama dessas instituições no Brasil e em São Paulo.

Espera-se que, a partir dessa contextualização, a situação do acolhimento institucional atual possa ser vista em sua complexidade, bem como precisadas e problematizadas as discrepâncias encontradas entre os planos político-jurídico e o técnico-assistencial⁷.

2.1 O Contexto político-jurídico

De acordo com a Constituição Federal de 1988, foram estabelecidas diretrizes para as políticas públicas de Assistência Social, sistematizadas pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) em 1993. Esta tem como objetivo “a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” (Brasil, 1993, Art. 2º). Preconiza o trabalho de forma integrada às políticas setoriais, de modo a promover a universalização dos direitos sociais.

A organização e a gestão das diretrizes presentes na LOAS, bem como a garantia de seu cumprimento, é realizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este se configura como um sistema descentralizado e participativo criado em 2005, conforme

⁷ Os campos político-jurídico, técnico-assistencial, assim como o teórico-conceitual e o sócio-cultural correspondem a recortes metodológicos propostos por Scarcelli (2011) com base na leitura de Amarante (1999) sobre os campos que compõe a saúde mental. De acordo com Scarcelli (2011), estes recortes podem auxiliar na compreensão das políticas públicas e das práticas dela derivadas a partir da perspectiva da Psicologia Social na qual as dimensões institucional, psicossocial e psicodinâmica são vistas como indissociáveis. Em linhas gerais, o âmbito político-jurídico se refere às diretrizes políticas e normas legais; o técnico-assistencial, às práticas e serviços desencadeados pelo primeiro, mas que, por sua vez, também propulsionam processos que levam a novas formulações política-jurídicas. O campo teórico-conceitual diz respeito à produção epistêmica, aos fundamentos teóricos que sustentam os outros campos e, por fim, o âmbito sócio-cultural se refere aos grupos e sujeitos, com suas necessidades, desejos e demandas, que deveriam ser consideradas na proposição e implementação de práticas, programas e políticas.

deliberação da IV Conferência de Assistência Social. As ações são baseadas na Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, que teve sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) publicada em 2005 (Brasil, 2005).

De acordo com essas legislações, as entidades de acolhimento institucional se inserem nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que abarcam situações nas quais as violações de direitos já ocorreram e que necessitam de garantia de proteção integral, ou seja, de afastamento do núcleo familiar ou comunitário de origem e de decorrente suprimento de direitos de moradia, alimentação, entre outros.

As entidades de acolhimento institucional também estão previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que insere este serviço em sua política de atendimento para a criança e o adolescente. De acordo com essa política, o acolhimento institucional é entendido como uma medida de proteção, de caráter provisório e excepcional⁸. Tal medida deve ser utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou, caso isto não seja possível, para colocação em família substituta, e não deve implicar em privação de liberdade.

É preconizado, também, no Estatuto, a municipalização dos atendimentos, bem como a criação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, com função deliberativa e controladora das ações. Também é indicada a integração operacional das diferentes instâncias, entre elas, a assistência social, o Ministério Público, Defensoria e órgãos do Judiciário. Nesse aspecto, é importante apontar que a criação de Varas exclusivas e específicas da infância e da juventude, em proporcionalidade ao número de habitantes locais, também foi uma previsão do ECA (Art. 145).

Há que se ressaltar, também, a ênfase atribuída à convivência familiar e comunitária, de forma a romper com a lógica totalizante dos internatos e orfanatos. Nessa linha, o Estatuto ainda prevê que a falta de recursos materiais não constitui, por si só, motivo para o afastamento familiar, devendo, nesses casos, a família ser inserida em programas oficiais de auxílio (Art. 23).

⁸ Os princípios estipulados para a medida de acolhimento institucional são: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Brasil, 1990, art. 92).

De forma a afirmar esse princípio de convivência familiar e comunitária e visando o estabelecimento de padrões de ação nacionais, foi elaborado, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (Brasil, 2006). Este plano surgiu a partir das necessidades levantadas em um colóquio sobre abrigos realizado em 2002, que constatou dificuldades na concretização de ações que assegurassem os direitos estipulados pelas legislações⁹. O Plano propõe, assim, ações e metas que se referem tanto ao reordenamento dos abrigos, incluindo a possibilidade de famílias acolhedoras, quanto à mudança de foco das políticas para as famílias, em detrimento de sua restrição à criança e ao adolescente.

Em 2008, foi elaborado o documento de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA/CNAS, 2008), que oferece orientações metodológicas e diretrizes de funcionamento para essas instituições. Entre as especificações do documento, estão abarcados princípios gerais para as condições físicas do local, quadro de funcionários e qualificações exigidas para cada cargo. Encontram-se também determinações para elaboração de um plano político-pedagógico para cada instituição.

Em 2009, foi publicada a Lei 12.010, popularmente conhecida como “Lei da Adoção” (Brasil, 2009), que altera 54 artigos do Estatuto, com objetivo de incorporar mecanismos capazes de assegurar as diretrizes presentes na legislação anterior. Ela explicita os deveres dos órgãos e autoridades públicas, inclusive do Poder Judiciário, na fiscalização e controle, de modo a garantir o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. É interessante notar que, embora essa lei tenha sido reconhecida pelas diretrizes e mecanismos criados para organizar, facilitar e incentivar a adoção (em especial de crianças maiores de três anos, grupos de irmãos e de pessoas portadoras de necessidades especiais), sua ênfase está na excepcionalidade dessa medida, devendo consistir como recurso apenas nos casos em que não é possível o retorno da criança para sua família de origem ou extensa.

A Lei 12.010, nesse sentido, esclarece parâmetros de ações para esse campo como, por exemplo, exigindo a notificação em processo judicial nos casos de acolhimento (buscando evitar arbitrariedades nessa medida e possibilitando o direito à defesa dos responsáveis), bem como instituindo a reavaliação periódica, a cada seis meses, da situação de cada criança e estabelecendo o prazo máximo de institucionalização de dois anos. Também reafirma a obrigatoriedade da efetivação de políticas intersetoriais, de forma a prevenir e abreviar a

⁹ Também a partir desse colóquio foi discutida a importância de um estudo sobre a situação dos abrigos em escala nacional, que originou a pesquisa publicada pelo IPEA em 2004 que será abordada mais adiante.

institucionalização. Estabelece ainda a obrigatoriedade das instituições elaborarem um Plano Individual de Atendimento (PIA) para as crianças e adolescentes acolhidos.

Nota-se, assim, que há uma preocupação em estabelecer parâmetros, diretrizes e ações para orientar a prática nos serviços, de modo a possibilitar que os princípios preconizados pelas legislações sejam efetivados.

Há ainda que se considerar cartilhas e livros elaborados por representantes da sociedade civil que oferecem orientações aos profissionais desses serviços, bem como reflexões sobre alguns temas relacionados ao trabalho e relatos de experiências (Baptista, 2006; CFESS, 2007; Elage et al, 2011; Guará, 2010). Tais publicações têm o mérito de colocar em circulação as temáticas e problemáticas vividas no cotidiano dos serviços de acolhimento. Digno de nota que nessas publicações é ressaltado o contexto político-jurídico mencionado anteriormente, a partir do qual se destaca o histórico recente em que ele foi concebido, assim como as dificuldades e os avanços em sua implementação. Nesse sentido, essas publicações podem ser compreendidas dentro dos esforços em adequar as práticas às políticas, dado a disparidade encontrada entre esses âmbitos, tal como será analisado a seguir.

Antes disso, entretanto, cabe uma crítica a essa visão de *adequação* do plano técnico-assistencial ao plano político-jurídico. Nesse aspecto, é importante ressaltar que não se trata de desvalidar os avanços de concepções presentes nessas legislações, mas sim de considerá-las como constantemente em construção, validando o caráter e a força de invenção das práticas¹⁰. Se, por um lado, as legislações e diretrizes oferecem parâmetros de trabalho e de avaliação das práticas, por outro lado, elas interpelam o plano político-jurídico, apontando para complexidades das situações reais e exigindo novas transformações.

Segue-se assim, a apresentação do contexto atual dos serviços de acolhimento, de modo a ressaltar a complexidade dessas situações.

¹⁰ É importante ainda levar em consideração as pontuações de Scarcelli (2011) a respeito de uma tendência em publicações atuais de sobrepor os âmbitos político-jurídico ao teórico-conceitual, fundamentando práticas a partir de seus marcos legais, o que muitas vezes conduz a falta de referenciais consistentes e/ou excessos de conceitos usados de forma indiscriminada.

2.2 Contextualizando os serviços e as situações de acolhimento institucional de São Paulo

Uma primeira questão que se coloca, ao referir-se à situação de acolhimento institucional, às crianças acolhidas, bem como às suas famílias, é se é possível a utilização do plural para referir-se a “essas famílias”, “essas crianças”, “esses abrigos”, na medida em que o uso do mesmo pode remeter a uma homogeneização.

Fonseca (2002), ao analisar estudos e pesquisas sobre pessoas com baixa renda, aponta para o risco de inferir falsas generalizações ao se estudar grupos específicos. A tendência de estudos em localizar ou exemplificar casos de “problemas sociais”, via de regra, em populações de baixa renda, pode levar a conclusões tendenciosas: “qualquer característica dos casos problemáticos que difere do hegemonicamente normal é vista como causa do problema” (Fonseca, 2002, p. 55).

Se, por um lado, o conhecimento pode estar a serviço da homogeneização e da estigmatização, por outro lado, o inverso também pode ser verdadeiro. Segundo Fávero et al (2008), a insuficiência de conhecimentos atualizados a respeito das famílias cujas crianças estão em situação de acolhimento institucional “tem gerado um discurso que tende a homogeneizar sua realidade e a não considerar as tensões presentes nos diversos planos de relações” (Fávero et al, 2008, p. 14). As autoras apontam para a existência de um discurso social no Brasil, incorporado e disseminado ao longo de muitas décadas pelo poder público e pela sociedade, referente a uma suposta incapacidade da família (em especial a pobre) em educar e proteger os seus filhos. Consideram, assim, “urgente e necessário” (Fávero et al, 2008, p. 14) desenvolver estudos e pesquisas que se contraponham a essas visões.

É, nesse contexto, que se inserem pesquisas relativamente recentes (AASPTJ-SP, NCA-PUCSP, SAS, Fundação ORSA, 2003; Fávero et al, 2008; MDS, 2010 – em andamento; Silva, 2004;), que possuem como objetivo aproximar-se da realidade dos abrigos, das famílias e das situações de institucionalização, sem restringir a diversidade e a complexidade dessas situações. A exposição está centrada nessas quatro pesquisas, duas de âmbito nacional e duas focalizadas no município de São Paulo.

A partir das demandas levantadas em um colóquio sobre abrigos realizados em 2002 e buscando obter informações sistematizadas sobre a realidade dessas instituições em âmbito nacional, foi encomendada uma investigação ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA) pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Cruz (2006) ressalta o fato dessa demanda ter surgido dos próprios profissionais e entidades que trabalham com essa população, o que pode indicar a carência de práticas sistemáticas de avaliação qualitativa dos programas e serviços, principalmente em função dos poucos recursos para essa área, além da necessidade, sentida pelos próprios profissionais, de conhecimentos aprofundados sobre as diversas interfaces que constituem esse campo, bem como sobre os recursos sociais disponíveis. A pesquisa abrangeu apenas os abrigos cadastrados, que recebiam repasse federal, totalizando 589 instituições. Os resultados dessa pesquisa foram publicados em 2004 (Silva, 2004).

Ainda em andamento, desde 2009, está sendo realizado, pelo Ministério de Desenvolvimento Social, um novo levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento, tanto institucional, quanto em famílias acolhedoras. Foram encontradas 2.624 entidades de acolhimento institucional, que recebem 36.929 crianças e adolescentes. Até o momento, foi realizada a etapa quantitativa nas regiões sul e sudeste.

Já em âmbito municipal, dado a mesma constatação da ausência de estudos sistematizados sobre essa realidade e visando estimular o fomento de novas pesquisas e estudos nessa área, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NCA/PUC-SP) e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ/SP) elaboraram, em parceria com Fundação Orsa e a Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo (SAS), um estudo sobre o acolhimento institucional da criança e do adolescente na cidade de São Paulo (AASPTJ-SP, NCA-PUCSP, SAS, Fundação ORSA, 2003). Foram estudados 185 dos 190 abrigos encontrados no município de São Paulo na época da pesquisa.

Mais recentemente, porém com menor número de abrigos pesquisados, foi publicado o primeiro produto de um processo de investigação acerca da situação das famílias de crianças e adolescentes abrigados no município de São Paulo (Fávero et al, 2008). O subtítulo do produto merece destaque: “quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam” [as famílias de crianças e adolescentes abrigados]? Assim, para além de um objeto de pesquisa e estudos, buscou-se dar voz às famílias.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões e discussões presentes nesses estudos, não com a intenção de esgotar ou resumir os temas presentes, mas centrando-se no objetivo de oferecer uma panorama sobre a situação atual dos serviços.

O primeiro dado que merece destaque é sobre a concentração de abrigos. Segundo a pesquisa nacional em andamento, das 2.624 entidades no Brasil, 1.419 encontram-se na região Sudeste, ou seja, 54%. Segundo Silva (2004), o estado de São Paulo concentrava 36,3% dos abrigos cadastrados no Brasil em 2004. Mesmo levando em consideração que esta pesquisa restringiu-se às entidades conveniadas, nota-se predomínio dessas instituições no Estado de São Paulo. A mesma preponderância apresenta-se se em relação ao número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. No município de São Paulo, há, segundo pesquisa do STJ, 4.847 crianças e adolescentes nessa situação, ou seja, aproximadamente 13% do total de crianças nessa mesma condição segundo o levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social.

Referente à vinculação religiosa, segundo pesquisa do STJ, 51% das instituições de São Paulo não tem vínculo religioso. Das que afirmam ter relação, as religiões predominantes são a católica, com 31%, seguida da evangélica (10%) e espírita (9%), proporção que se mantém aproximada na pesquisa realizada pelo MDS no Brasil. Já segundo a pesquisa realizada pelo IPEA, a proporção de abrigos que afirmam ter vinculação religiosa é maior (67,2%). Entre estes, o predomínio permanece sendo da religião católica (62,1%), seguido da evangélica com 22,5% e espírita, 12,6%.

Sobre as origens das famílias de crianças e adolescentes nas instituições de São Paulo: segundo pesquisa realizada por Fávero et al (2008), 39% dos familiares de crianças e adolescentes abrigados são originários de outros Estados. Na pesquisa do STJ, embora se destaque a impossibilidade de obter informações sobre local de nascimento de 79% dos pais e 58% das mães, os dados indicam a mesma prevalência da proveniência de outros Estados (21% no caso da mãe e 12% no caso do pai). Para Fávero et al. (2008) “isso pode significar que muitos deles deixam sua família de origem, rompem laços sociais com elas e com sua comunidade e se distanciam de suas raízes” (p. 50).

Os estudos também ressaltam que, ao contrário do imaginário social, é alta a proporção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional que possuem vínculos com os familiares – 64,5% na região Sudeste na pesquisa do MDS, 58% na pesquisa nacional realizada pelo IPEA e 65% na pesquisa realizada pelo STJ. Entretanto, todos os estudos denunciam o alto tempo de institucionalização, muitas vezes ultrapassando o máximo de dois

anos estipulado pela lei 12.010 (Brasil, 2009), o que evidencia a existência de dificuldades encontradas no processo de reinserção familiar. Ganha destaque, nesse aspecto, que, segundo a pesquisa realizada pelo STJ, para 57% das crianças e adolescentes, as instituições de acolhida não viam perspectiva de desinstitucionalização. Levando em consideração que, pela mesma pesquisa, 65% das crianças recebiam visitas dos familiares, os autores discutem que “mesmo estando preservado o contato com a família, os fatores impeditivos à reintegração familiar não são superados” (p. 198).

Sobre os motivos que levaram ao acolhimento, pode-se destacar duas vertentes: a pluralidade desses motivos e sua relação com situações de precariedade econômica e de insuficiências de políticas públicas sociais.

Silva (2004) mostra que entre os principais motivos apontados pelas entidades de acolhimento estão a carência de recursos materiais da família (24,1%), o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%), a violência doméstica (11,6%), a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%), a vivência de rua (7,0%), a orfandade (5,2%), a prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%). De acordo com a análise da autora, 52% dos motivos de institucionalização em abrigos estão relacionados à pobreza, embora este fator não explique na totalidade os fatores que levam a essa situação:

As razões que levam uma criança ou um adolescente que tem uma família, com a qual mantém vínculo constante a viver em uma instituição de abrigo ainda estão longe de ser conclusivas, pois a pobreza, principal motivo apontado para o abrigamento, não é suficiente para explicar as razões que levam algumas famílias pobres a abandonarem seus filhos em instituições e, outras, da mesma classe social, continuarem se responsabilizando pelos cuidados com sua prole. Entretanto, o que os dados parecem mostrar é que a pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias mais pobres, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de passar por episódios de abandono, violência e negligência (Silva, 2004, p. 44).

Na outra pesquisa nacional, entre os principais motivos documentados estão negligência da família (37%), pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas (20,1%) e ausência dos pais ou responsáveis por doença (19%). Na pesquisa do STJ, as respostas de abandono/negligência também são as mais mencionadas, em 22,3% dos casos, seguidas de problemas relacionados à saúde e às condições sociais (18,8%), violência física intrafamiliar (10,3%) e uso de drogas ou alcoolismo por parte do pai ou da mãe (9,8%).

Cruz (2007) apresenta problematizações acerca do termo negligência, questionando a dificuldade em discernir entre precariedade econômica ou mesmo falta de informações e descuido intencional. Nesse sentido, aponta para uma tendência de substituição do motivo “precariedade socioeconômica” para “negligência”, evidenciando a culpabilização da família por sua situação social. Enfatiza que é possível pensar que não se tratam de crianças abandonadas ou negligenciadas por seus pais, mas de famílias abandonadas e negligenciadas pelas políticas públicas e pela sociedade. Sugere ainda que prevalece uma concepção de organização familiar que tem como parâmetro o modelo burguês de família nuclear.

Há ainda que se considerar que esses motivos revelem expressões de questões sociais, tais como condições precárias de moradia, desemprego, entre outros. Nesse aspecto, Silva (2004) aponta para uma maior prevalência de crianças e adolescentes abrigados na faixa de 7 a 15 anos (61,3%), período de idade escolar, preponderância que também é assinalada pelas outras pesquisas. Para a autora, isso demonstra a insuficiência e a necessidade de equipamentos públicos de apoio aos responsáveis trabalhadores nos moldes de creches disponíveis para crianças até 6 anos.

Referente à condição racial, Silva (2004) mostra que 63% das crianças e adolescentes abrigados são da raça negra (21% são considerados pretos e 42% pardos), 35% são considerados brancos e 2% da raça indígena ou amarela. Na pesquisa, do Ministério de Desenvolvimento Social, a proporção encontrada é semelhante: 21,8% considerados pretos, 38,5% pardos, 39,3% brancos e menos de 1% amarelos e indígenas, proporções que também se encontram aproximadas nas pesquisas municipais.

Silva (2004) aponta duas hipóteses explicativas não excludentes para a alta relação entre população afrodescendente e medida de acolhimento institucional: a primeira refere-se a preferência de crianças brancas em processo de adoção, reflexo do preconceito racial em nossa sociedade, que acarretaria em uma maior permanência das crianças pretas e pardas em instituições; a segunda supõe que os abrigos representem um *locus* de concentração de crianças e adolescente pobres. Fávero et al (2008) acrescentam em sua análise que a desigualdade de acesso aos recursos sociais e materiais ocorre em relação não apenas à classe social, mas também ao grupo racial ao qual se pertence, sendo que situação de vulnerabilidade se intensifica dada a condição racial.

O estudo de Fávero et al (2008) assinala também a existência de interferências de tramas familiares nos motivos de institucionalização. Segundo a pesquisa, 48% das famílias que tinham filhos em situação de acolhimento institucional possuíam um ou mais filhos

vivendo sob sua guarda. O estudo aponta ainda para o alto índice de famílias que tiveram episódios de acolhimento institucional para além da criança institucionalizada (22%). Soma-se a isso que 47% dessas famílias já transferiram o cuidado de crianças para outra família. Para as autoras:

de acordo com os dados coletados, o acolhimento institucional já ocorreu com alguns dos sujeitos da pesquisa e com parentes de geração anterior, assim como a transferência da responsabilidade dos cuidados e da proteção dos filhos para outras famílias. Considerando que o rompimento de laços parentais foi apontado também na geração dos pais, pode-se tomar o panorama composto por estas informações como merecedor de atenção especial, uma vez que deixa de ser visto como uma situação vivida momentaneamente pela família para indicar a transgeracionalidade dessa condição. Essas famílias, ou parte delas, vêm desde gerações anteriores sendo submetidas a condições de vulnerabilidade social que as impedem de assumir a maternagem/paternagem de sua prole (Fávero et al, 2008, p. 42).

Nas pesquisas acima referidas, as informações levantadas geram reflexões que apontam para a complexidade do assunto tratado e para a necessidade de se compreender melhor e problematizar os fatores que levam à institucionalização. Assim, por um lado, os dados são muito claros em denunciar a alta relação entre precariedade econômica e situação de acolhimento institucional mesmo que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a falta de recursos materiais não seja motivo de institucionalização, devendo, nesses casos, a família ser incluída em programas de transferência de renda. Por outro lado, reconhece-se que há uma trama de fatores envolvidos e que, embora a precariedade socioeconômica tenha seu peso para tal situação, ela não explica na totalidade os motivos do acolhimento institucional, devendo também ser consideradas as questões raciais, fatores transgeracionais familiares, bem como a existência de um padrão normativo de cuidado.

Um aprofundamento nessa análise permite questionar a divisão entre fatores individuais e sociais, ou entre pobreza e “outros fatores de risco” (Silva, 2004, p. 44). Tais concepções possuem, como fundamentos, dicotomias, tais como indivíduo/sociedade, fatores econômicos/fatores pessoais, que necessitam ser problematizadas.

Aponta-se, nesse sentido, para o desafio de compreender o fenômeno do acolhimento institucional sem reduzi-lo em sua complexidade, tal como se encontra nas propostas das pesquisas mencionadas. Outro desafio consiste em pensar que essas famílias explicitam um processo que, embora não venha a ocorrer com toda a população, denuncia a fragilidade na efetivação dos direitos sociais.

Nessa perspectiva, a situação de acolhimento institucional pode ser emblemática de um processo mais amplo, no qual a divisão entre famílias com crianças em tal condição e as que não estão nessa situação é problematizada. Isto implica considerar que não há uma diferença entre essências de cada família ou de cada organização familiar entre essas duas situações, mas que ambas correspondem a condições de um mesmo processo social.

Torna-se relevante, então, apresentar o cotidiano institucional de modo a pensar como esses processos estão presentes no dia a dia dessas instituições.

Capítulo 3: Cenas do cotidiano

Neste capítulo são apresentados recortes da minha experiência de trabalho na instituição. Há duas intenções principais nesse relato: a primeira é de contextualizar o leitor acerca do funcionamento institucional e das práticas estabelecidas no dia a dia dessas instituições. Na busca de transmitir os diversos momentos desse cotidiano, as cenas escritas possuem formatos e estilos variados, que abarcam desde uma conversa breve na cozinha a um relato de acompanhamento de uma família, tal como acontece na atuação do psicólogo nesses serviços.

A segunda intenção diz respeito à escrita de experiências vividas na instituição que provocaram e que justificam a formulação desta hipótese de pesquisa, tal como será explicitado no capítulo seguinte. Cabem considerações importantes a esse respeito: tal como já foi discutido na Introdução deste trabalho, a seleção e modo de organização já corresponde a uma interpretação do material. Uma opção, nesse sentido, foi de privilegiar, em parte das cenas, pequenos recortes das histórias, “brincando”, muitas vezes, com nomes, idades ou outros fatores que poderiam levar à certeza de uma relação de continuidade entre as diferentes cenas: relatos que aparecem sem desfecho (quem sabe o fim da história?), nomes que aparecem repetidos (não poderia ser a mesma criança?) ou cenas de uma mesma criança que aparece com diferentes nomes (não poderia acontecer o mesmo com outra criança?), parentescos que foram alterados (e se fosse a avó ao invés da tia?), “brincadeiras” que procuram apontar para o caráter não necessário de associações muitas vezes automaticamente feitas – *‘tinha que ser ele’, ‘é de família...’* – e para sublinhar que se tratam de questões e histórias que permanecem em aberto.

3.1 A instituição e sua história

O abrigo, antigo orfanato, datava de algumas décadas, tendo sido criado a partir da sugestão do mentor espiritual da organização religiosa à qual se vinculava. A instituição cumpria uma tarefa dupla, tanto em relação às crianças e adolescentes acolhidos, diante de uma demanda social de instituições de acolhimento, quanto em relação aos participantes da organização, visto que, para os membros da organização religiosa, a prática da caridade e a

ajuda ao próximo correspondiam a uma forma de evolução espiritual dos que praticavam esses atos.

O abrigo se localizava no meio de um grande quarteirão. Da rua, apenas se via a parte administrativa e religiosa da instituição; uma longa escadaria levava até a “casa” onde moravam os acolhidos. Dentro daquele espaço, por algumas décadas, grande parte da rotina das crianças foi cumprida: atividades de contraturno escolar, momentos de lazer, refeições, atendimentos psicológicos, entre outros.

Durante muito anos, a instituição acolheu apenas meninos; mais tarde também meninas. De início, havia grandes quartos, onde se enfileiravam camas lado a lado. Com o posterior acolhimento de meninas, os quartos foram divididos por sexo. Depois, criaram-se divisórias, separando as crianças por idade. Algumas câmeras também foram instaladas no pátio da instituição, de modo a proteger as crianças e o patrimônio da instituição contra possíveis assaltos, e também vigiar e controlar as ações dos acolhidos e dos funcionários. Depois de um tempo, elas foram desativadas.

Com o insuficiente apoio do governo estadual, a instituição mantinha-se, principalmente, devido a doações de voluntários e arrecadação de verbas por meio de eventos e bazares. Em 2008, no processo de efetivação da municipalização da gestão dos abrigos, a instituição conveniou-se à prefeitura, aumentando consideravelmente o repasse de verba. Em decorrência, foi necessário adaptar a estrutura e funcionamento da instituição, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas legislações vigentes¹¹.

Uma das adaptações realizadas se referia ao espaço institucional: a mudança das crianças para casas menores, que acolhessem no máximo vinte crianças e adolescentes em cada casa. Decorrente dessa divisão, foi necessário também aumentar o quadro de funcionários. Como nem todos possuíam o grau de escolarização exigido para os cargos, algumas pessoas foram deslocadas de função e outras demitidas.

A necessidade de responder à prefeitura sobre condutas, projeto institucional e plano de acolhimento e desligamento para cada criança também implicou mudanças significativas no cotidiano institucional: se antes era comum encontrar relatórios praticamente anuais sobre as crianças, esta prática tornou-se trimestral; se a instituição pouco era questionada sobre suas

¹¹ Segundo *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* (CONANDA, CNAS, 2008), as instituições de acolhimento devem estar em um espaço físico que se aproxime de uma residência e não devem acolher mais do que vinte crianças e adolescentes por casa. O documento também contém especificações sobre público-alvo do serviço, recursos humanos e infraestrutura necessária, além de princípios e diretrizes gerais de funcionamento.

ações, este questionamento tornou-se mais constante.

3.2 Primeiras impressões

Fui contratada justamente neste período de transição. Quando entrei, grande parte das crianças já haviam se mudado para suas novas casas, restando apenas as vinte que ainda *não ‘havam sido escolhidas’*¹². A rejeição sentida pelos que restavam tinha seus fundamentos pois, além dos critérios de idade e agrupamento de irmãos, a afinidade entre gestores e crianças também havia sido um dos critérios de escolha na divisão das casas.

Estar na sede, tal como era chamada, significava ser constantemente importunado por visitantes que vinham conhecer a instituição e as crianças, festas, bazares, voluntários, crianças das outras casas, pessoas ligadas ao centro religioso etc. Essas constantes “visitas” pouco ajudavam na construção daquele espaço como próprio. A forma de ordenação do espaço, ao se assemelhar à das grandes instituições – cozinha semi-industrial, pátio central, partes trancadas por falta de uso – também não favorecia a nomeação do espaço como uma casa.

A sensação que tive, em meu primeiro dia de trabalho, foi uma aflição de me imaginar lá *‘todos os dias, o dia inteiro sem ver a rua’*. A aflição referia-se também à rapidez com que a contratação havia sido realizada, em resposta à urgência que a instituição tinha. Em mim, causaram o sentimento de que meus projetos antigos haviam sido interrompidos, de que não havia tido tempo suficiente para encerrá-los. Uma ruptura.

Posteriormente, ao longo de meus anos de trabalho na instituição, foi possível significar e ressignificar essas impressões iniciais. Exatamente pelo fato de meu trabalho lá permitir-me *‘ver a rua’*, seja pelas saídas, reuniões, passeios, atividades externas, seja pela própria mudança de casa do abrigo, coloco em questão qual era meu imaginário sobre estar lá. Permito-me também, embora fazendo a ressalva da impossibilidade de uma transposição total, perguntar-me se parte daquelas sensações de interrupção e de enclausuramento não eram também experimentadas pelas crianças e adolescentes durante o acolhimento. Certamente, também rupturas.

¹² Os termos e expressões escritos em itálico e entre aspas simples correspondem a expressões utilizadas no abrigo.

Nesse primeiro dia de trabalho, além das explicações sobre o funcionamento institucional, fomos (eu e a assistente social que entrava no mesmo dia) incumbidas de fazer a festa de aniversário de uma das crianças que, obviamente, ainda mal conhecíamos. Durante a comemoração, uma das adolescentes da casa, contrastando com a receptividade curiosa das crianças menores, advertiu-nos:

- *‘Sabe, eu era muito apegada às outras tias, a gente se dava muito bem. Acho que não vou gostar de vocês’.*

- *‘Tudo bem, não tenha pressa’*, foi o que prontamente respondi, *‘a gente vai se conhecendo aos poucos’.*

Certamente, dizia isso também a mim.

3.3 A rotina

Aprender o funcionamento da casa é um primeiro passo importante, ponto de partida para pensar nas possibilidades de ação no abrigo. De forma análoga, a apresentação do funcionamento da casa, neste capítulo, auxilia a melhor situar as cenas e as problemáticas apresentadas.

Compondo a equipe técnica atuavam eu, como psicóloga, e uma assistente social. Trabalhavam também dez educadores que se revezavam em regime de 12X36, ou seja, trabalhando dia sim, dia não, cinco durante o dia, a outra metade durante a noite. Na prática, devido a férias, folgas mensais e atestados médicos, na grande maioria dos plantões havia dois educadores e, nos dias de sorte, três. Também havia uma cozinheira e três agentes operacionais que, oficialmente, cuidavam da limpeza e manutenção da casa, e uma gerente de serviços responsável pela coordenação do abrigo.

As educadoras eram as responsáveis pelos cuidados diários com as crianças. Função abrangente, que abarcava desde dar banho nos bebês a acompanhar as lições de casa, passando pelo acompanhamento às consultas médicas, psicológicas, fonoaudiológicas, catar piolho, arrumar o cabelo das crianças, brincar, conversar etc. Muitas vezes, era possível notar que os cuidados relativos à higiene e alimentação tomavam grande parte do tempo e das preocupações, deixando o brincar, o conversar e mesmo o *‘fazer nada’*, para segundo plano.

As agentes operacionais, oficialmente, eram responsáveis pelos cuidados com a casa: lavar roupa, limpar a casa e ajudar na cozinha. Na prática, havia um bom clima de cooperação no abrigo e elas, muitas vezes, ajudavam as educadoras que, via de regra, estavam sobrecarregadas.

A organização da rotina da casa era feita por agendas diárias, elaboradas pela equipe técnica, na qual eram listadas as atividades do dia: qual criança iria, se alguém acompanharia, como iriam etc. Um mínimo de continuidade era garantido pelos relatos resumidos do dia ou da noite no livro de plantões, que ficava à disposição de todos os funcionários.

À equipe técnica cabiam as funções de acompanhamento das crianças (de escolarização, médico, psicológico); acompanhamento dos casos no Fórum (redação de relatórios, elaboração de Plano Individual de Acolhimento (PIA), audiências etc), acompanhamento das famílias (visitas domiciliares, entrevistas, acompanhamento das visitas). Também havia um trabalho a ser realizado dentro do abrigo com as funcionárias: conversas sobre as crianças, sobre como estava sendo a rotina da casa, o que estava ruim, como melhorar etc. Na prática, também arrumávamos almoxarifado, levávamos crianças na escola, no dentista, íamos fazer compras de material de limpeza etc.

À gerência cabia gerenciar o trabalho dos funcionários, o uso do dinheiro e acompanhar e discutir o andamento dos casos. A ela cabia a guarda das crianças em nome da instituição.

Havia uma reunião de funcionários por mês, na qual o objetivo era discutir casos, problemas da casa etc. Muitas vezes tal espaço era ocupado por broncas, acusações e defesas sobre o que deixava a desejar na rotina do trabalho. Em outros momentos, o espaço para discussão mostrava-se mais profícuo, estando, muitas vezes, atrelado a supervisões e formações que envolviam reuniões com a equipe.

Sobre a rotina das crianças, os horários de alimentação eram normalmente rígidos (havia exceções para dias de festa ou quando uma criança tinha médico e retornava mais tarde etc) e os de dormir/acordar um pouco mais flexíveis, principalmente nos finais de semana. Os bebês ficavam na casa na maior parte do tempo. Os maiores iam para escola/creche e no contraturno faziam atividades que variavam de acordo com a criança (futebol, natação, reforço escolar, judô, capoeira, canto, atendimento psicológico etc). Havia uma preocupação em coordenar os horários para que as crianças também tivessem um tempo livre, para ficar na casa, fazer lição de casa, ver tv, enfim, fazer o que quisessem.

Um grande desafio, ao longo dos anos, na escolha das atividades, foi de conciliar o desejo e a possibilidade de cada um com a viabilidade na rotina da casa de acordo com os funcionários existentes. Tarefa que beirava o impossível, mas que, por vezes, nos surpreendia com as brechas que surgiam: uma cozinheira que podia ficar com os bebês enquanto as educadoras iam à praça com os maiores, trocas de folgas nos dias em que todos os médicos estavam marcados no mesmo horário, crianças que se dispunham a ajudar etc.

3.4 Destituições

O trabalho em uma instituição de acolhimento implica conhecer não apenas o funcionamento e rotina institucional, como também as histórias das crianças e adolescentes acolhidos. Histórias marcadas por suas diversas versões: a oficial, presentes nos relatórios e ofícios que constam no processo jurídico, as versões e opiniões dos funcionários do abrigo, da própria criança e sua família, bem como das lacunas e incongruências existentes entre essas versões.

Nos primeiros meses, principalmente, foi frequente a sensação de mal estar decorrente da obrigação de responder e dar continuidade às ações institucionais nos processos de cada criança, mesmo que se soubesse, ou concordasse, muito pouco com as histórias das ações já realizadas. O relato do acompanhamento de duas meninas acolhidas na instituição exemplifica alguns desses mal estares sentidos, bem como implicações das mudanças ocorridas na instituição nesse período.

Regina¹³, 7 anos, e Cecília, 4, estavam há um ano na instituição e recebiam visitas, nem sempre tão frequentes de sua mãe, Joana. Quando fomos conhecer o caso, vimos que a destituição do poder familiar havia sido pedida. A fundamentação da destituição era de que a mãe, além de *‘acomodada’*, e *‘pouco interessada’* em reaver a guarda das filhas, havia cogitado abrir mão do poder familiar. Segundo a instituição, ela fazia uma *‘tortura mental’* com suas filhas, ora dizendo que iria tirá-las de lá, ora afirmando que seria melhor para elas irem para *‘doação’*. Constava também que as meninas estavam *‘muito bem adaptadas’* ao abrigo e que, quando a mãe ia visitá-las, elas ficavam muito mal, o que os levava a concluir que a institucionalização era o melhor para elas e que a visita da mãe apenas atrapalhava a

¹³ Os nomes foram alterados e alguns detalhes das histórias modificados, de modo a preservar o sigilo dos envolvidos.

adaptação das crianças. Solicitavam, assim, a suspensão e a destituição do poder familiar. Conclusão pouco fundamentada e da qual discordávamos.

Regina e Cecília eram muito diferentes: A primeira era uma criança muito falante, questionadora e, quando contrariada, jogava-se no chão aos berros. Frequentemente dizia frases seguidas de sua própria negação, ‘*eu quero! Não quero*’, ou orações com deslocamentos de pessoa ‘*eu não gosto de você! Você não gosta de mim!*’. Não conseguia aprender a ler e dizia a si mesma repetidamente que ‘*não aprendia porque era burra*’. Já Cecília, a menor, encarnava o estereótipo da ‘criança coitada de abrigo’ que comovia voluntários e funcionários: era bochechuda, meiga, fofa, chorona, carente etc. Diziam as más línguas que havia uma voluntária muito interessada em adotá-la.

Sobre o motivo das meninas estarem na instituição, tudo o que se sabia é que elas viviam com a mãe e, quando esta se separou e ia perder a casa, solicitou que as meninas fossem abrigadas. Nessa mesma época, a mãe fez laqueadura. Havia um boato de que Regina tinha sido a primeira a ir para o abrigo, duas semanas antes de Cecília. Meses depois, a mãe se mudou para um município próximo, onde viviam alguns de seus familiares. Visitava as crianças às vezes, sem muita constância.

Não era possível saber muitos detalhes do caso, nem os encaminhamentos realizados faziam muito sentido: por que uma irmã foi abrigada depois da outra? Por que as crianças continuavam lá, se a mãe já estava em outro município? Por que a destituição do poder familiar havia sido pedida? Que trabalho havia sido feito? O que fazia Joana pedir a institucionalização das suas filhas e depois dizer para elas que era melhor que fossem ‘*doadas*’? Uma história com mais lacunas do que texto, permeada por boatos e preconceitos.

A primeira vez que vi Joana foi em um dia de visitas dos pais¹⁴, poucos dias após minha entrada na instituição. Deparei-me com uma mulher magra, pálida, sofrida. A expressão ‘*tortura mental*’ não me saía da cabeça: quem estava sendo torturado naquela situação? Sentia que minha posição institucional não favorecia em nada a construção de uma relação de confiança e concordava com a raiva que imaginava que ela sentisse de mim, visto que, para ela, era o abrigo que havia pedido a destituição, instituição da qual eu era, no momento, a representante.

¹⁴ Para os familiares que não possuíam proibição de visitas, a instituição, inicialmente, estabelecia um horário, uma vez por semana, aberto a visitas. Aos poucos, este horário foi flexibilizado, permitindo-se aos familiares que também visitassem em outros dias e horários.

Joana angustiava-se com os berros estridentes de Regina, que implorava para que ela não fosse embora, e com o choro comovente de Cecília, que havia grudado em seu colo. Como era de se esperar, ela também começou a chorar sem saber o que dizer. Ir embora significava abandonar suas filhas de novo. Será que ir embora não poderia ter outros sentidos?

Vendo aquela situação, senti que era importante oferecer outros sentidos para aquela despedida. Expliquei calmamente a todas que a mãe delas estava trabalhando e que por isso precisava ir embora, mas que voltaria. Disse que nós, do abrigo, acreditávamos que ela ia conseguir ter condições de *'desabrigá-las'* e que ajudaríamos nisso. Então, combinei com Joana quando que ela poderia voltar. Expliquei que era muito pior quando dizia algo que não conseguia cumprir, pois as meninas ficavam esperando e cada domingo que não vinha, as meninas ficavam muito mal. Também disse que não tinha problema ela não vir todos os finais de semana, que entendíamos o porquê e que as meninas também entenderiam. Combinamos uma frequência. Então elas conseguiram se despedir.

Tal intervenção também produziu efeitos na relação entre Joana e a equipe. De nossa parte, um outro olhar, um querer ouvir, uma aposta. Da parte dela, um início de confiança, também uma aposta.

Foi possível, neste momento, saber mais sobre a história dessa família, por meio da leitura do processo jurídico e de conversas com a mãe e com outros atores envolvidos no caso. O início do acompanhamento judiciário datava de três anos antes, a partir de um relatório do Conselho Tutelar, no qual afirmava que Cecília estava morando com uma amiga da mãe. Os vizinhos diziam que a genitora era confusa e que Regina sofria agressões físicas e psicológicas. No mês seguinte a mãe foi convocada a ir para o Fórum. A psicóloga forense aconselhou a institucionalização *'para a mãe dar valor'* e as meninas foram abrigadas dias depois.

O próximo relatório era do ano seguinte, quando Joana já estava novamente com suas filhas. As técnicas da Vara de infância relatam uma entrevista com a genitora: avaliam favoravelmente sua organização, dizendo que ela estava *'muito receptiva'*, namorando e mais organizada. Então, o processo foi arquivado.

No ano posterior, Joana procurou o Conselho Tutelar, dizendo que estava com dificuldades financeiras, que seria despejada, que iria fazer uma laqueadura e não tinha com quem deixar as crianças. Elas então foram para um abrigo, o qual solicitou a inclusão de Joana em programas de transferências de renda. Quatro meses depois, o abrigo solicitou

transferência das meninas para outro abrigo, visto que o caso necessitaria de um *‘longo período de acompanhamento’*.

Um mês depois, as meninas foram transferidas para a instituição na qual trabalhei e cujos relatórios, ao longo de um ano, tinham a mesma tônica: seria melhor para as crianças a destituição do poder familiar. Digno de nota que a cogitação da destituição já aparece em um relatório quinze dias após o acolhimento das meninas. Joana aparece marcada por sua instabilidade, o que leva o Poder Judiciário a solicitar um estudo dessa família e um plano concreto de desligamento, além de acionar a defensoria pública.

Quando começamos a entender um pouco mais sobre a história do caso, começaram a surgir também outros parceiros, tal como o defensor público e o psicólogo do CRAS do município onde ela morava. Foi possível, neste momento, conhecer a história de Joana e redimensionar os motivos da institucionalização: ela contou da sua relação com sua mãe, que quando criança também tinha sido abrigada. Foi levada para um orfanato isolado, perto da divisa do estado de São Paulo, separada dos irmãos. Trazia cicatrizes em seu rosto: *‘isso foi o que passei lá’*, dizia. Ficou anos sem ver a mãe e, quando estava para ser adotada, ela a retirou da instituição. A mágoa entre elas, bem como as tentativas de reconciliação, entretanto, permaneciam.

O trabalho, a partir de então, consistiu em uma aposta para que Joana conseguisse assumir a guarda das crianças. Para isso, fomos conhecer sua casa, a casa de sua mãe, o psicólogo que a acompanhava e também o abrigo de seu município: a construção de uma rede que pudesse auxiliar nesta sustentação.

O investimento na possibilidade dela reaver a guarda de suas filhas implicou, em um primeiro momento, a transferência das meninas para um abrigo no município em que Joana estava morando. Um mal-estar instalou-se na instituição. Voluntários, conselheiros, questionavam: as meninas já estavam acostumadas ao abrigo, não seria ruim mudá-las novamente de lugar? E por que apostar nessa mãe? As meninas não teriam uma vida melhor no abrigo, com acompanhamento escolar, natação, roupas etc?

A própria Joana passou a responder a esses questionamentos. Começou a fazer planos para sua vida. Decidiu que queria entrar no supletivo, 1ª série, para aprender a ler. Conseguiu um emprego, a princípio temporário, depois efetivo, enfim conseguiu ser registrada. Aos poucos, foi melhorando sua casa: luz elétrica, uma geladeira etc. Meses depois, quando

ligamos para o abrigo para ter notícias, nos surpreendemos: ela já havia recuperado a guarda de suas filhas e estavam morando, novamente, juntas.

Em uma visita que fizemos a sua casa no município em que morava, Joana nos mostrou orgulhosamente a luz elétrica recém-chegada: *‘é gato, mas pelo menos agora comprei uma geladeira’*. O beliche, já comprado para receber futuramente suas filhas, funcionava também como armário, onde organizava roupas das meninas, porta-retratos e outros objetos que convocavam à memória.

Lembro-me que me surpreendi com a distância que separava sua casa da casa de sua mãe: apenas um córrego, cerca de alguns metros, por vezes atravessado facilmente, por outras apenas pelos berros entre elas, e vezes ainda uma distância momentaneamente intransponível. Durante as conversas realizadas com Joana, comentávamos da proximidade entre as histórias na família, dessa mágoa pouco falada, mas que se repetia pelas gerações.

A história relatada de Joana é considerada emblemática de outras tantas histórias acompanhadas. Se a situação de pobreza permaneceu mesmo após o desligamento, assim como as mágoas entre elas e as dificuldades próprias da educação, apontava-se para a possibilidade de suportar e lidar com essas dificuldades para além dos rompimentos das relações e do recurso à institucionalização. Joana, até onde sabemos, não chegou mais ao desespero de dizer para suas filhas que seria melhor para elas serem *‘doadas’*. Sua filha mais velha, que antes não conseguia aprender a ler, pois, segundo ela própria, *‘era burra que nem a mãe’*, começou a aprender.

Anos depois, casada novamente, morando com suas filhas, Joana retornou ao abrigo para pegar a segunda via de um documento. Pediu para agradecer, por *‘termos acreditado nela, que ela podia ser mãe’*.

3.5 Mãe que é mãe...

Em uma conversa de cozinha...

(Funcionária 1): *‘Eu acho que mãe que é mãe não deixa os filhos estarem no abrigo. Sabe, eu acho que falta amor’*.

(Funcionária 2): *‘É porque é mais fácil, dá para ir no forró, não tem que levar para escola, dar bronca, isso é a gente que faz!’*.

(Funcionária 3/eu): *‘Mas sabe, acho que ser mãe, ter os filhos, não é só questão de querer... às vezes mesmo para querer precisa de muita coisa, precisa a gente achar que tem coisas boas, os outros dizerem que a gente pode ser bom para os filhos... porque se não a gente mesmo sente que não tem nada de bom para dar’.*

(Funcionária 2): *‘É verdade, às vezes a assistente social lá do projeto do meu filho fica falando tanto no meu ouvido, que eu faço tudo errado, que nada tá bom, que eu tenho vontade de largar tudo para o alto’.*

(Funcionária 1): *‘E ninguém aqui pode dizer que você não ama seus filhos!’.*

3.6 Mudança de casa

Finalmente chegava a nossa vez, o dia de sairmos da Sede. Depois de casas e casas visitadas, negociações com a prefeitura, reformas, chegada dos móveis, atrasos e expectativas, chegava o dia da mudança!

Um mutirão foi necessário para viabilizá-la. Afinal de contas, não era pouco o trabalho: encaixotar e desencaixotar objetos pessoais de vinte crianças, utensílios de cozinha, dispensa de alimentos, materiais de escritório, jogos, brinquedos, mesas, cadeiras, computadores etc.

O clima geral era de felicidade e expectativa. Era comum, desde semanas antes da mudança ouvir frases, tanto dos funcionários, quanto das crianças, tais como *‘depois que a gente mudar, aí vai ser diferente’*, *‘quando tivermos na casa nova...’*. Certamente um marco, em que as ideias de discutir o trabalho com as educadoras, conversar sobre as regras da casa, manter o quarto arrumado, pensar na apropriação do espaço pelas crianças, fazer uma horta, reduzir a conta de água, jogar fora os brinquedos quebrados, entre tantos outros planos, apareciam atrelados à mudança de casa.

Quando esse dia chegou, entretanto, um dos meninos, Pedro, parecia estranhar tudo aquilo, toda aquela mudança. Contrastando com a animação e a disponibilidade prestativa das outras crianças, permaneceu afastado de todos, quase não falou e pouco se envolveu nas atividades durante o dia. Já era noite quando, durante a visita dos diretores da instituição à casa, Pedro *‘surtou’*, na expressão utilizada pelos funcionários: batendo em todos, arrancando as plantas recém plantadas do jardim, colocando os pés nas paredes recém pintadas.

De alguma maneira, esse “surto” já se anunciava, seja pelo seu estranho silêncio, seja pelas falas recorrentes de que, na casa nova, seria mais fácil as crianças ‘*aprenderem a cuidar*’, visto que, nesse espaço, tudo seria novo, bonito, digno de ser cuidado. As paredes pintadas e as plantas eram a ‘*menina dos olhos*’ da gestão e, não por acaso, foi o que ele escolheu para arrancar e sujar.

Como intencionado, as destruições desse menino provocaram a ira dos gestores, inconformados com sua ‘*falta de respeito*’ em relação ao trabalho arduamente realizado. O que eles não viram é que não era uma questão de respeito: Pedro colocava em questão as expectativas de todos em relação às mudanças, a ideia de que ‘*na casa nova, ia ser diferente*’.

3.7 Dar conta

Um dos meninos, famoso por sua ‘*boca suja*’, xingou uma das educadoras, que trabalhava há pouco mais de um mês na instituição. Ela, educativamente, ou reativamente, ordenou que ele fosse para o quarto de castigo, ordem a qual ele relutou, ela insistiu e o embate se instalou. Na versão da educadora, ele tentou sair do quarto e ela o segurou. Na versão dele, quando ele tentou sair, ela o chutou e apertou seu braço de propósito. Ele a ameaçou, dizendo que ia contar para sua mãe que ela havia batido nele e que, assim, seria mandada embora do emprego. Era dia de visitas e, quando sua mãe chegou, foi isso que fez. Por conta disso, a genitora, que já há mais de um ano tentava retomar a guarda de seus filhos, culpando o abrigo pela demora, desesperou-se, revoltou-se: ‘*como assim o abrigo, que é para educar, faz uma coisa dessas? Quando ele xinga, tem que explicar que não pode, não pode bater*’.

As explicações, em um primeiro momento, foram no sentido de tomar o partido da educadora, de que ela não havia batido, e que, portanto, ele estava mentindo. Com a chegada da gerente da instituição, entretanto, o embate novamente se instalou. A crítica da mãe foi sentida como uma crítica pessoal a sua função de coordenar a instituição: ‘*você está dizendo que eu não sei o que deve ser feito, que eu não dou conta?*’. Rapidamente, a defesa se transformou em ataque ‘*se você é tão boa, então o que seus filhos estão fazendo aqui?*’. Os ânimos se afloraram, ambas pareciam querer a todo custo defender o indefensável, afirmar que suas funções de educar e proteger eram realizadas à prova de qualquer suspeita e que as falhas, obviamente, estavam no outro.

‘*Dar conta*’ era uma expressão corriqueira, utilizada em diferentes momentos, cujo significado estava quase sempre na interface entre a responsabilidade e o controle.

A coordenação da instituição, assim como os técnicos da prefeitura, esperavam e exigiam que a gerência ‘*desse conta*’ do abrigo. Se, em uma visita surpresa, a casa estivesse bagunçada ou algum adolescente esparramado no sofá não fosse educado suficientemente com o visitante, a gerente era, muitas vezes, responsabilizada por ‘*não dar conta da casa*’. Aos ‘*surtos*’ de Pedro, não se estava dando conta do caso.

A gerente, por sua vez, também esperava que os educadores dessem conta das desobediências, dos questionamentos, das tarefas e saídas programadas. Eram comuns ligações para a gerência nos períodos noturnos ou aos finais de semana, quando a presença dela e dos técnicos era menor. Pensava-se: eles, os educadores, ‘*não dão conta sozinhos*’.

Na relação com a escola, nenhuma das partes dava conta: aos olhos desta, cuidávamos apenas de vinte crianças, enquanto lá havia mais de duzentas, ‘*como não conseguimos dar conta de educá-los bem?*’. Aos olhos do abrigo, na escola, as crianças passavam apenas cinco horas e, muitas vezes, esta ainda ligava para que as buscássemos nos momentos em que ‘*ela não estava dando conta*’.

Na época, eu questionava se nosso objetivo era mesmo ‘*dar conta*’. Perguntava, à gerente, à escola, ‘*dar conta do quê?*’

3.8 Quem mora no abrigo?

Toca o telefone. É uma mulher, ficou sabendo que lá funcionava um abrigo. Conta que seu filho está muito desobediente, pergunta se ele não poderia passar uns dias lá ‘*para ver o que é bom*’ e o que iria acontecer ‘*caso ele não se comportasse*’.

Em uma reunião de equipe, discutia-se sobre o que as educadoras achavam que podia melhorar no acolhimento dos bebês. Foi consenso que elas gostariam de sair mais com eles, na rua, nos parques, nas praças etc. Enquanto realizávamos um acordo com todos, de modo a coordenar este desejo com a rotina da casa, uma das educadoras relatou que se incomodava quando saía com eles e as outras pessoas da rua ficavam olhando feio, provavelmente sabendo que elas não eram as mães verdadeiras, tendo dó das crianças, dado serem *‘crianças de abrigo’*. Conversamos que esses outros poderiam não saber como era um abrigo, e então imaginavam a partir de suas fantasias, até porque historicamente essas crianças foram isoladas em instituições. Ela relatou então que ela própria, antes de começar a trabalhar lá, via as crianças de abrigos como coitadinhas e que, agora que as conhecia e estava próxima, passou a ver a situação de forma diferente.

Se não é coitadinho, é o quê?

Era estimado por todos a crítica à noção de “coitadinhos”; havia um consenso, por parte da supervisão, da prefeitura, da gerência, de todos os funcionários: ninguém lá era coitadinho. Visão esta que muitas vezes se contrapunha ao pensamento de alguns voluntários, ou professores das escolas.

Entretanto, não ser *‘coitadinho’* possuía diferentes significados. Não raro ouvia-se as expressões: *‘ele não é coitadinho, já ouviu cada palavrão que ele fala?’*, ou, *‘de coitadinho aquele não tem nada, não é a toa que está aqui?’*, frases que apontavam que o antônimo de *‘coitadinho’* relacionava-se não apenas à potência e à atividade, mas também à desobediência, ao perigo e à ameaça.

No primeiro dia de aula na nova escola, sexto ano, ele não teve dúvida: perto do corredor da sala da diretora disse, em tom bem alto pra que todos ouvissem, que era traficante. Porém, não era. Por que disse? Muito difícil ser aluno?

Na escola, era comum recebermos advertências ou a escola ligar pedindo para buscá-lo, pois ele estava *'impossível'*. Nos projetos de contraturno escolar, tais como informática, futebol, que ele tanto insistia para fazer, recebíamos reclamações, éramos convocados para reuniões, ameaçavam não fazer sua matrícula.

Decidimos então tentar um novo projeto, ligado à música, com uma proposta ao menos aparentemente diferente das outras atividades de contraturno escolar. Nesse novo projeto, exigiam que todos tivessem boas notas e, com o tempo, que participassem da banda que fazia shows, cuja renda deveria ajudar a manter a instituição. Queriam que eles fossem bons, aprendessem instrumentos, *'pra valer'*. Para ele participar também era necessário que fosse desse projeto direto para escola, sozinho, pois não havia educadores disponíveis para estar com ele nesse processo. A instituição tinha que confiar e ele tinha que fazer por merecer a confiança. Algo raro na instituição e, em relação a esse menino, inédito.

Depois de muitas negociações e insistências ele finalmente entrou no projeto. Qual a surpresa de que lá ele era envolvido, assíduo, responsável, era artista e não arteiro?

Algumas crianças realizavam atendimento psicológico em grupo em uma instituição. Um dia, o motorista atrasou para buscá-las cerca de meia hora. Vendo todas as outras crianças irem embora e elas ficando, dirigiram-se ao pipoqueiro que ficava na porta da instituição, que fazia divisa com uma escola. Mesmo tendo acabado de lanchar na instituição de atendimento, contaram ao pipoqueiro que *'eram de abrigo'*, que o *'tio'* estava atrasado. O pipoqueiro comoveu-se, dando um saco de pipoca grátis a cada um deles.

Repetidas vezes, desde que entrei na instituição, ele, de súbito, me perguntava: *‘tia, me dá um real?’*. Eu me incomodava com a pergunta, remetendo-me a um passado de vivência na rua que sabia que ele tinha participado. Porém, não sabia o que responder.

Nas primeiras vezes, assumia o lugar daquela que tinha um real para dar, mas dizia cinicamente *‘não tenho’, ‘hoje não’*. Aos poucos, diante da insistência de sua pergunta, comecei a ficar brava: *‘para de ficar pedindo, já disse que não vou te dar!’*. O termo genérico *‘tia’* me irritava cada vez mais e, naquela posição de *‘tia’*, continuava sem saber o que responder ao menino que me pedia um real.

Depois, comecei a perguntar para que queria o dinheiro. Suas respostas, entretanto, não tinham muita consistência, muitas vezes parecia que nem ele sabia o que queria comprar. Mostravam que não era o dinheiro que estava em jogo, mas o pedir: ele na posição de quem pedia, eu na posição incômoda de não saber o que dizer para não dar.

Um dia, de súbito, respondi algo inusitado, fiz graça com sua pergunta. Ele surpreendeu-se, depois achou graça. Acabou virando uma brincadeira entre nós.

Ele me perguntava: *‘tia, me dá um real?’*

Eu respondia: *‘dou, mas aí você me dá dois, tá?’*

Ele ria, primeiro me dizia *‘ah! Assim não vale!’*

Mas em seguida me perguntava: *‘e se você me der três?’*

E assim a brincadeira ia,

passando por quatro, dez, um milhão de reais,

‘o que fazer com um milhão de reais?’

carros, aviões, viagens de volta ao mundo...

3.9 O voluntariado e seu avesso

Uma das voluntárias da casa, um dia, veio perguntar se no dia de seu aniversário, ela poderia levar as crianças ao *Mc'Donalds*. Perguntei por que ela queria dar um presente para as crianças no dia de seu aniversário, ao que ela respondeu que havia ficado comovida quando os meninos lhe disseram que nunca haviam ido. Chamando os dois meninos que se escondiam

atrás da janela, perguntei-lhes: *‘você nunca foram ao Mc’Donalds?’*. Ambos, com um sorriso desavergonhado, enrolaram uma resposta *‘sabe, então, faz tempo, tanto tempo, a gente nem lembra, não é que a gente nunca tenha ido, é que...’*.

Havia sete bebês no abrigo. Todos pretos ou pardos, com exceção de um: branco, loiro, de olhos claros. A maioria dos voluntários que visitavam a casa, ou mesmo médicos, vizinhos e outras pessoas que tinham contato com os bebês, compadeciam-se especialmente da situação deste. Diziam, via de regra emocionados, que a vida havia feito uma injustiça com aquela criança, que não entendiam como uma mãe poderia não ficar com ele e rapidamente mencionavam sua disponibilidade em adotá-lo ou em indicar algum conhecido que certamente gostaria.

Quando o natal, o dia das crianças ou outras datas festivas se aproximavam, a casa ia gradativamente se transformando em um inferno. O telefone tocava sem parar, eram instituições, voluntários e grupos que desejavam conhecer a casa, trazer presentes ou organizar festas de comemoração.

Como as doações de pessoas físicas e jurídicas voluntárias auxiliavam a cobrir os gastos que o convênio com a prefeitura não abarcava, a diretriz institucional era para que aceitássemos e os recebêssemos bem. De fato, como, por exemplo, a verba destinada à compra de roupas era ínfima, eram as doações guardadas da época no Natal que permitiam novas roupas para as crianças durante o ano, assim como eram as doações de material escolar que permitiam estojos e mochilas novos no início do ano ou para as crianças novas que eram acolhidas durante o período letivo. Muitas vezes, o acolhimento de bebês recém-nascidos também exigia a doação de fórmulas infantis substitutas ao leite que, por seu alto preço, extrapolavam o poder de compra da verba destinada à alimentação.

Havia uma grande gama de voluntários, que ofereciam desde pequenas doações pontuais a auxílios financeiros na reforma de casa e compra de automóveis. Também havia

voluntários que auxiliavam na rotina da casa um período por semana, a maioria desistindo após um curto período de tempo.

A instituição aceitava todos os tipos de voluntários, na esperança de que algum deles oferecesse doações mais substanciais, de preferência em dinheiro. Era como se em cada voluntário pudesse estar a salvação e, como não se sabia em qual, aceitavam-se todos. A instituição também estava inserida em programas de voluntariado empresariais, nos quais o recebimento de verba estava atrelado à participação nas atividades propostas pela empresa. Por exemplo, uma dessas empresas ‘convidou-nos’ a participar de um show de circo realizado por ela, especialmente preparado para as crianças e adolescentes da instituição. O “detalhe” era de que o show aconteceria no período da tarde no meio do ano letivo. Como gostariam que fossem muitas crianças, como fazer com aquelas que estudavam a tarde? Faltariam à escola?

A consequência dessa aceitação irrestrita era a participação em programas sem sentido e, muitas vezes, a sobreposição de festas, presentes e visitas. Por exemplo, cada grupo, ou empresa, queria organizar uma festa, porém isoladamente dos outros ‘parceiros’. No início, a instituição também não se posicionava, o que resultava em quatro festas de natal, cinco comemorações do dia das crianças, três de páscoa. Todas ruins, com um presente no final.

Com a proliferação de presentes decorrentes dessas festas, muitos eram jogados no terreno vizinho ou quebrados instantaneamente. A crítica então recaía para as crianças, ‘*que não sabiam dar valor*’, sem que se levasse em consideração o que de fato elas queriam ganhar como presente ou em que posição elas estavam sendo colocadas. Era como se, por serem crianças ‘de’ abrigo, devesses agradecer por qualquer presente, mesmo que repetido, mesmo que a roupa não fosse da sua numeração, mesmo que eles não quisessem mais uma bola ou preferissem um presente coletivo, quem sabe, uma bicicleta.

Uma grande e trabalhosa conquista foi convencer a instituição a se posicionar e, por que não, apenas uma festa para cada data! Questionávamos: ‘*Alguém vai a cinco festas de natal? Quatro de páscoa? Como querer que as crianças valorizem se a própria instituição banaliza? A instituição não é uma só? Então porque não exigir que os parceiros se juntem para produzir uma única festa? Que as crianças possam escolher o que querem ganhar de presente?*’. Então, poderíamos exigir: festas legais, com pula-pula, piscina de bolinhas, opções de comida, recreação. Algumas empresas não gostaram: sentiam dividir e reduzir seu momento de reconhecimento pela salvação das criancinhas.

Ainda estávamos na Sede, em época de véspera de Natal. Os presentes, cestas básicas e panetões chegavam sem parar. Veio então uma caixa de uva já bem passada, quase podre. A explicação era de que haviam doado três caixas, ficando uma para cada casa.

Uma funcionária já bem antiga, aos cochichos, revelou: há uma sala trancada, para onde vão as doações que não vão para as casas! Em segredo, com uma chave que ninguém sabia que existia, vimos computadores, roupas, cestas básicas e, como era de se esperar, umas três caixas de uvas, verdes, nada podres.

No dia vinte e quatro de dezembro, eu estava de plantão na Sede quando um dos funcionários responsáveis pelas doações chegou inesperadamente. Chegou por cima, onde eu estava; saiu por baixo, perto da sala trancada. Após o Natal, fomos verificar e constatamos o que muitos já sabiam: naquela sala não havia mais nada.

3.10 O abrigo pode ser um lugar de cuidado?

Na noite em que Carlinhos foi acolhido, todos se espantaram ao se deparar com sua “deficiência”: aos dois anos e meio, ele não falava, não ingeria alimentos sólidos e mal sabia colocar os pés no chão. O nome da síndrome que portava ninguém conhecia e sabíamos muito pouco o que fazer e o que esperar dele: por que ele não comia? Será que tinha algum problema motor? Conseguiria um dia falar?

Inicialmente, a forma de resguardo da equipe foi de apostar muito pouco nele. Apesar de sua idade, recebia o mesmo tratamento que os outros bebês do abrigo. Foi alguns dias depois, entretanto, a partir de uma consulta com seu neurologista, que, de certa forma, sentimo-nos autorizadas a sonhar, a investir e a exigir dele. Disse-nos o médico: *‘ele pode fazer tudo isso!’*.

Essa fala teve efeito imediato na equipe. Se antes, ele ficava no chiqueirinho, pelo medo de que ele se machucasse, passaram a deixá-lo sobre tapetes. Apresentaram-lhe saborosas comidas, incentivaram-no para que comesse algumas com suas próprias mãos. De tanto falarem com ele, ele passou a esboçar um querer-dizer, aos poucos começou a falar os

sons com que os nomes de suas educadoras preferidas começavam. Em alguns meses, já estava escalando as muretas, indo à creche, mexendo em tudo a seu alcance: um menino.

...

Marcelo havia sido acolhido juntamente com sua irmã, alguns anos mais velha. A queixa de agressão em relação a seus pais recaía principalmente nela (ele, pelos relatos, era o protegido), mas, por medida de segurança, decidiram pelo acolhimento dos dois.

No início, pareciam irmãos siameses, sempre juntos, ela sempre cuidando dele, ele sempre dependente dela. Com o passar dos meses, sua irmã foi fazendo novas amizades no abrigo, começou a brincar mais com as meninas e ele foi ficando de lado. Apesar dele também ter feito alguns amigos, conforme o tempo passava, ele ia se encolhendo: falava cada vez menos, comia menos, sorria menos. Na escola, começaram a vir reclamações sobre sua falta de organização. No abrigo, ao contrário das outras crianças, que costumavam eleger um funcionário preferido, ele não ficou mais próximo de ninguém.

Um dia, descobriu-se uma brecha em seu silêncio retraído: bastava ele pisar o pé na rua, fora do abrigo, para surgir um outro menino: falante, contador de piadas, risonho. Perceber essa brecha foi um alívio para todos, que se preocupavam com sua insistente tristeza e que viam, nessas pequenas saídas, uma possibilidade de construir uma relação mais próxima com ele, visto que no abrigo, no meio de todos, ele se perdia.

Porém, parte das preocupações se mantinham. A perspectiva de retornar para sua família foi ficando cada vez menor e sua estadia no abrigo, que no início era para ser de apenas alguns meses, foi prolongando-se. Acompanhar seu recrudescimento, como uma flor que murcha, causava desespero e impotência, principalmente, ao perceber que, especialmente para ele, estar no abrigo fazia muito mal e que as saídas, embora fossem um refúgio, não eram suficientes para devolver a alegria que se perdia.

...

A história relatada nos dois volumes de prontuário chocava. Um histórico de vivência na rua e violações das mais diversas: uso das crianças para conseguir renda pedindo dinheiro, maus tratos com alguns dos filhos, mofo na fralda dos mais novos e uma indiscriminação dos espaços da casa e seu uso.

A instituição que acompanhou a família quando eles viviam na rua relatava insistentes tentativas de pensar com os pais em formas de cuidado, seja de como organizar o espaço em que viviam (onde comer, onde dormir, onde defecar etc), seja de procurar tratamento para uso de drogas, outras formas de obter renda ou mesmo passagens para retornar à cidade onde estavam seus familiares. O trabalho da instituição provocava poucos movimentos na família, até que, depois de um ano de trabalho, a instituição decidiu pelo acolhimento das crianças.

Quando entrei no abrigo, era convicta de que a institucionalização era a pior opção para todas as crianças e que, se estavam lá, era porque algo havia fracassado no trabalho com as famílias, pois se tratava de uma causa social da qual elas estavam sendo culpabilizadas. Entretanto, quando me deparei com os detalhes crus da história desses irmãos, surpreendi-me ao pensar que, para eles, estar no abrigo era uma opção, não a desejada, mas a possível. Saber sobre as tentativas do acompanhamento realizado com a família me fez refletir sobre a complexidade dessas situações, que não se tratava apenas de um trabalho mal feito ou de pais culpabilizados.

Essa mudança de posição, de poder pensar o abrigo como lugar de cuidado, permitiu com que eu assumisse outro posicionamento em relação a eles. Um dia, uma dessas irmãs, Elisa, me entregou um desenho: eu, meu suposto marido e ela, em frente a uma casa. Um pedido claro e desconcertante, que se repetia em outras situações quando, por exemplo, ela pedia para que eu a levasse para casa ao final do expediente.

Por algum tempo, diante desses pedidos, não sabia o que falar para não ser grossa e não alimentar uma falsa esperança. Algumas vezes, dava uma explicação da realidade: dizia que não era casada, que ainda morava com os meus pais, que não pensava em ter filhos naquele momento etc. Obviamente, o pedido não cessava! Fui aos poucos conseguindo pensar com ela em como era essa mãe imaginada em seus pedidos. Todo dia, por algum tempo, líamos juntas o livro 'mãe'. Curioso que o livro não era muito adequado pra pensar formas de cuidado em um abrigo, mas, como Elisa ainda não sabia ler, eu o considerava apenas um mote, a partir do qual subtraía e inventava partes de acordo com o que achava importante lhe dizer.

Fomos então pensando em como eu cuidaria dela lá e como outras pessoas também cuidavam. Curioso que seus pedidos não cessaram, mas, de alguma forma, perderam o peso que tinham. Mais de um ano depois, ela, junto com outras meninas, contavam-me da brincadeira que faziam: diziam que estavam brincando de casinha e que eu era a mãe. Em seguida ressaltavam, *‘na brincadeira’*.

3.11 Brincadeiras

Onde guardar os livros e brinquedos e qual acesso as crianças teriam eram questões sempre debatidas e nunca resolvidas na instituição. Por um lado, se os livros e brinquedos ficavam guardados na sala das técnicas, as crianças tinham sempre que *‘pedir para pegar um jogo’* e, nos horários em que a sala estava trancada (finais de semana e períodos noturnos), elas não tinham acesso. Por outro lado, as diversas tentativas de deixá-los ao acesso livre das crianças, em poucos dias, significavam brinquedos na sarjeta, quebrados, com peças faltantes ou mesmo brinquedos e jogos que misteriosamente sumiam de um dia para o outro.

Uma das tentativas foi na direção de implicar os profissionais nas brincadeiras das crianças. Tarefa difícil, em meio a correria cotidiana, mas necessária, visto que o olhar de um adulto ajudava a sustentar a brincadeira e a evitar a destruição do brinquedo. Nessa linha, foram diversas discussões e combinados realizados em reuniões, de modo que as crianças pudessem ter brinquedos guardados em seus objetos pessoais e que as educadoras tivessem acesso aos outros brinquedos.

Tais combinados funcionavam por alguns dias, às vezes por semanas, até que, em algum momento, os brinquedos novamente apareciam destruídos, o que fortalecia sentenças de que *‘por isso que não pode ficar ao acesso delas’*, *‘elas não sabem cuidar’*.

‘Não saber cuidar’ em uma instituição de proteção para crianças e adolescentes com direitos violados é uma temática que insiste, não por acaso, no cotidiano institucional. Lembro-me de uma cena, poucas semanas depois que estava trabalhando na instituição, de dois irmãos que me pediram para brincar com uma casa de bonecas de madeira. Levamos a casa para o pátio e lá eles ficaram. Voltei para minha sala e lá permaneci até que, depois de um tempo imersa em relatórios e agendas, comecei a reparar nos barulhos que ouvia. Saí rapidamente, porém tarde demais: a casa já estava praticamente destruída. De certa maneira, aprendi a lição: deixá-los ao acaso com os brinquedos era, não apenas ser cúmplice de uma

iminente destruição, mas também desperdiçar uma oportunidade de construção de momentos de cuidado, simbolização e, por que não, diversão conjunta.

Uma nova tentativa foi de responsabilizar as crianças pelos brinquedos que escolhiam brincar. Não permitir que fosse qualquer brinquedo, que escolhesse um, depois outro, depois outro. Quando escolhiam, dizia para elas ‘*então você está escolhendo esse jogo? Vamos ver qual é?*’. Muitas vezes olhávamos o jogo antes, contávamos as peças, víamos como é que se jogava. Eu lhes dizia ‘*então é sua responsabilidade trazê-lo de volta!*’. Elas sentiam-se orgulhosas frente às outras crianças, afinal eram ‘*respon... o quê?*’. Responsáveis. Ser responsável pelo brinquedo passou então a ser uma função rotativa, cada dia um. Muitas vezes, eles se ajudavam ‘*fulano, você não guardou o brinquedo, você que é o responsável!*’; outras vezes destruíam para culpar o outro.

Assim, os brinquedos voltavam mais, duravam um pouco mais, mas claro que isso não funcionava sempre. Porém, era necessário também os profissionais insistirem.

Era uma tarde de férias, um grupo de umas sete crianças entre os seis e doze anos decidiu brincar de *stop*. Da minha sala, estranhava a calma da brincadeira, sem brigas, sem dispersões, com risadas, durante mais de meia hora. Parei para reparar. Uma das meninas mais velhas, com cerca de 11 anos lia as letras. Curioso como ela já sabia as dificuldades das crianças, de trocarem letras, escreverem errado ou mesmo crianças que mal estavam alfabetizadas. Ia então dando dicas ‘*então a letra é P, não é B, viu gente, B de bola não é, é P, PA, PE, PI, PO, PU...*’. Auxiliava, assim, a sustentar a brincadeira.

Rafael tinha apenas 3 anos e meio, mas parecia um furacão. Bastava piscarmos os olhos e ele já estava em cima da mesa de pebolim, arrancando uma planta, batendo em alguém, apanhando de alguém, pisando em um brinquedo, xingando, não parava em lugar nenhum!

‘Não parar nos lugares’ também fazia parte de sua história, marcada por recusas e mudanças e de casa. Quando nasceu, sua mãe se recusou a cuidar dele, deixando-o aos cuidados da avó paterna, que, depois de alguns meses, não quis mais ficar com ele, o que o levou para a casa do pai. Este, diante de um novo casamento, também recusou-se a ficar com o menino de modo que ele, após algum tempo, foi morar novamente na casa de sua avó onde ficou poucos meses, pois ela desistiu de cuidar dele, visto que *‘ele dava muito trabalho’* e não era responsabilidade dela, já que ela *‘não era a mãe’*. Com tantas idas e vindas em três anos e meio, Rafael foi para o abrigo. Naquele momento, a família havia decidido que não queria ficar com ele, abrindo mão do poder familiar.

Veio então um casal interessado em adotá-lo. Mal chegaram no quarto onde Rafael estava e foram recebidos por objetos na cabeça, atirados pelo Rafael. Porém, não ficaram bravos, deram risada.

Rafael passou algumas semanas saindo para passear com o casal antes de sair a guarda definitiva. Um dia perguntei a ele o que estava achando desses passeios. Ele fez um desenho, das casas dos três porquinhos, me contou a seguinte história:

- *‘Essa era a casa dos três porquinhos, aí veio o lobo, soprou, a casa caiu. Aí eles mudaram de casa, veio o lobo de novo, soprou e caiu. Aí mudaram de casa de novo, o lobo soprou, mas a casa não caiu mais’*.

3.12 Diagnósticos

Pedro tinha por volta de 10 anos e já colecionava internações psiquiátricas, passagens pela rua e muitos, muitos diagnósticos, que variavam tanto no tempo, quanto na abordagem dos profissionais que o realizavam – psiquiatras, psicólogos, psicanalistas, acompanhantes terapêuticos etc.

Transtorno Afetivo Bipolar já havia virado piada entre os funcionários da instituição, que esperavam ansiosamente sua *fase depressiva*. *Transtorno de Conduta Hiperkinética* era a contraposição psiquiátrica ao primeiro diagnóstico, com função importante na retirada de parte da medicação, embora pouco ajudasse a lidar com as questões que ele trazia à instituição. Já entre os psicólogos e psicanalistas, a lista corria solta: *perversão, psicose,*

histeria grave. O teste de Rorschach apontava para uma *neurose* e, os outros testes, para um *déficit intelectual*.

Eu, como psicóloga, durante algum tempo também esperava por um diagnóstico que pudesse ajudar a pensar em um projeto para ele. Fazia também minhas elucubrações, sem um resultado efetivo. Depois de um tempo inverti a ordem das prioridades: primeiro o projeto – *o que o ajudava a ficar bem?* –; o diagnóstico virou piada, a todos ele escapava.

Nino, irmão mais novo de Pedro, foi ao pediatra, médico ao qual havia ido poucas vezes na vida. Na hora de colocar seu sapato, *‘fez graça’*, ficou enrolando, fez-se de desentendido na hora de responder às perguntas da médica. Para quem o conhecia, nenhuma surpresa, seu estilo piadista e arteiro já era bem conhecido de todos. A pediatra, entretanto, preocupou-se com seu comportamento dado que, além de ser de abrigo e ter morado na rua, ele tinha um irmão com diagnóstico psiquiátrico. Encaminhou-o assim para o neurologista.

Semanas depois, no caminho do neurologista, com a preocupação de quiçá, sairmos de lá com mais uma prescrição de medicação psiquiátrica, advertimos Nino: *‘nada de fazer graça, o que ele perguntar, você responde!’*. Ele respondeu. Quem nos advertiu foi então o médico: *‘por que o encaminharam se ele não tinha nada?’*.

Na mudança do quinto para o sexto ano, Deivid mudou de escola. Para nossa surpresa, foi aprovado, mesmo a escola tendo passado o ano inteiro afirmando que ele estava mal alfabetizado. A sensação que tínhamos era de que finalmente eles tinham conseguido se livrar dele, que durante três anos havia deixado professoras, coordenadoras e diretoras de cabelo em pé.

No início do outro ano, fomos chamados pela professora da nova escola responsável pelos alunos de inclusão. Contou por telefone que ele estava em sua lista, mas que gostaria de

conversar, pois não estava de acordo com o ‘*diagnóstico*’ dele. ‘*Mas qual diagnóstico?*’, perguntei.

A escola anterior o havia transferido com o diagnóstico (feito por ela mesma) de deficiente mental. Assim, segundo as boas intenções da escola, ele poderia ter um ‘*reforço*’ com a professora da sala de inclusão. Esquecia a escola que, além do reforço, seu ‘*diagnóstico*’- (*DM, deficiente mental*) – apareceria também ao lado de seu nome em todas as listas de chamada.

Por sorte, a professora de inclusão sabia a diferença entre inclusão e reforço escolar, e assim foi possível realizar um trabalho conjunto para tirá-lo dessa lista.

3.13 Riscos

Caroline tinha 5 filhos: um adolescente que vivia com sua mãe, outro que estava vivendo na cracolândia e três mais novos que até então viviam sob sua guarda. Todos homens, com exceção da caçula. Caroline não mantinha contato com seus familiares, dizendo ter muita mágoa deles por eles não a terem ajudado quando ela precisou. Também não tinha mais contato com seus dois filhos adolescentes: Caroline não mantinha boas relações com sua mãe e, quando um de seus filhos decidiu morar com ela, ela ‘*deixou de considerá-lo como filho*’. O outro, em uma crise de abstinência, roubou sua casa e a ameaçou de morte e Caroline reagiu expulsando-o de casa.

Em certa ocasião, Caroline teve que ser internada, por conta de um agravamento de saúde, consequência do vírus HIV. Nos primeiros dias, seus vizinhos cuidaram delas. Dias após, chamaram o Conselho Tutelar que decidiu abrigá-las, mesmo a revelia das crianças, dado as condições em que se encontravam: sujas, sem comida, sozinhas em casa. Quando saiu do hospital e ficou sabendo da situação, Caroline, além de revoltada e magoada, começou a luta por tirar seus filhos do abrigo: ‘*meu filhos são minha vida, têm que ficar comigo*’, dizia. Luta esta nada fácil, que durou mais de dois anos.

Se, antes desse fato, Caroline já havia morado debaixo da ponte com elas, após a institucionalização, as condições para o desligamento multiplicavam-se: exigência de uma casa ‘*razoável*’, de estar bem de saúde, de um emprego com carteira assinada e de ter onde deixar os filhos no contra-turno escolar. Em determinado momento do acompanhamento,

Caroline conseguiu que todas as exigências fossem atingidas, porém o Poder Judiciário decidiu esperar (não se sabe o quê) um pouco mais, visto que ela era mãe solteira. Frustrada, em poucas semanas, ela saiu do emprego, seu estado de saúde até então estável piorou, pensou em desistir.

Caroline, por sua vez, também sabia o que lhe era exigido e por vezes mentia e omitia informações que sabia que lhe seriam desfavoráveis. Se, por algumas semanas, nós, da equipe, estávamos confiantes e Caroline mais próxima, não tardava a descobrirmos que ela havia omitido que seria despejada ou que o registro da carteira de trabalho era falso. Assim, nós também oscilávamos entre a animação e a frustração, a confiança e a sensação de que estávamos sendo enganadas.

Tais movimentos despertavam opiniões contraditórias ao longo do acompanhamento e também entre os profissionais do abrigo: que ela gostava que os filhos estivessem no abrigo para poder ir ao forró, que ela estava sendo alvo de preconceito pelas técnicas do Fórum, se ela confiava em nós ou estava nos enganando, que ela era muito esperta e malandra, que era melhor para as crianças estarem com a mãe, ou que elas teriam uma vida muito melhor no abrigo, *‘sem os riscos da vida solta na favela’*.

A necessidade de oferecer um parecer sobre a indicação ou não de desligamento também colocava em questão nossos valores e ideais, bem como a demanda de *‘tomar a melhor decisão’*. O relato de uma visita domiciliar ilustra algumas dessas questões: *‘Então ela mudou de casa... fomos visitar. Quais são os critérios básicos para uma casa ser considerada adequada? Como validar: aqui é bom, aqui não dá para ficar? Era barraco, cheiro de mofo insuportável, banheiro separado por cortina, uma cama de casal para ela, o marido e todos os filhos, sem espaço para mais nada... (porém, com tv, dvd, bicicleta comprada para quando eles voltassem, fotos das crianças, bonecas...)’*.

Ponderávamos sobre as *‘condições necessárias’*: uma cama para todos era algo que deveria impedir o retorno das crianças? Não seria esse um critério econômico e moral? Entretanto, temíamos essa *‘proximidade excessiva’* entre sua filha e o namorado de Caroline. Ao sugerir o desligamento, assumíamos nós este risco.

Cheguei no abrigo pela manhã e, como de costume, fui para a cozinha, tomar um café, saber como estavam as coisas. De pronto, me avisaram: *‘leia o livro de plantão, tem um recado sério para vocês’*. Era um recado de uma das educadoras, relatando que uma das adolescentes havia contado para ela uma coisa muito séria, tão séria que ela não podia escrever no livro. Pedia para nós conversarmos com a adolescente o mais rápido possível.

O assunto que não podia ser escrito era de um abuso sexual. A adolescente e depois cada uma das crianças nos confirmaram: um dos adolescentes obrigava alguns dos meninos e meninas a fazer sexo oral e anal com ele. O que não podia ser escrito também, por muito tempo, não podia ter sido falado, pois isso já estava acontecendo há alguns meses.

O clima de velório, culpa e angústia rapidamente se instalou, principalmente entre os funcionários: *‘como não vimos, não percebemos?’*, *‘que relação tínhamos com as crianças que elas demoraram tanto para nos contar?’*. A raiva em relação ao adolescente predominava, era difícil conversar com ele, estar com ele na casa. Lembro que no dia seguinte ao ocorrido, ele veio me pedir para ajudá-lo na lição de casa, tal como sempre fazia. Ouvi o pedido e me dei conta da minha impossibilidade de fazer *‘como sempre fazia’*. Disse isso a ele, que ainda estava muito mexida com tudo o que estava acontecendo, que achava que naquele dia não ia conseguir. Ele saiu sem nada dizer.

Os funcionários mais antigos nos *‘consolavam’*, que *‘aquilo’* sempre havia acontecido: alguns adolescentes, que já tinham saído da instituição, haviam contado para elas. Muito provavelmente aquele garoto também poderia ter sofrido abusos e que, agora, como mais velho da casa, repetia com os menores o que haviam feito com ele.

O que não podia ser escrito, o que demorou para ser contado, durante muito tempo também não havia sido ouvido, embora parecia que sempre estivesse lá a conhecimento de todos. Lidar com o ocorrido era muito delicado. Foi necessário comunicar a prefeitura, ao Poder Judiciário no processo de todas as crianças envolvidas, aos familiares, à presidência da instituição.

Mais do que tudo, significava lidar com o risco dentro do próprio abrigo, com a falha da instituição, com aquilo que *‘ela não dava conta’*.

3.14 Visitas domiciliares

A primeira pergunta que ela nos fez quando chegamos em sua casa foi: *‘como vocês me encontraram aqui?’*. De fato, não havia sido nada fácil, os olheiros da favela nos olhavam feio, *‘quem éramos nós?’*, apresentávamo-nos, perguntávamos pelo nome dela, uma mulher com filhos. *‘A namorada do fulano?’*, perguntavam-nos. Não sabíamos o nome de seu atual companheiro. Depois de muito perguntar, algumas casas erradas e a cogitação de desistir, chegamos em sua casa. A recepção dela já anunciava o difícil tom que a conversa ia ter.

Nas últimas semanas, depois que havia recuperado a guarda de seus filhos, Caroline, afastou-se deliberadamente e rapidamente de todas as instituições que a *‘acompanhavam’* (abrigo, CRAS¹⁵, equipamentos de saúde, de educação, entre outros), para desespero das instituições que a procuravam insistentemente: que seus filhos precisavam voltar para escola, que ela precisava se tratar, que ela não havia entregado os últimos documentos necessários para receber os benefícios, que os *‘combinados’* não estavam sendo cumpridos. Nós estávamos lá para cobrar esses *‘combinados’*, que, na verdade, eram exigências para o desligamento das crianças da instituição.

Ela nos ameaçava; lembrava-nos de uma técnica antiga que havia saído do caso por pressão dela. *‘Vocês não sabem do que sou capaz’*, nos dizia. E nós lá, na sua casa, sem termos sido convidadas, em território estranho.

Disse a ela que gostaria muito que ela ficasse com as crianças e que achava que ela tinha condições para isso, mas que não podia ser daquele jeito. Que tudo que a gente tinha conversado precisava ser cumprido, a começar pela escola. Abria, assim, uma brecha na minha própria fala: contraturno escolar, fonoaudióloga podíamos abrir mão, a escola não. Sentia-me alternando os tons da conversa: quando mais rígida, ela me atacava, eu, com medo, recuava; mas não muito, logo lembrava das muitas reuniões que havia feito com ela, das conversas, listas, combinados, acordos, discussões, não podia acordar com sua fala *‘de que estava tudo certo, que ela não queria pensar mais em nada daquilo’*.

Depois de um longo embate, acordamos novamente: a escola, para a semana que vem, eu ligaria para conferir.

¹⁵ Centro de Referência da Assistência Social.

Saímos de lá aliviadas; eu e a assistente social comentamos: da próxima vez, não iríamos mais sozinhas.

Chegamos a sua rua. Achar a casa era um outro desafio, as numerações não seguiam qualquer ordem lógica. Então encontramos Fernanda, que logo deu um berro e correu para nos abraçar quando nos viu. Começou a contar de seus dias de férias, para onde tinham ido, com seu pai, suas primas, seus tios, histórias e mais histórias. Logo dona Maria apareceu, levava roupas de sua casa para a casa de sua mãe. Apresentou-nos sua família e depois sua casa.

Nós também apresentamos a visita que fazíamos. Como já havíamos combinado, e prometido, iríamos conhecer a casa dela e saber como havia sido aquele período de férias, quem sabe com aquelas informações, a guarda de sua neta iria para ela *‘com papel e tudo’*.

Dona Maria, nas vezes que havia ido ao abrigo, ou nas entrevistas em que havíamos ido juntas ao Fórum, parecia pouco saber como se colocar. Sua locomoção na cidade, fora de seu bairro, era dificultada tanto por sua idade, quanto por serem lugares estranhos nos quais ela, sem saber ler, ficava invariavelmente perdida. No Fórum, de tão nervosa que ficava diante da situação, pouco conseguia entender o que se passava, ou, por vezes, entendia tudo às avessas. No abrigo, nas raras vezes em que visitou sua neta, *‘saía de lá muito mal’*: não era fácil para ela vê-la *‘naquela situação’*.

Na sua casa, entretanto, dona Maria parecia outra pessoa, e era um prazer conhecê-la assim. Dona do espaço, enquanto tomávamos um cafezinho na sala da casa, ficou nos contando da casa cheia de netos naquele final de ano, da correria para cuidar de sua mãe, fazer comida para todos, do quarto que estavam construindo para receber Fernanda. Reclamava do cansaço e das dores nas pernas. Comentei *‘ah, dona Maria, mas parece que você está gostando dessa correria toda!’*. Ela riu, era verdade, estava gostando, e muito.

3.15 Restituições

Maria do Socorro, tia de uma criança acolhida, certa vez, perguntou-me: *‘mas você acha que tem alguma chance do juiz dar a guarda de minha sobrinha para uma pessoa assim que nem eu, pobre e sem estudo?’*. Respondi que sim, que achava que tinha. Perguntei por que ela achava que ele não daria. *‘Filho deve ficar com a mãe, não deve? Pois mãe é mãe’*, ela me respondeu, pedindo minha confirmação. *‘Nem sempre, deve ficar com quem pode cuidar’*, argumentei.

Já acompanhava o caso há alguns meses. A menina, no início de sua adolescência, havia delatado uma traição da mãe para seu atual companheiro e, em decorrência, foi morar com sua tia. *‘Morar com a tia’* já havia ocorrido algumas vezes em sua vida, em geral como forma de resolução de um conflito com a mãe.

Maria do Socorro, um dia, foi queixar-se ao Conselho Tutelar de que sua sobrinha não a respeitava e eles decidiram pelo acolhimento da menina. A tia, entretanto, relatava que não havia entendido as consequências dessa ação, que achava que era apenas *‘para dar um susto’*.

Coincidentemente ou não, a delação da traição havia ocorrido na mesma época em que o exame de DNA solicitado pelo pai da menina havia dado negativo e, o acolhimento dela, no mesmo mês em que a mãe engravidara de seu atual companheiro.

Em um outro dia, Maria do Socorro me perguntou, se agora que o DNA havia mostrado que seu irmão não era pai da Taís, se ela ainda podia ser considerada tia, se a sobrinha ainda poderia ficar com ela. Comentou, em seguida, que, na verdade, ele não era irmão de sangue dela, pois sua mãe o havia *‘pegado para criar’* quando ele era criança. Perguntei se ela se sentia menos irmã dele por não ser de sangue, ao que ela me respondeu *‘de jeito nenhum!’*, e, em seguida, completou, *‘o que importa é o que a gente sente, né?’*. Concordei, pensando, sem coragem de falar, que tia de sangue, na verdade, ela nunca tinha sido.

Assim, quando ela me perguntou se achava que o juiz daria a guarda para ela, eu tinha em mente que, mais que uma questão de preconceito, que certamente existia, havia algo mais em jogo: ela também não se autorizava a ter a guarda, seja *‘por não ter o papel’*, por não ser *‘tia de sangue’*, ou porque *‘filho deve ficar com a mãe’*. Um dia, contou-me que ela própria havia dado um filho seu em sua meninice. A partir de então, foi possível pensar sua culpa decorrente, já que *‘filho deve ficar com a mãe’*: assim como outros cuidaram quando ela não

pôde cuidar, por que ela não poderia cuidar agora? Será que filho deve ficar com a mãe sempre?

Um trabalho com ela foi de restituí-la em sua autoridade de tia. Aos finais de semana, quando sua sobrinha ficava em sua casa, ligava para o abrigo: *‘ela ta usando uma saia muito curta, que eu não gosto. Você acha que eu posso falar para ela tirar?’*. Paradoxalmente, restituí-la em sua autoridade passava pela autoridade do abrigo.

Era mês de abril quando Taís decidiu que queria morar com a tia. Nove meses após seu acolhimento, poucos dias após sua mãe ter dado a luz. Decisão difícil, visto que implicava renunciar ao desejo de ficar com a mãe. Enviamos um relatório ao Fórum solicitando o desligamento para julho, mês de férias. Dias depois, o Fórum ligou, dizendo que estavam em audiência com todos da família e que haviam decidido pelo desligamento imediato. Levamos um susto: imediato? O Fórum insistiu, imediato, a tia afirmou que conseguiu vaga na escola por lá.

Repensamos: de fato, para que esperar dois meses? Certamente havia também uma despedida nossa em jogo.

3.16 Despedidas

Certa vez, quando um dos bebês foi adotado, uma das funcionárias trancou-se no banheiro para evitar a situação de despedida. Outra funcionária, também bastante ligada àquele bebê, logo me advertiu: *‘nunca mais me apego a nenhuma criança daqui!’*. Conhecendo-a relativamente, apenas comentei *‘duvido’*. Ela deu risada, disse que também duvidava, mas que essas situações de separação, embora soubesse que era o melhor para o bebê, eram de cortar o coração.

Wagner fazia uma busca incansável em busca de uma mãe. *‘O que precisa para ser uma mãe?’*, perguntávamos. Ele pensava, e respondia *‘precisa gostar de criança e ser casada’*. A partir desses dois critérios fazia sua busca: se a cabelereira do bairro o recebe bem

e lhe oferece água, por que não ela? E a vizinha, casada com filhos? Certamente ela gosta de crianças.

Quando vinham casais encaminhados pelo Fórum visitar uma criança (na intenção de adotá-la), a certeza estava dada: era um casal em busca de uma criança! Por que não ele? Sua cor, idade e o fato de ter irmãos, infelizmente, complicavam o sucesso de sua busca.

Um dia, uma das crianças pequenas foi adotada. Seus novos pais vieram buscá-la, tiraram fotos de todos da casa para guardar de lembrança, o clima era de festa. Porém, bastava olhar a cara de Wagner para que a felicidade fosse se transformando em desilusão. Quietamente, com os olhos cheios de lágrimas, em um canto, mais uma vez, não havia sido ele.

Uma das educadoras havia sido demitida. Ela era muito querida pelas crianças, mas com uma relação muito complicada com os funcionários. Entre a gestora e a funcionária, as várias conversas anteriores já preparavam o terreno da demissão. Para as crianças, entretanto, era uma surpresa.

No dia seguinte, quando cheguei, a casa estava um caos. O livro de plantão relatava a noite conturbada que se seguiu à demissão: adolescentes que se recusaram a ir para a escola, crianças que se negaram a comer, outras que ameaçaram fugir, todos ‘*revoltados*’. Como naquele dia, a única técnica que iria estar lá seria eu, senti urgência em fazer algo, antes que a casa explodisse.

Comecei a chamá-los para conversar. Eles sabiam por que ela havia sido demitida? Ouvi as diversas hipóteses deles: para uns era uma vontade nefasta da gerente que tinha prazer em tirar todas as pessoas legais de suas vidas. Para outros, era culpa de uma voluntária que havia contado uma situação na qual a funcionária havia descumprido um combinado dos funcionários.

Tentei relatar parte do processo do qual eles não haviam participado, das regras que ela não cumpria, das conversas que já haviam sido realizadas, do mal estar com todos da equipe, não apenas com a gerente. Por outro lado, legitimei a tristeza que eles estavam sentindo. Aos poucos, a situação foi se acalmando.

Ligaram então de uma das escolas, pedindo para buscar uma das crianças que estava *'impossível'*, arrastando-se no meio do pátio após tirar a roupa na frente de todos. Conhecendo a forte ligação que essa criança tinha com a funcionária demitida, fui buscá-la imediatamente. Individualmente, contei novamente as explicações, que pareciam não tocar no ponto da questão. *'Se ela gostava de mim, por que foi embora?'*, foi uma das perguntas que ela me fez. Comentei o quanto que devia ser difícil quando funcionários ou crianças dos quais ela gostava iam embora. Nisso, ela já estava no meu colo, em um misto de tristeza e revolta, chupando os dedos que nem um bebê.

Fomos conversando sobre a relação que ela tinha com a educadora, que tinha razão em estar triste, mas que as duas se lembrariam do tempo em que estiveram juntas e, quem sabe, ela poderia também gostar muito da nova educadora que entrasse. Lembramos também das outras pessoas que já tinham trabalhado ou morado na casa, das que partiram ou vieram.

Sabendo que muito provavelmente eu também sairia da casa dentro de poucos meses e, levando em consideração a ligação forte que eu também tinha com ela, sentia-me duplamente afetada por aquele choro. Lembrei-a do meu primeiro dia de trabalho, quando ela se apresentou para mim de um jeito diferente de todas outras crianças. Fez suspense para dizer o seu nome, pediu para eu adivinhasse. Deu uma dica: *'é aquele nome que começa com E e termina com A'*. Comentei que, assim como tinha o primeiro nome que eu havia decorado, eu também nunca esqueceria, mesmo que, um dia, deixasse de trabalhar lá.

Capítulo 4: Acolhimento institucional na assistência à infância

Neste capítulo são discutidas as cenas relatadas acima, tendo como referência a hipótese de pesquisa – de que os diversos momentos do cotidiano são atravessados por modelos de práticas que constituíram a assistência à infância, cada uma atribuindo, em seu discurso, posições e funções específicas às famílias e aos agentes institucionais.

Em seguida, são problematizadas, à luz da psicanálise, as implicações subjetivas das diferentes posições discursivas ocupadas pelos sujeitos. As temáticas de identidade e reconhecimento e, na via oposta, de não reconhecimento e estranheza, são eixos dessa discussão, de modo a pensar na sua relação com os lugares demarcados pelas práticas discursivas.

Por fim, procura-se delimitar, tendo em vista as discussões anteriores, eixos pelos quais pode se orientar o fazer psicanalítico nessas instituições, ressaltando-se a importância da consideração da singularidade, bem como dos “impossíveis” desse trabalho.

4.1 O cotidiano e seus paradigmas

Na história das práticas de assistência à infância, relatadas no capítulo 2, ressalta-se uma ambiguidade¹⁶ das ações realizadas a serviço das crianças, mas também a favor da sociedade ou do bem de quem praticava as ações. A prática da caridade, por exemplo, era utilizada tanto como forma de assistência à infância, quanto meio para salvação da alma do cristão. Os filhos de criação não apenas eram uma maneira de propiciar um lar às crianças órfãs, mas também de utilizá-las como mão de obra, mais barata e dócil que os escravos. A emergência da filantropia, ao mesmo tempo em que pregava formas de diminuir a mortalidade das instituições, tinha como argumento o “desperdício” do investimento estatal e operava como forma de controle social, de contenção da famigerada vadiagem. Outros exemplos ainda são possíveis: a função de catequização dos missionários jesuítas, a tutelarização das relações de assistência, a possibilidade de perda do poder familiar etc. Assim, permanece em questão a

¹⁶ A ambiguidade, segundo o dicionário Michaelis (2007), refere-se à 1. Anfibiologia, obscuridade das palavras ou expressões, que pode causar várias interpretações; 2. Dúvida, incerteza, irresolução.

serviço de quem estiveram essas práticas de assistência, apontando para a emergência de, no mínimo, um duplo sentido nessas ações.

As intenções presentes na fundação da instituição relatadas no capítulo anterior são constituídas também por esta ambiguidade de ações, remetendo a uma dupla função do objetivo institucional, a serviço tanto dos voluntários que, ligados ao centro religioso, entendiam a prática caritativa como forma de aperfeiçoamento espiritual, quanto das crianças.

É possível afirmar que paradigmas que constituíram as práticas de assistência apresentam-se e constituem o cotidiano institucional. Como foge ao escopo dessa dissertação analisar essas práticas históricas, a discussão está centrada nas cenas relatadas da instituição em questão, tendo em vista os modelos de assistência descritos.

A partir das cenas relatadas do abrigo, nota-se que há um duplo objetivo institucional na fundação da entidade de acolhimento – acolher crianças e possibilitar e incentivar a prática de boas ações às pessoas vinculadas ao centro religioso. Entretanto, um de seus sentidos, ligados à instituição e à importância de ações voluntárias, não é assumido, enquanto tal, pela instituição. No cotidiano, à primeira vista, são apenas as crianças e adolescentes que necessitam e beneficiam-se das práticas de cuidado e da instituição criada para esse fim. Os voluntários são vistos apenas como pessoas dispostas a ajudar o outro, tendo em vista a suposta necessidade das crianças, sem que se considere as implicações e desejos dos próprios voluntários.

A supressão desse segundo objetivo institucional estabelece a representação da falta, da necessidade de cuidados e proteção apenas nas crianças. Na instituição e seus representantes, recai a imagem inversa, daquela que tem e pode doar. A relação entre dar e receber é fixada: a instituição dá (ou melhor, doa), as crianças recebem. O movimento relatado nas datas festivas é exemplo máximo dessa relação: a sobreposição de festas e presentes, em uma abundância sem sentido (aparente), que pouco leva em consideração as necessidades e desejos de quem recebe.

Nessa relação, os discursos são estabelecidos de forma semelhante ao do modelo caritativo: como eixo central estão as máximas de “fazer o bem” e “ajudar o próximo”, que promovem ações de ajuda, caridade e benevolência. As posições constituídas por este discurso são fixadas em torno desse eixo central: *quem pode ajudar* e *quem precisa de ajuda*. A escolha e o poder estão no primeiro lado: quem *pode* ajudar, ou seja, quem não é obrigado,

faz por vontade própria e pode escolher não fazer. A necessidade, em contrapartida, está no segundo lado: a quem *precisa*, pouco cabe a escolha, visto que a necessidade é imperativa.

Minicelli (2004), ao discutir os serviços de assistência à infância na Argentina, em especial em Mar Del Plata, problematiza a oferta de “ajuda” recorrente nas ações deste campo. Para a autora, esta oferta mantém a concepção presente na ideia de minoridade, de alguém menos que precisa ser ajudado. Aponta ainda para a tradição dessas instituições em centrarem suas atenções na satisfação de necessidades em detrimento da consideração do desejo. Vale mencionar que, para a psicanálise, o âmbito do desejo é que diferencia o estritamente biológico do humano e é fundamentalmente singular. Assim, é possível pensar que, quando *precisa-se de ajuda*, está em jogo a ajuda necessária e não o que se deseja, não necessariamente resolvido por uma ajuda. Nessa linha, ela sugere que o diferencial da perspectiva psicanalítica seja apostar na oferta, não de ajuda, mas de escuta, colocando-se a disposição para ouvir o que o outro tem a dizer.

Caponi (2000), ao discutir o sentimento compassivo presente nas práticas caritativas, também relaciona os âmbitos da suposição da necessidade e da singularidade. Baseada nos escritos de Nietzsche, ela afirma que, na suposição da necessidade do outro em ser ajudado, não é avaliado seu desejo em ser socorrido e nem esta interpretação pode ser feita corretamente, visto que o sentimento de compaixão despoja a dor alheia do que ela tem de pessoal, de irredutível e singular.

Assim, ambas enfatizam a importância da consideração da singularidade que, invariavelmente, exige a abertura de um espaço de fala e debate, de modo que o outro possa dizer de si. Essa perspectiva diferencia-se da postura caritativa, na medida em que esta, além de supor a necessidade de ajuda do outro, também cobra retribuições por este ato. Referindo-se ao lugar esperado das crianças e adolescentes diante das ações institucionais, escreve Minicelli (2004, p. 118):

el precio que el “menor” debe pagar por ello [a satisfação de suas necessidades] es la adaptación a la arbitrariedad de normas establecidas por la tradición en minoridad. Su deber es agradecer lo que recibe y quedarse en el lugar que se le asigna

Partindo da suposição de que os sujeitos produzem discursos, ao mesmo tempo em que são produzidos por eles, a identificação ou rejeição a esses lugares instituídos produz diferentes posições subjetivas, assim como legitima ou fricciona os discursos e o cotidiano em questão.

Na cena em que as crianças pediram pipoca ao pipoqueiro e na ocasião em que a voluntária pediu autorização para levá-los ao *Mc'Donalds* no dia de seu aniversário, por exemplo, vê-se como as crianças, muitas vezes, apresentam-se a partir desse lugar reconhecido de “crianças de abrigos”, a qual, rapidamente, aderem-se representações de carência, falta e necessidade de ajuda. Não por acaso, ao invocarem essa imagem, provocam no pipoqueiro e na voluntária a vontade de fazer algo por eles.

É interessante notar de que maneira a identificação a esse lugar de “crianças de abrigos” exerce uma função para elas próprias. Quando o motorista se atrasou para buscá-las, é possível imaginar que elas angustiaram-se com tal atraso, vendo todas as outras crianças indo embora e elas ficando. Diante da angústia, não recorreram aos profissionais da instituição de atendimento, que poderiam ligar para o abrigo para saber o que estava acontecendo ou dar uma outra forma de contorno à situação. Recorrem à imagem de crianças abandonadas a própria sorte, que se viram por si mesmas, mas que, paradoxalmente, precisam de alguma coisa, de alguma ajuda, do que o outro tem a dar.

Esse posicionamento remete ainda à forma como Cecília, filha menor de Joana, apresentava-se, maneira a qual nomeamos como a encarnação do estereótipo da ‘*criança coitada de abrigo*’: meiga, fofa, bochechuda, carente, chorona. Se, na cena do pipoqueiro, a “ajuda” que o outro tem a dar é um saco de pipoca, nesse caso, lembrando que havia uma voluntária muito interessada em adotá-la, torna-se a substituição da mãe. Em ambos os casos, assume-se a posição de quem pode suprir a falta suposta, seja de pipoca, de mãe ou de *Mc'Donalds*. Ainda mais, assume-se que, de fato, o que falta ao outro é o que ele nomeia como objeto da falta, restringindo a possibilidade de escuta. O curto-circuito, nesses momentos, estabelece-se: imagina-se completar o que parece que falta, quem acha que tem a dar, dá, quem apresenta-se estando em falta, recebe.

Em outras situações, há movimentos que permitem alternativas ao curto-circuito: são questionamentos, desconfianças, atos inusitados, brincadeiras, exageros que afirmam a possibilidade de outras circulações para além do circuito previamente estabelecido. Nas datas festivas da instituição, por exemplo, quando as crianças quebravam ou não davam o valor esperado (pelos voluntários) aos brinquedos doados, introduziam uma ruptura ao curto circuito dar-receber, que colocava em questão não apenas o posicionamento delas – agradecer o que recebem e permanecer no lugar que lhes é atribuído –, quanto da instituição, como provedora.

Outros deslocamentos são ainda possíveis. Ao colocar as crianças da instituição como responsáveis pelos brinquedos com os quais escolhiam brincar, deslocavam-se as funções da instituição, como cuidadora e fiscalizadora, e das crianças, como potenciais destruidoras dos brinquedos e do patrimônio. Apontava-se ainda para uma escolha da criança, aquele brinquedo, e não outro, o que fazia reposicionar também a função do brinquedo, de um qualquer da casa ao escolhido. De forma semelhante, quando uma das crianças da casa dava dicas na brincadeira de *stop*, isso ajudava a sustentar a atividade, não apenas pelas dicas dadas, mas pela possibilidade de circular por diferentes lugares: ter dificuldade na leitura e escrita naquele contexto não era pretexto para delegar e pedir ao outro para fazer por e para ele. Também a menina que ditava as letras tinha suas muitas dificuldades na leitura e escrita, o que não a impedia de estar lá naquela função. As dificuldades, ao tornarem-se de todos, possibilitavam uma não aderência do sujeito a esse lugar, ampliando a circulação no repertório das possibilidades.

Se estes movimentos propiciam outras posições e discursos possíveis, uma questão a ser levantada é como esses movimentos são recebidos pela instituição. Levando em consideração a interdependência das posições discursivas, modificações de um lado convocam necessariamente o outro lado a se posicionar, reposicionando-se ou resistindo à mudança.

Quando as crianças quebravam os brinquedos, essa situação, invariavelmente, gerava indignação. Embora revestida de um princípio moral de que '*não se pode quebrar brinquedos*', é inquietante pensar de que se tratava essa reação. A quebra da satisfação e reconhecimento esperados colocava em xeque a, até então, inquestionável, ajuda. Além da quebra do brinquedo, as crianças produziam uma fissura no curto-circuito. Pode-se pensar ainda se não se tratava de um deslocamento dessa indignação: não seria o próprio desejo das crianças que indignaria os funcionários e voluntários? O que estariam fazendo lá se o que tinham a oferecer estava sendo quebrado?

Ao serem questionados sobre suas próprias posições nas relações estabelecidas, não raro isso acarretava em uma crítica às crianças: não sabem dar valor, não sabem cuidar etc. Levando em consideração a função social da instituição no campo da proteção especial, ou seja, acolhendo crianças e adolescentes cujos direitos **já** foram violados, é importante refletir sobre por que justamente estas críticas apareciam nesses momentos de estremecimento do ideal de bem-fazer da instituição. Qual valor esperavam de retribuição das crianças pelas ações realizadas?

A retomada das considerações a respeito da ambiguidade das práticas nesse campo de assistência pode auxiliar nessa reflexão. Partindo da hipótese de que há um segundo objetivo institucional fundador porém não explícito, ligado à importância e ao incentivo à prática de boas ações às pessoas vinculadas ao centro religioso – é possível perguntar sobre as formas de retorno das motivações negadas pela instituição.

A fala de Joana, de que seria melhor para suas filhas serem ‘*doadas*’ (ao invés de adotadas) revela uma forma possível. No ato falho dessa mãe, também suas filhas, ao estarem no abrigo, tornavam-se objetos circulantes, passíveis de serem doados. Se, de um lado, havia uma causa social que motivava a criação do abrigo, sendo as crianças as principais beneficiárias, elas eram também vistas como capital da instituição, necessárias para a comoção dos voluntários e recebimento das doações. Assumiam o caráter dubiamente valioso das doações, visto que, embora revestido de uma atmosfera benevolente, em geral, doa-se o que não se quer mais. Assim, paradoxalmente, o funcionamento institucional apontava para um duplo lugar das crianças, como fim e como meio, retomando novamente a questão da finalidade das ações: procurava-se uma criança para uma família (ou um voluntário ou uma instituição) ou uma família para uma criança? Na fala dessa mãe dizia-se algo não-dito no discurso oficial: as crianças como objetos, sejam das ações ou das doações.

Um outro exemplo descrito no capítulo anterior refere-se ao desvio das doações, em geral, das melhores, que nem sequer chegavam às crianças. Nesse mesmo sentido, muitas vezes, era possível notar um incômodo dos funcionários em relação à quantidade de presentes e roupas recebidos pelas crianças. Em ambas as situações, pareciam ser doações e presentes demais, como se o além do necessário fosse, para eles, um excesso, desnecessário e muitas vezes nocivo.

Quando os funcionários da casa argumentavam que as crianças não eram ‘*coitadinhas*’, visto que falavam palavrão, ou mesmo que ‘*de coitadinhos não tinham nada, não era a toa que estavam ali*’, invertiam o sentido original da crítica à expressão “coitadinho”. Esta, oficialmente, acompanha o percurso da assistência social de deslocamento do âmbito assistencialista para o da compreensão dessa política pública como proteção e direito social. Nesse percurso, houve esforços para a mudança da forma de designação da população atendida, por exemplo, de “carente” para “usuária”, como estratégia para afirmar o caráter de política pública da assistência social em contraposição à ideia de “ajuda” (Scarparo, 2008). Porém, nas frases que ouvimos dos funcionários da casa, não era esta concepção que

estava em jogo, mas sim o apontamento de uma outra ambiguidade: eles não eram coitadinhos porque eram desobedientes e, quiçá, perigosos.

Assim, relacionada à ambiguidade das práticas de assistência, compreendemos que há uma ambiguidade das concepções a respeito da infância. Na medida em que as ações são destinadas tanto à proteção das crianças desamparadas em relação aos perigos da sociedade quanto à proteção da sociedade em relação aos perigos da infância desamparada, destaca-se uma dupla concepção de infância: em perigo e perigosa, inocente e pervertida, mobilizadora de ações de cuidado e proteção e também de vigia, controle e contenção (Donzelot, 1980, Rizzini, 2011). Por exemplo, a instalação de câmeras no pátio da instituição evidencia os propósitos de proteção da infância e do patrimônio institucional contra uma possível ameaça externa (no caso, possíveis assaltantes), quanto a necessidade de vigia e controle do público atendido e dos funcionários, apontando para uma necessidade de proteção contra uma ameaça interna. As crianças, adolescentes e funcionários são colocados, assim, em uma posição dúbia: potencialmente em perigo e potencialmente perigosos. À instituição, em contrapartida, cabe também uma dupla função: proteger e amparar aqueles em perigo e proteger-se daqueles que podem, um dia, revelarem-se perigosos.

Nota-se que há ambiguidades tanto em relação à função da instituição – a serviço de quem – quanto em relação ao público atendido. Qual seja o modelo de assistência predominante, as ambiguidades insistem, embora transformando-se. No modelo caritativo, a ajuda e as motivações religiosas exercem função central na atribuição desses lugares. No modelo filantrópico, esses eixos centrais são transformados: a infância, ao deixar de restringir-se às preocupações dos âmbitos familiar e religioso, torna-se uma preocupação de ordem social, e às instituições são designadas a função de controle social: corrigir, reformar, prevenir. Se, nos períodos em que predominou o modelo caritativo, as instituições de acolhida exerciam também essa função de regulação social, ao recolher crianças ilegítimas ou indesejadas, é a partir do estabelecimento do modelo filantrópico que a regulação torna-se sinônimo de controle e administração, fortemente inspirada nas concepções higienistas, utilitaristas e moralistas.

A cena do telefonema, em que uma mãe pede para que seu filho desobediente passe uns dias no abrigo, traz em relevo essa visão das crianças institucionalizadas e da função dessas instituições: a imagem de uma instituição que tira de circulação os “problemáticos”, a criança como culpada e o abrigo como agente de “correção”. A inversão presente em ‘*ver o que é bom*’ mostra ainda a dicotomia entre uma infância boa e uma ruim que, no imaginário

dessa mãe, deveria fazer seu filho – ao ver o que é ruim – agradecer pelo que tem e respeitar sua mãe. O aspecto moralista em ‘*ver o que é bom*’ confunde-se com a intenção educativa dessa mãe, além de apontar para uma divisão entre o dentro e fora da instituição: para ver o que é ruim, é necessário estar dentro; para estar fora, no bom, é necessário merecer.

Este duplo referente ligado à infância – boa e ruim – assume, no Brasil e também em outros países, caráter constitucional. Na história brasileira, o Código de Menores de 1927, é exemplo dessa cisão: ao oficializar o termo “menor”, divide oficialmente a infância em duas: a criança sob cuidados da família e o “menor” sob a tutela vigilante do Estado, ou seja, cada uma com sua representação e lugar social atribuído (Rizzini, 2011). É possível afirmar que há tanto uma cisão da infância – menor x criança – quanto uma representação dúbia do “menor”.

Segundo Rosa (1999), há um discurso social de dupla mão a respeito dessas crianças¹⁷, o discurso da pobreza e o discurso do perigoso. O discurso da pobreza:

ao mesmo tempo em que evidencia a carência, a necessidade de cuidados e atenção, coloca-o em um lugar despido de valor fático. À menor dificuldade desliza-se do discurso da carência para o discurso do perigoso – aquele que vive o ideal de poder gozar fora da lei, que não se assujeita; aquele que ameaça com seu gozo e precisa ser detido (p. 207).

A dimensão do risco social é central na compreensão desses deslizamentos. Cruz (2006) afirma que as concepções de vulnerabilidade social ou situação de risco social vêm acompanhadas de uma atribuição de probabilidades às incertezas, que envolve diferenciações, no caso entre famílias em risco e famílias (ou instituições) em que não pensamos estar em situação de risco, ou entre famílias vulneráveis ou não. Para a autora: “na base desse binarismo está a crença de que cada conceito se opõe ao outro, ocupa um território separado, trabalhando no sentido da homogeneização” (Cruz, 2006, p. 102).

A discussão do caso relatado de Caroline e seus filhos pode auxiliar na problematização do “risco social”, que facilmente desliza do cuidado ao controle, do “em perigo” ao “perigoso”. Na descrição do caso, procurou-se ressaltar impasses e questões gerados na equipe da instituição frente à demanda de avaliar ou desaconselhar o retorno das crianças à sua mãe, muitas dessas questões decorrentes da nossa própria oscilação em termos de confiança em relação à Caroline. Oscilávamos e divergíamos também no que diz respeito aos critérios necessários para o desligamento das crianças e no que eles representavam.

As condições exigidas para o desligamento das crianças colocavam em questão o que era entendido pelo motivo da institucionalização, bem como a relação entre direito e moral:

¹⁷ A autora desenvolve essas considerações a partir das crianças em situação de rua.

uma casa com uma só cama para todos é violação dos direitos da criança em relação à família, da família em relação ao Estado e à sociedade ou está relacionada a uma moralização da vida cotidiana? Ao levar ainda em consideração o momento em que Caroline conseguiu que todas as exigências fossem atingidas, mas, como era mãe solteira, o Poder Judiciário decidiu ‘*esperar um pouco mais*’, fica evidente o ideal moral e ideológico de família nuclear, a despeito de outros formatos de organização familiar. Nota-se, nesse sentido, a presença de visões estereotipadas e moralistas em relação a diferentes modos de viver (Fonseca, 2002). Mãe que é mãe não pode ser mãe solteira?

Tais considerações tornam-se importantes para redimensionar suas ‘*enganações*’ e o sentimento de desconfiança por parte da equipe. Quando direitos tornam-se obrigações ou metas a atingir, o lugar da instituição, inserida na proteção especial e no espectro da garantia de direitos, desliza para uma função fiscalizadora, de averiguar se os ‘*combinados*’ foram ou não cumpridos. A relação deixa de estar mediada pelos direitos constitucionais, no qual todos deveriam ter acesso, e a responsabilidade por sua garantia, a rigor do Estado e da sociedade, é individualizada na competência e vontade da equipe do abrigo, do juiz, dos técnicos do Fórum e, em última instância, da família. A partir do momento em que esta relação é dada, Caroline responde à posição que lhe é designada: cumprir ou não cumprir, concordar ou enganar.

Na primeira cena de visita domiciliar¹⁸ relatada, de quando Caroline recuperou a guarda de seus filhos, há uma situação na qual este caráter fiscalizador e ameaçador da instituição está em primeiro plano. Suas respostas, como esperado, seguiam o tom de ameaça, que repercutia em nós, em território estranho, invertendo as posições naquele momento. Embora as posições de poder e ameaça oscilassem, a relação estabelecida era a mesma.

Essa cena da visita coloca em questão o posicionamento da instituição nesse acompanhamento e também em outros. Cobrar o cumprimento dos ‘*combinados*’, averiguar as condições ‘*reais*’ da casa, bem como se Caroline estava falando a verdade quando dissera que não estava mais namorando, que havia arrumado um emprego, avaliar se havia condições das crianças retornarem ao convívio familiar, foram algumas demandas que surgiram ao longo do acompanhamento do caso e que posicionavam a instituição nessa função de “governo através das famílias” (Donzelot, 1980). Nessas situações, como lidar com o caráter eminentemente fiscalizador e moralizador do abrigo?

¹⁸ Para uma discussão do instrumento de visita domiciliar, cf. Ribeiro (2010).

Ao refletir sobre as possibilidades de relações estabelecidas entre os abrigos, as famílias e o Poder Judiciário, as considerações de Donzelot (1980) acerca das influências da possibilidade de perda do poder familiar nessas relações são de suma importância. Para o autor, o poder do Estado de decretar a perda dos direitos dos pais sobre os filhos modifica radicalmente a relação do Estado e das obras de caridade com as famílias: “apoiando-se uma na outra, a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e disciplinarização” (p. 81).

Pode-se levantar a hipótese de que, para Caroline, ser ‘acompanhada’ por todas essas instituições, nas diversas esferas de sua vida, significava sua dependência (tendo que prestar contas do que fazia) e impotência (pois não era considerada capaz de fazer sozinha), ou seja, uma relação de tutela. A possibilidade de operar a efetivação de direitos a partir de uma relação fundamentada na tutelarização fica reduzida, na medida em que estas possibilidades fundamentam-se em paradigmas distintos e atribuem diferentes posições aos sujeitos envolvidos.

Assim, as relações estabelecidas no cotidiano dos serviços de acolhimento constituem-se a partir de mais de um paradigma. Foram discutidas algumas cenas e casos para pensarmos nos modelos de assistência baseados na caridade e na filantropia. Um eixo dessas discussões foram as ambiguidades presentes nesses modelos, em relação à finalidade institucional, ao público atendido e às relações estabelecidas. Tendo em vista que há, nas últimas décadas, um processo de tentativa de transformação da prática a partir de novos marcos jurídicos, torna-se necessário refletir sobre como esse novo paradigma é vivido no dia a dia de uma instituição de acolhimento.

No capítulo sobre o momento atual dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, pesquisas apontaram para discrepâncias entre o proposto pelos marcos legais e o que, de fato, acontece nesses serviços. A presença de outros paradigmas e modos de compreender e se posicionar nas situações certamente são fatores que contribuem para a existência dessas disparidades. Entretanto, há também que se perguntar sobre a possibilidade de efetivação dessas legislações dado o contexto econômico e social e a complexidade do cotidiano.

Por exemplo, pode-se levar em consideração os dados levantados no capítulo anterior no que se refere a altíssima relação entre pobreza e institucionalização, mesmo que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esta não corresponda a um motivo para afastar a

criança de sua família, nem impedir sua reinserção, devendo nesses casos a família ser encaminhada a programas oficiais de auxílio (Brasil, 1990). No cotidiano dos serviços, entretanto, a situação mostra-se mais complexa: no caso de Caroline, ao ser solicitado o benefício bolsa aluguel para auxiliá-la a ter uma moradia '*mais apropriada*', alguns impasses se colocavam: para o benefício ser autorizado era necessário que a casa tivesse um contrato de aluguel, o que inviabilizava que ela se mantivesse na favela em que morava, mas que também não permitia que retornasse ao seu bairro de origem, onde estavam os serviços os quais ela era vinculada, visto que o aluguel nessa região era mais caro.

O acesso a serviços, como creches ou contraturno escolar, também se mostra essencial para famílias, tal como a história de Caroline, chefiadas por apenas uma pessoa, que necessitam trabalhar e cuidar da casa e dos filhos. Nesse aspecto, é importante lembrar que, nos casos de institucionalização e cujo desligamento depende dessas condições, a garantia dessas vagas torna-se prioridade e as Secretarias são, muitas vezes, cobradas a disponibilizá-las. Ação de extrema importância para garantir a transitoriedade da institucionalização, mas que, como bem aponta Cruz (2006), inverte a ordem das proteções: se, de acordo com o âmbito político-jurídico, deve-se recorrer à institucionalização (proteção especial) apenas quando os outros recursos, muito deles ligados à proteção básica (âmbito preventivo), já foram esgotados, na prática nota-se a ordem inversa: primeiro abriga-se, depois examina-se o que está acontecendo e o que é necessário para a desinstitucionalização. O princípio da excepcionalidade, nesses casos, não é respeitado. É interessante notar ainda que, muitas vezes, a institucionalização opera como facilitadora do acesso aos serviços que deveriam ser de acesso a todos, visto que são direitos sociais.

Nessa interface entre direitos (universal) e privilégios (para alguns), Scarparo (2008) aponta para uma contradição presente na concepção de universalidade em relação às políticas de assistência. De um lado, na Constituição de 1988 é reforçada a Assistência Social como forma de acesso aos direitos sociais. De outro, diferentemente da saúde, cujo direito é universal, ou da previdência, universal mediante contribuição, a assistência social é ambigüamente definida por ser universal para quem dela necessita. Tem-se, portanto, uma contradição no âmbito dessa política: ela permanece tanto para ser para quem dela necessita, discurso marcado pela falta e pela carência, quanto para ser uma maneira de viabilizar direitos.

Aproximamos essa discussão às considerações de Paugam (2007) ao pontuar que são as relações sociais que definem os pobres, em contraposição a uma definição estática de

pobreza. Para o autor, os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem carências ou privações, mas aqueles que recebem assistência. Tendo em vista essas discussões, pode-se questionar sobre em que medida a Assistência Social não mantém a própria categoria a qual se propõe a combater.

Scarparo (2008) sugere que alguns desses serviços se organizam em torno de uma clientela específica definida por critérios de ingresso, de forma que essa delimitação pode proporcionar uma colagem da identidade do sujeito a esse lugar definido como público alvo do serviço, dificultando ao sujeito transcendê-lo. Nesse sentido, a entrada nos serviços pode inserir os sujeitos em discursos cujas posições determinadas demarcam lugares de acordo com seu posicionamento diante do serviço: estar do lado de quem atende, de quem é atendido ou mesmo de quem não pertence ao público do serviço.

De alguma maneira, a definição de um escopo do objetivo institucional, que muitas vezes delimita também os critérios de ingresso e o público alvo, é necessária à formação da instituição. Segundo Kaës (1991), as formações institucionais implicam a criação de um afastamento entre seu objeto e aquilo que lhe é estranho, diferenciando e fundando um *dentro* e um *fora* à instituição. Estes se constroem, portanto, a partir de um duplo movimento de introjeção e expulsão, com o objetivo de regular o que acolhem e o que não acolhem:

As instituições se fundam, assim, sobre organizadores inconscientes e sobre formações mistas que asseguram, para os sujeitos e para seus vínculos, os investimentos, as representações, as satisfações de desejo e as defesas de que têm necessidade nessa relação. Fundam-se sobre um pacto denegatório, e portanto, sobre um ‘deixar de lado’, sobre um resto que pode seguir diferentes destinos: o dos bolsões de intoxicação, de depósitos ou de lixões (Kaës, 1991, p. 28).

A função institucional do abrigo, como lugar de cuidado e proteção, estabelecida pelas legislações e almejada pelos atores institucionais, funda, ao mesmo tempo, aspectos que são deixados de lado ou, mais especificamente, depositados como representantes do fora. O abrigo era considerado por todos um lugar onde as crianças estariam protegidas, indo à escola, fazendo tratamento fonoaudiólogo, acompanhamento psicológico, natação, etc. Já as violências, maus tratos e negligências eram temáticas esperadas – visto que eram estas ocorrências que legitimavam a existência da instituição – em parentes das crianças que estavam acolhidas, ou mesmo em outros equipamentos públicos, sempre no fora. Assim, delimitava-se tanto a função da instituição, quanto as representações esperadas às crianças, aos familiares e aos agentes institucionais.

Se essa delimitação entre dentro e fora exerce função necessária à instituição, uma reflexão a se fazer é sobre suas implicações nas relações estabelecidas no cotidiano dos serviços, tendo em vista a colagem identitária que ela pode acarretar, tal como sugere Scarparo (2008). Outra questão possível refere-se à permeabilidade ou à possibilidade de suportar fricções nessa ordem estabelecida.

Na história acompanhada de Caroline, o risco era na maioria das vezes calculado em relação ao retorno das crianças para casa, ou seja, atrelado ao fora da instituição, potencialmente perigoso. Torna-se importante lembrar os apontamentos de Cruz (2006) a respeito da noção de risco social, quando ela sugere que a atribuição de probabilidade às incertezas opera no campo da homogeneização. Nesse aspecto, na medida em que os campos são internamente homogêneos em relação uns aos outros, operam como se apenas houvesse diferenças entre eles. Se o risco está fora ele não pode estar dentro.

A história relatada sobre a ocorrência de um abuso sexual dentro da instituição é paradigmática para pensar na fragilidade dessas divisões. Não raro, em outras situações nas quais apareciam episódios de violências, por exemplo, tais ocorrências eram explicadas por se tratar de uma criança *'que era de rua'* ou pela repetição das crianças de seus passados. Explicações que buscavam manter essa impermeabilidade entre dentro e fora, assegurando a sustentação da instituição e também das identidades dos sujeitos relacionados.

A descoberta da ocorrência de abusos sexuais, dentro da instituição, praticada por um adolescente que morava desde pequeno no abrigo e cuja uma das crianças abusadas era um dos filhos de Caroline, provocou na equipe a impossibilidade de sustentar essa impermeabilidade. Como lidar com a emergência do embaralhamento dessas divisões? Há um lugar a salvo de riscos? Nesse sentido, as dificuldades encontradas pela equipe diante dessa situação em grande parte se relacionam à necessidade que lidar com o ocorrido impõe colocar em questão a posição do abrigo e de cada um. Não por acaso era um assunto tão difícil e tão pouco falado.

Uma reflexão a ser feita refere-se à discussão sobre o que envolve e o que implica essas divisões, acerca do risco, bem de como outros representantes do dentro e do fora. São importantes as considerações de Rizzini (2011) quando ela nos mostra o caráter eminentemente político desses projetos de assistência, em última instância protegendo a infância da própria sociedade e moldando-as para submissão. Nesse sentido, a expressão atual "em risco social" pode ser duplamente questionada: seja por operar uma dicotomia entre

aqueles em risco e aqueles fora do suposto risco, seja ao colocarmos em questão o que está em risco: não seria a própria ordem social, ameaçada?

Galeão-Silva¹⁹ defende a tese de que atribuição da vulnerabilidade a alguns é um mecanismo ideológico. O autor avalia que a compreensão dialética de vulnerabilidade, diferentemente das compreensões estáticas ou relacionais, implica a consideração desse termo a partir de uma relação de contradição, na qual os polos são mutuamente dependentes. Nessa visão, a pobreza exerce uma função na dinâmica do processo de trabalho, visto que todos estão inseridos em um sistema econômico. Uma consequência dessa concepção é considerar que a vulnerabilidade é de todos, na medida em que direitos apenas existem a partir de sua universalidade.

Se a atribuição da vulnerabilidade aos outros exerce função ideológica no sentido da individualização e da homogeneização, ela também tem função para o sujeito. Nesse aspecto, é interessante estender uma reflexão sobre o assunto, de modo a pensar nas implicações da consideração do referencial psicanalítico para a discussão das cenas do cotidiano.

4.2 Do eu ao outro, do outro ao nós

Freud (1917/2010), em *Uma dificuldade da Psicanálise*, pergunta-se sobre as origens da dificuldade de aceitação da psicanálise. Para ele, não se trata de uma dificuldade intelectual, de impossibilidade de compreensão, mas algo de ordem afetiva.

Escreve que a psicanálise introduz uma terceira ferida narcísica na humanidade. A primeira seria de ordem cosmológica, a partir de Copérnico, quando foi reconhecido que a Terra não era o centro do universo, mas sim menor que o Sol, movimentando-se ao redor deste. A segunda, biológica, quando Darwin provou, a partir de sua teoria da evolução das espécies, que o homem não tinha procedência divina, não sendo diferente nem melhor que os animais. Finalmente a terceira, de ordem psicológica, é introduzida por Freud ao mostrar que “o Eu não é senhor de sua própria casa” (p. 250/251), ou seja, de que a vida instintual sexual não pode ser domada e que os processos mentais não coincidem com os conscientes, sendo

¹⁹ Comunicação oral em disciplina de pós-graduação, na aula de 23 de agosto, 2011.

em sua maioria inconscientes e apenas acessíveis ao Eu através de uma percepção “incompleta e insuspeita”²⁰ (p. 250).

Nesse sentido, o sujeito, para Freud, é para sempre em conflito, dividido, heterogêneo a si mesmo. A noção do inconsciente funda uma divisão subjetiva irreconciliável, na qual as tentativas de harmonização, embora necessárias à ilusão de unidade do Eu, são sempre fracassadas e provisórias.

Assim, em sua busca pelas causas da dificuldade de aceitação da psicanálise, Freud encontra justamente a instância do Eu. A consideração da dimensão inconsciente implica uma afronta ao amor-próprio humano, ou, mais especificamente, ao narcisismo do sujeito; uma ferida narcísica, da qual o Eu tenta se proteger. Aponta-se para uma íntima relação entre o narcisismo e o Eu, já que o segundo é constituído a partir dos investimentos libidinais narcísicos.

Segundo Fernandes (2005), os desenvolvimentos freudianos acerca da noção de narcisismo auxiliam não apenas na compressão das pulsões, como também sobre o conjunto dos fenômenos sociais, na medida em que evidenciam o caráter complexo do tema da alteridade. Partindo dessa posição, é realizada uma reflexão sobre as possibilidades que essa noção pode proporcionar na discussão das cenas relatadas. É importante ressaltar, entretanto, que são desenvolvidos apenas alguns de seus aspectos, sem a pretensão de esgotá-la, o que certamente escaparia ao escopo dessa dissertação.

A instância do Eu, unidade na qual o sujeito se reconhece, não existe a priori; sua construção passa pela assunção de uma imagem unificada do corpo: “o eu é sobretudo corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície (...). Pode ser visto, assim, como uma projeção mental da superfície do corpo” (Freud, 1923/2011, p. 32).

A formação de um Eu está intimamente vinculada a uma nova ação psíquica que se acrescenta ao autoerotismo e que corresponde à emergência do narcisismo (Freud, 1914/2010). Nesse momento, o sujeito toma a si mesmo, ou uma parte de si, como objeto de amor; o investimento libidinal recai para o próprio Eu, que se torna uma instância também

²⁰ Pode-se notar nessa afirmação que há uma certa correspondência entre consciência e Eu. Entretanto, em *O Eu e o Id*, Freud (1923/2011) desenvolve o oposto, ou seja, que o Eu também possui aspectos inconscientes. De qualquer forma, nesse trecho, entende-se que Freud deseja ressaltar que há processos mentais que não são de controle do Eu.

libidinizada. Isto proporciona um movimento de unificação da fragmentação pulsional, na medida em que é a imagem do sujeito que é investida e que o sujeito reconhece-se nela, identificando-se com essa imagem. Na discussão do caso Schreber, texto de 1911, Freud escreve:

Pesquisas recentes chamaram nossa atenção para um estágio, no desenvolvimento da libido, pela qual se passa no caminho do autoerotismo ao amor objetual. Ele foi chamado *Narzissimus*. [...] Ele consiste no fato de o indivíduo em desenvolvimento, que unificou seus instintos sexuais que agem de forma autoerótica, a fim de obter um objeto de amor, primeiramente toma a si mesmo, a seu próprio corpo, como objeto de amor, antes de passar à escolha de uma outra pessoa como objeto. (Freud, 1911/2010, p. 80/81).

Dois anos depois, em *Totem em Tabu*, Freud (1912-1913/2012) retira do conceito de narcisismo seu caráter evolutivo, de um estágio passageiro a ser superado, e o localiza como uma estrutura permanente do sujeito, apesar das reestruturações libidinais posteriores. Em 1914, no texto sobre o narcisismo, Freud reafirma sua posição: “Formamos assim a ideia de um originário investimento libidinal do Eu, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam” (Freud, 1914/2010, p. 17). Assim, se é necessário amar, ou seja, investir nos objetos externo ao Eu, para não adoecer²¹, este investimento nunca deixa de ter seus fundamentos narcísicos. O amor funda-se no narcisismo, visto que em seu princípio corresponde a uma capacidade do Eu em satisfazer suas próprias pulsões.

Essa proposição traz algumas contribuições para as discussões de alguns pontos centrais na discussão das cenas. Quando foi ressaltada a ambiguidade das práticas de assistência, seja em relação ao objetivo do trabalho ou em termos de concepção do público atendido, é questionada fundamentalmente a ideia de uma “boa ação” ou de “cuidar do outro” ou mesmo de “proteger o outro dos riscos”. A partir das considerações sobre o narcisismo é possível fundamentar esse questionamento, partindo do princípio de que esse fazer bem ao outro nunca é totalmente revestido de motivações altruístas.

Ferrari (2010) faz uma discussão psicanalítica acerca das motivações envolvidas na escolha da realização de um trabalho voluntário. Para a autora, o reconhecimento da dimensão

²¹ Diz Freud (1914/2010, p. 29): “Um forte egoísmo protege contra o adoecimento, mas afinal é preciso começar a amar, para não adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar”.

inconsciente e da ambivalência pulsional²² em relação aos objetos permite o questionamento dos propósitos que se pretendem altruístas nas ações de voluntariado. Diante da proposta de cuidar do outro, ressalta a autora, “esse cuidar pode estar tanto num campo onde a alteridade é reconhecida e o outro, com sua singularidade, é respeitado, como pode circular num campo narcísico, onde as ações aparentemente voltadas para cuidar do outro são, na verdade, focadas num exclusivo cuidar de si mesmo” (p. 52). Essas considerações retomam os apontamentos realizados por Caponi (2000) em relação à assimetria constituinte das práticas caritativas e filantrópicas, por não considerarem os desejos e a voz do outros em suas ações.

Freud tece algumas considerações semelhantes quando aborda o amor dos pais em relação aos filhos. Na sua majestade, o bebê, recaem as expectativas de realização de sonhos não realizados dos pais, bem como os desejos de uma felicidade plena, sem dores ou frustrações. Há a revivescência do próprio narcisismo dos pais: “o amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora” (Freud, 1914/2010, p. 37).

Ao abordar a incidência dessas dimensões narcísicas, tem-se em vista que estas fundam um modo de relação para o sujeito, necessário, mas não sem consequências, para os vínculos que estabelece. Assim, por exemplo, quando um casal vinha ao abrigo para conhecer uma criança na intenção de adotá-la e logo reconheciam nela semelhanças em relação a eles próprios ou quando uma das crianças elegia umas das educadoras, com mesmo nome que o seu, como sua educadora preferida, a dimensão narcísica está claramente presente e é condição para formação do vínculo. Entretanto, quando a maioria dos voluntários e visitantes da casa comovia-se com a institucionalização de um dos bebês, branco, sem que essa indignação fosse considerada para os outros bebês – negros – acolhidos, a dimensão narcísica do reconhecimento revela sua dupla face: ao acolher o que se julga semelhante, quem porta a diferença é mantido para fora, como se houvesse uma compatibilidade entre estar no abrigo e ser negro, ou em vir de uma família afrodescendente e ser abandonado, o que certamente ajuda a sustentar a crença de que o abandono não é algo que pertence ao terreno do próximo.

Há, nessa compreensão, o reconhecimento da dificuldade, senão da impossibilidade, de amor e reconhecimento total do outro enquanto outro, na radicalidade de sua diferença. Ao

²² A noção de ambivalência pulsional também oferece subsídios, por uma outra via, que não será aprofundada nesse trabalho, para problematizar essa intenção benevolente presente nas ações de voluntariado e nos propósitos institucionais. Para essa discussão, Cf. Ferrari (2010).

mesmo tempo, aponta-se para a importância dessa dimensão nas relações, justamente por permitir, no desencontro próprio às relações de alteridade, o (des)encontro do sujeito com sua própria diferença. As palavras de Lévinas (2004) mostram como o rosto do outro pode ser alternativa à lógica narcísica da identidade plena:

Por detrás da afirmação do ser que persiste analiticamente – ou animalmente – no seu ser e em que o vigor ideal da identidade que se identifica, se afirma e se consolida na vida dos indivíduos humanos e na sua luta pela existência vital, consciente ou inconsciente e racional - a maravilha do eu reivindicado no rosto do próximo – ou a maravilha do eu desembaraçado de si e temendo por outrem – é também como a suspensão (...) do eterno e irreversível retorno do idêntico a si mesmo (p. 196).

Esses apontamentos são fundamentais para pensar na ambiguidade presente nas relações entre a instituição e o público atendido. A negação de parte dos propósitos institucionais permite a circulação apenas de intenções aparentemente altruístas. Porém, é evidente a dificuldade de reconhecimento do outro enquanto radical alteridade, por exemplo, quando as crianças quebravam os brinquedos dados nas festas, comportamento que, na maioria das vezes, conduzia a um julgamento instantâneo e reafirmador do que já se pensava saber – “o vigor ideal da identidade que se identifica” (Lévinas, 2004, p. 196): elas não dão valor, elas não sabem cuidar. Nesse aspecto, Ferrari (2010) faz considerações importantes, ao afirmar que os voluntários esperam ser investidos afetivamente por parte daqueles que são seu objeto de cuidados, serem amados e reconhecidos por sua dedicação. Quando isto não ocorre, a tendência é emergirem sentimentos hostis. Digo isso porque raras vezes a quebra dos brinquedos proporcionou um questionamento sobre o outro e sobre si: será que eles queriam esse brinquedo? O que eles estavam fazendo ao quebrar o brinquedo? Era uma forma de destruir, de provocar, de brincar? Uma única vez perguntou-se sobre o que eles queriam ganhar e, não por acaso, o desejo deles surpreendeu: preferiam um presente coletivo, uma bicicleta. Porém, a instituição deu o que sempre dava.

Essa suposição genérica (e muitas vezes equivocada) sobre o outro é recorrente nas ações desse campo: é comum a proposição de um trabalho que não nasce de uma investigação ou de um pergunta sobre as necessidades e desejos do outro, mas de um pressuposto generalizado, realizado a partir de um imaginário coletivo sobre determinada população, que, muitas vezes, fundamenta-se em estereótipos preconceituosos e reducionistas.

A alternativa ao estereótipo está, como bem aponta Levinás (2004), no encontro com o rosto do outro, naquilo que ele traz de sua singularidade e que convoca a nossa própria. Assim, o envolvimento dos profissionais ou voluntários nessas instituições é instrumento

potencializador do próprio trabalho, justamente por ser condição para fazer circular as posições discursivas dos sujeitos, possibilitando outras possibilidades de reconhecimento e subjetivação.

Porém, as relações estabelecidas são intensas e nem sempre fáceis de serem suportadas. Na maioria das vezes, as histórias das crianças e adolescentes acolhidos são marcadas por situações de violência e desamparo, sendo transmitidas e mobilizando nos profissionais reações a essa transmissão. Nesse ponto, é interessante lembrar da cena de destruição da casa de brinquedos e mesmo das plantas e paredes durante a mudança para a casa nova. Em ambas as situações, eram objetos e momentos investidos e importantes para as crianças e que, justamente por estes motivos, foram investidos transferencialmente por elas. Sobre a função e a utilização do espaço por essas crianças, escreve Ferreira (2000, p. 8):

Os espaços são muitas vezes quebrados, arrombados, destruídos. O que nos levaria a perguntar: por que esses meninos destroem o que foi construído para acolhê-los? Mesmo aqueles que têm com o lugar uma certa relação afetiva, uma presença regular? Não é senão uma repetição, na tentativa de elaborarem. Não significa que eles não dão valor ao que lhes é oferecido, mas que ali, onde a transferência tornou-se possível, eles trazem a repetição.

Em outras situações, não são os brinquedos ou o espaço da casa que são investidos pelas crianças, mas o corpo dos profissionais, que se tornam mais ainda permeáveis às transmissões. Seja por meio de abraços e colos, que marcam a possibilidade de carinho e confiança na relação, seja em momentos de necessidade de contenção física, a fim de aplacar agressões em relação a outras crianças ou aos funcionários, os profissionais são convocados a exporem-se, e, assim, vulnerabilizam-se ainda mais, ao utilizarem como ferramenta seu próprio corpo.

A intensidade dessas relações, se não cuidada, pode gerar reações defensivas. Uma pergunta importante de ser feita é em que medida o envolvimento e seus afetos relacionados são legitimados no contexto institucional e podem ser vividos nas relações. Uma outra questão diz respeito à possibilidade de suportar essa proximidade, na medida em que ela convoca os profissionais a lidarem com situações que remetem às suas próprias questões, nem sempre tão diferentes das questões dos atendidos.

Na cena em que algumas funcionárias conversavam na cozinha sobre as mães das crianças institucionalizadas, afirmando que elas não eram uma *'mãe que é mãe'*, ou seja, uma mãe *'de verdade'*, estabeleciam uma divisão entre o dentro e o fora institucionais: entre elas e outras mães que tinham seus filhos sob sua guarda, de um lado, e as mães das crianças que estavam no abrigo, de outro. Nessa cena, nota-se como o contato próximo com o outro, com

suas marcas, dores e histórias nem sempre é possível. Em contrapartida, a partir da intervenção feita, de propor pensar como algumas mães são destituídas desse lugar de mãe, foi possível ao grupo rever essa divisão: também uma das funcionárias pensava em largar tudo para o alto e isso não a fazia gostar menos de seus filhos ou ser menos mãe.

Ressalta-se a delicadeza desses momentos em que a proximidade aumenta, situações nas quais são possibilidades tanto uma reação defensiva de reassegurar a distância imaginada a salvo de riscos, quanto “a maravilha do eu desembaraçado de si” (Levinás, 2004, p. 196) diante do prenúncio do encontro com algo que não se sabe – em si e no outro.

Um dos afetos que se sobressaem nessas situações de aproximação assemelha-se ao que Freud (1919/2010) descreve como “inquietante” [*unheimlich*]²³. Para ele, este é uma das qualidades do sentir, de especial valia à psicanálise, justamente por ser um âmbito mais marginal, diferentemente do Belo, qualidade mais estudada pela estética.

Logo no início do texto homônimo, Freud aponta para a sutileza e a dificuldade de definição desse termo. Embora aproxime esse sentimento à angústia, conjectura que há algo a mais que deve ser acrescentado ao angustiante, de modo que se torne inquietante. De forma semelhante, também rejeita a ideia de que o inquietante corresponda ao desconhecido, ao não familiar. Em suas palavras:

A palavra alemã *unheimlich* é evidentemente o oposto de *heimlich*, *heimisch*, *vertraut* (doméstico, autóctone, familiar), sendo natural concluir que algo é assustador justamente por *não* ser conhecido e familiar. Claro que não é assustador tudo que é novo e não familiar; a relação não é reversível. Pode-se apenas dizer que algo novo torna-se facilmente assustador e inquietante; algumas coisas novas são assustadoras, certamente não todas. Algo tem de ser acrescentado ao novo e não familiar, a fim de torná-lo inquietante (Freud, 1919/2010, p. 331/332)

De modo a pensar o que é esse algo a mais, ele caminha por duas vias: a primeira a partir da evolução do termo nas línguas; a segunda pensando nas diversas situações em que emerge essa sensação, de forma a procurar o que elas têm em comum.

Na evolução do termo em diferentes línguas, Freud aponta que o termo *heimlich* pertence a dois grupos de ideias. O primeiro grupo refere-se ao que é familiar, aconchegado, íntimo; o segundo, ao que está escondido, mantido oculto. Assim, *unheimlich* seria normalmente utilizado como antônimo do primeiro grupo de ideias. Porém, em algumas definições encontradas, ele é utilizado como antônimo do segundo grupo: “*unheimlich* chama-

²³ Há outras traduções possíveis para este termo: estranho, inquietante estranheza, sinistro, entre outros. Preferimos “inquietante” justamente por remeter a uma qualidade do sentir, em detrimento de uma qualidade do objeto.

se a tudo o que deveria permanecer em segredo, mas apareceu” (p. 337). Assim, Freud expõe que *heimlich* é uma palavra cujo significado desenvolve-se na direção da ambiguidade, contendo vários significados, um deles coincidindo com seu oposto. Exemplificando com uma das definições sublinhadas por Freud:

Dorme-se ali na suavidade e calidez, maravilhosamente heimelig. [...] ‘Os Zeck são todos Heimlich’ Heimlich? O que você entende por Heimlich? – ‘bem, com eles tenho a impressão que teria com uma fonte enterrada ou um lago secado. Não se pode passar ali sem achar que a água poderia novamente aparecer’. Nós chamamos a isso unheimlich; você, heimlich. (p. 335)

Essa ambiguidade das definições encontradas do termo, também corresponde às ambiguidades e indeterminações encontradas nas experiências nas quais esse sentimento emerge. Animismos, repetições não intencionais, onipotência dos pensamentos, deparar-se com a figura do duplo, ou mesmo com a loucura e a epilepsia, são alguns dos exemplos possíveis. Freud retira desses momentos algo em comum: diante dessas situações, o sujeito não se depara com algo novo ou alheio, mas algo familiar à psique, que foi afastado mediante recalque ou “superado” pelo desenvolvimento infantil.

Uma das situações relatadas por Freud é interessante para pensar no que inquieta no contato com os outros. Ele relata uma situação na qual estava em um trem e, diante de uma mudança brusca de velocidade, abriu-se uma porta do vagão e ele se deparou com um senhor de pijamas e gorro de viagem, figura a qual o desagradou profundamente. Em seguida, deu-se conta que era o reflexo de uma imagem em uma porta, e que a imagem era dele mesmo.

A esse (des)encontro com sua própria imagem, Freud remete ao fenômeno do duplo, cujas origens recaem no narcisismo primário. Tempo no qual o Eu não se delimitava nitidamente entre si e o mundo externo, momento em que o duplo (o investimento na imagem de si) era garantia para o não desaparecimento do eu. Assim, o *Unheimlich* pode ser compreendido para além do retorno do recalado, como uma regressão tópica ao momento pré-especular, momento de indiferenciação entre eu/outro, dentro/fora, familiar e estrangeiro (Koltai, 2000; Martini & Coelho Junior, 2010).

No cotidiano dos serviços de acolhimento institucional, nota-se que muitas vezes ocorrem situações semelhantes, na qual algo gera a experiência de uma inquietante estranheza aparentemente em decorrência de algo no outro, mas que justamente provoca essa sensação por nos remeter a algo estranhamente familiar. Freud, ao pensar nesse efeito inquietante provocado pela loucura e pela epilepsia escreve: “os leigos veem nelas a manifestação de forças que não suspeitavam existir no seu próximo, mas que sentem obscuramente mover-se

em cantos remotos de sua própria personalidade” (Freud, 1919/2010, p. 363). Assim, nos abrigos, não seria esse estranho familiar que retorna, sob forma da loucura, da carência ou da periculosidade?

Segundo Marin (2010), o abrigo retorna com a angústia fundamental do horror ao abandono, o que remete à nossa condição primordial de vulnerabilidade e incompletude. Uma ferida narcísica jamais cicatrizada ou superada, mas que pela existência dessas instituições pode ser tentada a apaziguar-se ao supor que o abandonado é o outro. Para a autora, o sentimento de *Unheimlich*, nessas ocasiões, ocorre ao defrontar-se com o próprio desamparo.

Uma das defesas possíveis é unir-se ao abandonado, superprotegendo-o e odiando os outros responsáveis pela situação (família, técnicos do Fórum etc) (Marin, 2010). A esta possibilidade, pode-se acrescentar o ódio e afastamento em relação às próprias crianças e adolescentes, na maioria das vezes quando, na polaridade em perigo/perigoso, elas assumem, para os outros, o segundo termo. Assim, não apenas o desamparo está em questão como a própria violência fundamental do humano. Desamparo e violência, noções que remetem à impossibilidade de um encontro perfeito²⁴ e que se apresentam, nos serviços de assistência ligados à infância, a partir da facilmente transponível polaridade entre em perigo/perigoso, risco social/periculosidade, coitadinho/delinquente etc.

Seja quando se adere totalmente às crianças e adolescentes, seja quando a relação com elas é de evitação, o recurso utilizado é o mesmo. Nas ocasiões nas quais o abandono ou a violência se tornam uma ferida narcísica insuportável, é estratégia de sobrevivência localizá-lo e justificá-lo. Koltai (2000) aborda os movimentos que conduzem à localização do estranho (*Unheimlich*) no estrangeiro. O que há de estranho para o sujeito (o que não é reconhecido, representado) é depositado no estrangeiro que, como localizador desse “resto”, precisa ser eliminado socialmente. Essa passagem é importante, pois permite ressaltar que, originalmente, essa inquietude refere-se ao que é estranho no próprio sujeito, como condição humana, e que apenas secundariamente é localizado no outro como recurso narcísico. Como bem escreve Endo (2005)

É o desejo de eliminar que pretende expulsar o que lhe é intrínseco, que quer assegurar exterioridade a algo que nasceu em seu próprio seio, que quer matar o que não pode ignorar como sendo, de algum modo, parte de si (p.87).

Assim, há um funcionamento que visa à exclusão de qualquer aspecto que possa remeter à condição de desamparo e os aspectos violentos fundamentais do ser humano. Endo

²⁴ Para uma abordagem aprofundada dessa relação, Cf. Marin (2002).

(2005) refere-se a um desejo de apaziguamento absoluto que, calcado sobre fantasias de homogeneidades perfeitas, operam a partir de dicotomias e eliminações que buscam, a todo custo, manter o “mau” (o estrangeiro, o diferente, o pobre, o negro, o infrator etc) isolado, na crença de que, assim, poderá ser controlado.

Entretanto, tais tentativas de dicotomização radical, justamente por suporem uma homogeneidade inexistente e ilusória, repetidamente fracassam. O que foi posto para fora retorna, seja sob forma de uma espetacularização da violência, bem como de uma intolerância radical a qualquer diferença ou aspecto que quebre a unidade idealizada (Marin, 2002). Nas palavras da autora:

Penso que a sociedade tem se organizado nessas discussões espetaculares sobre a violência, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, organiza-se igualmente bem para garantir a exclusão de qualquer imagem que possa incomodar ou ameaçar: o pobre, o menino abandonado, o infrator, os ‘outros’. (...) Parece que se quer garantir que a violência fique em outro lugar, em outra classe, menos dentro de cada um (p. 28/29).

Nesse sentido, é possível questionar a sensação relatada sobre a história institucional de que havia uma ruptura entre antes e depois na instituição, marca realizada pelo convênio com a prefeitura. Nessa visão, as concepções preconceituosas e moralistas eram da gestão anterior, das técnicas da Vara de Infância, dos funcionários antigos, entre outros, ou no antes ou no fora. Não se trata de desvalidar as transformações que ocorreram, certamente importantes para o efetivo acolhimento das crianças e adolescentes, mas permitir espaço para a consideração de rupturas e continuidades concomitantes, muitas vezes de difícil distinção, mascaradas ou misturadas umas sobre as outras.

Assim, com essa discussão, pretende-se oferecer subsídios para a problematização dos ideais de ações altruístas ou visando ao “bem-estar comum” presentes no campo da assistência, bem como das complexidades presentes nas relações estabelecidas nos cotidianos desses serviços. O conceito de narcisismo auxilia a redimensionar as implicações subjetivas dos lugares designadas pelos discursos em questão: na medida em que se assumem as posições de dar/receber, ajudar/ser ajudado, proteger/ser protegido, vigiar/ser vigiado, mantém-se as identidades estabelecidas e o reconhecimento narcísico. Já a noção freudiana de Inquietante contribui para pensar nas afetações produzidas nesses encontros, principalmente quando os lugares discursivos estabelecidos são, de alguma forma, friccionados, e as posições de reconhecimento narcísico, colocadas em xeque.

Nessa discussão, as temáticas de unidade/diferença, bem como de homogeneidade/heterogeneidade ganham destaque e são redimensionadas, visto que, quando

o estranho pode ser também familiar, o paradoxo da fundação dessas oposições é afirmado: é justamente quando a diferença e singularidade do outro pode ser vista enquanto tal, que o *eu* (assim como o outro) podem ser assumidos como um dos representantes do *nós*²⁵. Nós, não enquanto totalidade, do Uno identificado a si mesmo, mas enquanto possibilidade de reconhecimento por sua existência singular.

Essa possibilidade implica renúncias, a começar, da imagem narcísica de completude. O quanto esta renúncia é suportada no cotidiano dos serviços é uma pergunta que permanece em aberto. Porém, torna-se necessário abordar as possibilidades e implicações da consideração da subjetividade nesse cotidiano.

4.3 Qual lugar para a subjetividade?

Pensar nas relações entre subjetividade e políticas públicas tem sido alvo de pesquisa²⁶, na intenção de compreender os efeitos das políticas públicas na vida das pessoas, bem como as lacunas que se estabelecem entre os âmbitos político-jurídico e técnico-assistencial (Scarcelli, 2005).

Abordar esta relação implica uma visão de subjetividade em íntima relação com o social, entendido aqui como o jogo de processos históricos, políticos, econômicos e culturais. A decisão de Joana de aprender a ler, por exemplo, é emblemática para refletirmos sobre a imbricação desses dois âmbitos: aprender a ler designa não apenas uma capacidade, ou um aprendizado, mas também um lugar social na qual autoriza-se ou não a ocupar. Também pode ser interpretado como o desejo por escrever sua própria história, uma aposta em suas capacidades e um querer ir além da cópia de seu nome, estratégia marcada pela repetição da escrita do outro.

Gonçalves Filho (1998) aborda a humilhação social como um problema intermediário, característico dos temas em Psicologia Social, nos quais é difícil considerá-los apenas pelo lado do indivíduo ou da sociedade. Para o autor, a humilhação social:

Sem dúvida, trata-se de um fenômeno histórico. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para

²⁵ Referência ao conto *Mineirinho*, de Clarice Lispector.

²⁶ Refiro-me ao grupo de pesquisa coordenado por Ianni Régia Scarcelli, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP.

fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado (Gonçalves Filho, 1998, p.13).

Se há uma dinâmica social que confere a uma parte da população a condição de marginalmente incluídos (Martins, 1997), tal dinâmica pode ter diferentes ressonâncias nos sujeitos de acordo com a forma com que eles se identificam a essa condição. Gonçalves Filho (1998) afirma que “sofrimentos políticos não são enfrentados apenas psicologicamente, uma vez que são políticos. Mas enfrentá-los politicamente inclui enfrentá-los psicologicamente” (p. 196). Assim, quando a tia de Taís perguntou se o juiz daria a guarda de sua sobrinha para uma pessoa que nem ela, pobre e sem estudo, certamente estava em questão sua sensibilidade em perceber que, muitas vezes, o reconhecimento dos direitos em relação a essa parte da população não apenas dizem respeito às leis em vigor, mas também à comunidade de valores. Porém, é também em relação ao modo singular como ela se apropria e se identifica a essa condição de desvalorização que sua pergunta incide. Ignorar essa dimensão, da relação por ela construída entre sua história e seu lugar no discurso social, implica restringir as possibilidades de escuta e intervenção.

Nesse aspecto, Rosa (2004) tece algumas considerações sobre as possibilidades e resistências à escuta psicanalítica de pessoas em vulnerabilidade social. A resistência pode manifestar-se de diferentes formas. Uma delas, ao restringir-se ao peso da situação social, tomando o dito apenas em seu enunciado explícito, restringindo a relação intersubjetiva e dificultando a análise e a compreensão do que se ouve. Outro risco seria, ao se deter demasiadamente nas teorias e nas formas usuais de trabalho, interpretar as formas de expressão de sofrimento do sujeito, por exemplo, o silêncio massivo e persistente, como resistência. Nicoletti (2000, citado por Rosa, 2004) ainda indica dois outros riscos: o primeiro de, ao ignorar as coordenadas que tocam à pobreza extrema, supor uma decisão do sujeito onde há uma lógica de mercado; o segundo, no polo oposto, de vitimizá-lo.

Entre as possibilidade e efeitos dessa escuta está o rompimento de um laço social que evita o confronto entre o conhecimento da situação atual e o saber do outro como um sujeito desejante. A escuta pode, ao resgatar a experiência compartilhada da narrativa como resgate da história e como testemunho, promover a articulação significativa, proporcionando o deslocamento do lugar do sujeito e contribuindo para elucidar alguns dos efeitos subjetivos do funcionamento do sistema.

Na história de Taís fica evidente a função organizadora do testemunho como estratégia de restituição da autoridade e das possibilidades de ação de sua tia. Diante do peso e da culpa carregada por escolhas forçadas, como dar um filho oriundo de um estupro, aquela senhora se organizava em suas relações mantendo-se nesse mesmo circuito, na mesma posição. Como se autorizar a cuidar? Suas perguntas destinadas a mim, em busca de uma confirmação ou de uma autorização, apontavam para a posição esperada do outro e mostravam, mesmo que do avesso, a possibilidade de uma alternativa ao curto circuito. *‘Filho deve ficar com a mãe, não deve?’*, *‘eu ainda posso ser considerada tia?’*, e ainda *‘você acha que tem alguma chance do juiz dar a guarda a uma pessoa como eu, pobre e sem estudo?’* mostram a existência de um momento reticente e vacilante do sujeito frente à confirmação do que já se sabe, e a pergunta destinada ao outro revela uma esperança de não confirmação, de possibilidades de outras circulações. Caminhos pelos quais só é possível entrar acompanhado, com aval e presença do outro, e aí reside a função do testemunho.

Para que as falas dessa tia possam ser assim escutadas é preciso ir para além da forma como essas questões são, a primeira vista, colocadas. É certo que nessa história há, por exemplo, uma inadequação da função do Conselho Tutelar, ao sugerir o acolhimento institucional como primeira alternativa à queixa de desobediência da tia. Porém, há também um posicionamento dessa tia que, da mesma forma em que me pedia uma (não) confirmação de suas sentenças, ao solicitá-la para o Conselho Tutelar, obtém uma confirmação apressada, ao invés de um espaço de escuta. Assim, a questão a ser conversada não dizia apenas respeito à possibilidade de efetivação de direitos sociais, mas como era para essa tia, diante de sua história, sentir-se autorizada como mãe, tia e cidadã.

É possível, a partir dessa perspectiva, delimitar uma das interfaces existentes nesse campo, entre psicanálise e assistência social. Scarparo (2008) considera que cada um desses campos de saber produz um sujeito específico: no campo da assistência, trata-se do sujeito de direitos, no da psicanálise, do sujeito do inconsciente. A autora ressalta que muitas vezes a construção da cidadania vai ao encontro da ética proposta pela psicanálise, embora esse dois âmbitos não sejam sempre coincidentes. O reconhecimento da pessoa, como indivíduo inserido em um contexto social e respeitado em seu direito à privacidade, à participação na vida pública a partir de sua história, singularidades e diferenças e seus direitos e deveres de cidadania, ou seja, um sujeito de direitos, é objetivo do campo da assistência social. Entretanto, a autora sustenta a questão do quanto esse indivíduo pode ser considerado um sujeito (em sua dimensão inconsciente), tal como propõe a psicanálise. Em suas palavras:

a possibilidade de reconhecer um sujeito vai além da legitimação de um ‘indivíduo de direitos’. Implica dar lugar a uma via singular àquele que, *assujeitado* a sua história e contexto social, busca encontrar uma via de reconhecimento e expressão de uma palavra própria (p. 12)

Se as redes mapeadas pela assistência podem ofertar caminhos para que o sujeito advenha, em contrapartida, muitas vezes, a burocratização coloca a construção da cidadania e da subjetivação em polos opostos (Scarpato, 2008). A autora cita como exemplo o programa de erradicação do trabalho infantil, no qual uma das exigências para manutenção da bolsa auxílio é a frequência (igual ou acima de 80%) da criança na escola. Porém, se o menino, que antes vivia na rua, voltou para casa e começa a frequentar a escola algumas vezes por semana, esta construção, embora significativa para o menino, não é comportada no sistema, que apenas aceita respostas igual ou maior que 80% (manutenção da bolsa) ou menores que 80% (perda da bolsa). Em uma das cenas relatadas, quando Caroline solicitou o benefício do Bolsa Aluguel, impasse semelhante se instalou: o valor do benefício não era suficiente para ajudá-la em alugueis formais, mas também não permitia que ela permanecesse onde estava, na favela, visto que não era possível fazer um contrato formal de aluguel.

No plano da formulação de políticas públicas, generalizações são muitas vezes necessárias para efetivação de planos de ação abrangentes. No campo técnico-assistencial sobressaem-se outras complexidades, ligadas à apropriação do significado das políticas por cada grupo ou sujeito. Muitas vezes, acompanham-se crianças, adolescentes ou famílias inseridos nos mais diversos programas e serviços da rede, sem que, contudo, obtenha-se o ‘*resultado esperado*’ por essas inserções. A história de Caroline, por exemplo, mostra como seu ‘*acompanhamento*’ pelos mais diversos serviços da saúde, da educação e da assistência, tinha nela o efeito inverso: ao invés de acompanhá-la na efetivação de seus direitos e na construção de sua história, geravam uma relação de tutela, a qual ela respondia esperando e cobrando dos serviços sua inserção nos programas, a boa vontade dos técnicos, o atendimento imediato etc.

Em linha semelhante, em relação a Pedro, havia também uma infinidade de profissionais e instituições sendo acionados na busca de ‘*dar conta*’ do caso: psicólogos, psiquiatras, acompanhantes terapêuticos, reforço escolar, SAMU e hospitais psiquiátricos em situações de crise, polícia, Fundação Casa etc. Encaminhamentos que significavam o desespero e o pedido de ajuda possível da instituição frente ao que repetidamente ela ‘*não dava conta*’. Porém, é interessante notar que nos momentos de crise nos quais o abrigo decidiu não chamar ajuda, mas se posicionar diante de Pedro até que ele se acalmasse, isso

gerava efeitos interessantes nele que, por dias, seguia aquele que não recuara diante de seu ‘surto’. Assim, nesse caso, nota-se que, para Pedro, muitas vezes, a transferência de responsabilidade de uma para outra instituição ou profissional significava para ele mais uma errância, como se nada fizesse de fato um vínculo com ele que suportasse seus ataques. Nesse aspecto, as considerações de Winnicott (1956/2005) são importantes quando ele menciona que, diante de um ambiente que pode ser confiável, algumas crianças testam e agitam o ambiente em sua capacidade de suportar sua agressão e incômodo. Nessas situações, sobreviver a esses ataques é o melhor que se pode fazer.

Não se pretende com isso desvalidar a importância das redes de atendimento, fundamentais para a construção de um suporte intersetorial. Entretanto, muitas vezes, ocorrem encaminhamentos apressados, sem que se pergunte sobre sua função e sentido naquele momento ou para aquele caso específico. É necessário compreender, no campo transferencial, o que cada resposta representa, porém esta pergunta apenas pode ser levantada a partir da reflexão sobre cada relação construída. Não raro, diante das situações de cobrança de dar conta, ou mesmo da angústia provocada ao se deparar com circunstâncias de extrema vulnerabilidade e dor, os encaminhamentos passam a ser menos pensados em relação a quem é atendido e mais como forma de apaziguar a angústia por parte de quem atende. Nota-se, nesses encaminhamentos, os recursos possíveis diante dos sentimentos decorrentes de uma demanda impossível de dar conta: impotência, estafa, desânimo, culpabilização própria, do atendido, da rede, entre outros.

Nesse sentido, a expressão “dar conta” ganha múltiplos significados; faz referência não apenas à resolução do caso, mas também ao que ela implica: o almejado apaziguamento da angústia por ambas as partes, a sensação de competência profissional e de possibilidade de realização de um efetivo trabalho na área da assistência, a ideia de que é possível ‘dar conta’ da angústia, do desamparo e da vulnerabilidade.

Foi discutido, anteriormente, o quanto esses atributos não são acessórios, mas fazem parte da condição humana. De forma análoga consiste a hipótese desenvolvida de que os modelos de assistência à infância também não correspondem a fases a serem superadas ou corrigidas, mas modelos que fundam e constituem a assistência tal como a conhecemos hoje. A partir dessa perspectiva, torna-se necessário repensar esse ideal de que é o possível e objetivo das ações dar conta, superar a história constituinte desse campo, assim como resolver os problemas de desigualdade social via assistência.

Qual a posição da psicanálise diante desse ideal presente no cotidiano? Retomar as discussões sobre o narcisismo, realizadas anteriormente, podem auxiliar a localizar uma ética possível desses encontros.

Freud (1914/2010), em *Introdução ao Narcisismo*, pergunta-se para onde vai a libido do Eu, que investia narcisicamente a instância do Eu Ideal. Considera que, por mais que parte dessa libido seja dirigida para o investimento nos objetos, essa transposição nunca é total. A partir do mecanismo da repressão, Freud desenvolve que há duas instâncias no Eu, sendo que em uma delas, responsável pela repressão, desenvolve um ideal dentro de si, que mede, avalia, critica e julga o Eu atual. Para Freud, é a esse ideal que se dirige a libido antes voltada ao Eu:

A esse ideal do Eu dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição. Aqui, como sempre no âmbito da libido, o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pode mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal (p. 40).

Essa transposição do investimento da imagem do Eu Ideal, instância narcísica para sempre perdida, para o Ideal do Eu é importante para compreensão desse dar conta. Em *O Eu e o Id*, Freud (1923/2011) desenvolve que o Ideal de Eu satisfaz tudo o que se espera do algo elevado no ser humano, situando-se na intersecção entre o individual e o grupal, ou seja, é constituído e atravessado pelos valores culturais, morais e críticos. Os ideais carregam, portanto, não apenas os ideais familiares, mas também os ideais coletivos, em sua relação com a dimensão social e política.

Ter em vista como esses ideais permeiam a instituição é condição para redimensioná-los. Quando Rafael desenhava e me contava que a casa dos três porquinhos não seria mais destruída, está presente um ideal de família, feliz e sem problemas. Se esse ideal era com certeza importante para ele a fim de manter sua esperança, a questão levantada é sobre as consequências da instituição assumir esse ideal como sendo também seu. Tem-se como referência também a cena de Wagner, que se desiludia mais uma vez diante de uma nova adoção dos bebês e de todos que se compadeciam ao ver sua tristeza. Se a família e a adoção ocupam o lugar do sucesso, o abrigo fica invariavelmente como lugar do fracasso. Quando os profissionais também compartilham dessa visão, restringem-se as possibilidades de pensar

com as crianças em outras formas de cuidado, na qual estar no abrigo faça parte de uma possibilidade efetiva de ser ouvido e reconhecido.

Por este motivo, fez-se questão de escrever cenas que mostrassem como o abrigo pode ser um lugar de cuidado. Considerar que essas instituições, mesmo sendo um último recurso, excepcional e provisório, podem ser uma opção que permita o desenvolvimento e a subjetivação dos acolhidos, é de suma importância para poder realizar um trabalho efetivo com as crianças, funcionários e voluntários. Procurou-se ressaltar os efeitos dessa visão no relato de Elisa, a partir da construção com ela de formas de ser mãe sem ser, efetivamente, mãe. A possibilidade de ela, justamente com outras crianças, sustentar a experiência de um cuidado materno na brincadeira de casinha revela um dos efeitos dessa construção.

O trecho relatado do acolhimento de Carlinhos mostra como é possível, aos profissionais do abrigo, mesmo diante da correria do dia a dia, sustentar uma relação de carinho, aposta e investimento em relação a uma criança. É interessante notar que este relato traz ainda um outro prisma de cuidado nessas instituições: a fala do neurologista, que incentivou e “autorizou” a equipe a apostar em Carlinhos revela um cuidado em relação à própria equipe, na medida em que o médico escutou suas inseguranças e apostou na possibilidade dos funcionários em acolher Carlinhos.

Por outro lado, se no subtítulo que agrupa essas cenas optou-se pela pergunta – o abrigo pode ser um lugar de cuidado? – ao invés de uma afirmação, foi para enfatizar que essa possibilidade não é dada a priori, mas exige que seja constantemente construída e posta em dúvida. Aponta ainda para o risco de uma generalização ideal e apressada, na crença de uma instituição completa, que se constitua como uma possibilidade para todas as crianças. Nessa linha é que foi relatada a história de Marcelo e sua irmã. Para ele, pode-se afirmar que a instituição não conseguiu estabelecer uma relação propícia ao cuidado. Mesmo entendendo que o afastamento familiar fazia-se necessário, pode-se pensar que, para ele, talvez o formato de uma casa-lar ou de uma família acolhedora²⁷ pudessem atender melhor a suas necessidades.

²⁷ Segundo o documento *Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (2009), as casas-lares correspondem a serviços oferecidos em unidades residenciais na qual trabalha uma pessoa ou casal residente em uma casa que não é sua prestando cuidados a, no máximo, 10 crianças e adolescentes. Já o serviço de acolhimento em família acolhedora organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas, sendo apenas uma criança ou grupo de irmãos acolhidos por vez em cada família.

Assim, tanto nas visões que situam o abrigo invariavelmente como lugar do fracasso, quanto nas que impõe uma instituição que dê conta de todos os casos, é suposto um ideal, dentro ou fora da instituição, que impossibilita pensar para além de critérios de sucesso/fracasso. Permanece o curto-circuito dessa relação dual, na qual se um dos lugares responde pelo sucesso, ao outro resta o fracasso.

A relação desses ideais com o narcisismo fica evidente quando a gerente da instituição e a mãe de uma das crianças discutiam e se atacavam afirmando as falhas da outra na função de educar. A ideia de uma educação correta e ideal mantinha-se presente em ambos os lados e os desvios a esse ideal eram vistos como falhas morais e pessoais que, a todo custo, tinham que ser defendidas. Quando foi afirmado que ambas pareciam querer defender o indefensável, tinha-se em mente as considerações de Freud (1925/2011) a respeito das profissões impossíveis: governar, educar, psicanalisar.

Uma questão possível de ser explorada é em que medida o abrigo não concentra essas três profissões. O âmbito da educação é mais evidente, visto o público alvo serem crianças e adolescentes cuja guarda permanece, ao menos temporariamente, com a instituição. Compreender o governar como parte das ações do abrigo é posição da qual se compartilha. Procurou-se destacar, seja na história das práticas ou da instituição, a função da desta como forma de manutenção da ordem social. A expressão cunhada por Donzelot (1970) de “governo através das famílias” é marca desse posicionamento. Já em referência ao impossível do psicanalisar nessas instituições, embora permaneça como questão em aberto, que certamente pode ser explorada por outras vias, é possível desenvolver algumas de suas importância e impasses.

Em relação ao que faz resistência, que afirma o impossível do psicanalisar, comparece a própria instância do Eu, relacionada aos ideais, ao narcisismo e à ilusão de completude. Esses lugares nos quais o Eu se reafirma não deixam de estar relacionados às posições estabelecidas pelos sujeitos nos discursos: na posição em que ambas as partes se reconhecem, o Eu está firmado. Procurou-se ressaltar, entretanto, cenas que fizeram friccionar essas posições. A noção freudiana do Inquietante acompanhou esse percurso, visto que essas movimentações embaralham as divisões que antes pareciam bem estabelecidas e produzem afetos nos sujeitos envolvidos, que precisam ser considerados e legitimados.

Os modelos constitutivos das práticas de assistência permitiram pensar em algumas de suas ambiguidades formativas, que giram cada uma em torno de eixos centrais: a ideia de ajudar/ser ajudado presente no modelo caritativo, de estar em perigo/ser perigoso e, em

decorrência, de controlar/ser controlado, estar em risco/fora do risco, ênfase do modelo filantrópico, e, em relação ao modelo de Bem-estar social, levantou-se a questão da universalidade, entre ser para todos ou para quem dela necessita.

Cada um desses eixos constitui discursos a respeito das práticas e atribui posições a quem dele participa. Assim, pode-se pensar que a instância do Eu se reconhece e se afirma em diferentes posições, a partir do discurso que está em jogo, ou prevalente, no momento. A ideia de uma ajuda, de uma ação benevolente, por exemplo, afirma o lugar daquele que tem para dar, assim como a projeção do risco nos outros afirma a posição de quem está seguro, ou o lugar de quem necessita da assistência, mantém a crença de que precisa ser incluído em algo que existe, mas que ainda não é de seu acesso.

Contrapondo-se a esses lugares de reconhecimento (e desconhecimento) do Eu, é enfatizada a importância da circulação dessas posições e da criação de novos lugares a serem ocupados. Minicelli (2004), inspirada no mito de Ariadne, traz uma bonita e impactante imagem sobre as redes de serviços de assistência à infância: um labirinto, com suas muitas portas de entrada, mas cujas saídas são difíceis de serem encontradas, muitas vezes condenando o sujeito a um curto-circuito, com suas restritas possibilidades de experimentação e identificação.

A ética do fazer psicanalítico, nesse campo, incide justamente na criação de saídas, buracos e atalhos nesse labirinto. Caminhos singulares percorridos pelas crianças, adolescentes, famílias e profissionais desse campo que, acompanhados uns aos outros, podem permitir encontros e circulações por novos lugares, quem sabe para fora do labirinto.

A partir da noção de modelos de assistência, foi enfatizada a capacidade das práticas de se sobreporem e se misturarem. Na discussão, procurou-se demonstrar como o mesmo cotidiano suporta estes diferentes jogos de posições.

É estranho perceber, em contrapartida, o quanto que dizer sobre o modelo de Bem-estar social é mais difícil, mais conciso, menos óbvio. Talvez por ser uma visão mais recente ou ainda, por apresentar avanços às críticas dos modelos anteriores, suas restrições próprias ao labirinto são mais sutis, ao menos de serem percebidas. É possível, entretanto, ao dizer de uma diferença entre o sujeito de direitos e o sujeito do inconsciente, propor uma diferença de objetivo entre a universalidade e a singularidade. Se, de um lado, o caminho da universalidade é a garantia de todos os direitos para todos, na perspectiva da psicanálise não há como ignorar nessa visão a manifestação de um ideal, certamente importante de ser buscado, mas que não

deixa, por sua relevância, de ser ideal. Freud (1930/2010) é perspicaz em lembrar que uma das principais causas do mal-estar na civilização é a insuficiência das normas e das instituições que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade. A psicanálise faz lembrar, assim dessa nova forma da mesma ferida narcísica, apontando agora para os próprios limites da universalidade.

A opção pela discussão de um relato singular baseado em uma experiência de trabalho, guarda, em certa medida, a escolha por privilegiar o que parece se repetir em muitas instituições, mas que certamente nunca ocorre da mesma forma. O relato, a reflexão e a revisitação a posteriori do que aconteceu trazem também a convicção de que o que há de singular muitas vezes não está dado à primeira vista; exige ser falado, pensado, olhado por novos prismas, em detalhes, quebrado, reconstruído²⁸.

Assim, é importante retomar, nesse momento, uma cena que a princípio passou despercebida. Entre tantas histórias, indignações, incômodos e violações, a história do menino que me pedia um real durante algum tempo mal foi lembrada. Em um segundo momento, no texto para o exame de qualificação, apresentei apenas seu final, na intenção de mostrar os caminhos alternativos pelos quais pode passar as relações de reconhecimento. Foi apenas posteriormente que fui me dando conta do processo necessário para chegar a essa possibilidade, caminho que relatei no capítulo anterior.

Repetidamente ele me questionava sobre meu lugar para ele e a instituição: daria a ele um real? Fui respondendo a partir de diferentes lugares: daquela que tinha, mas dizia que não, daquela que se irritava, procurando com isso cessar os pedidos e daquela que perguntava o que ele queria, como se sua resposta fosse fazer alguma diferença na minha.

Minhas respostas também presumiam diferentes significados para ele e seu pedido. Meu primeiro incômodo supunha uma relação direta entre seu passado na rua e sua fala. Imaginava, assim, a existência de uma pura repetição, que explicaria toda a cena, sem que fosse necessário me incluir nela, pensando em por que aquela fala e por que dirigida a mim. Quando me irritava com a insistência de seu pedido e com ele me chamar de *'tia'*, atribuía a ele a posição de quem insistia *'de propósito'* já que, obviamente, ele percebia meu constrangimento. Porém, paradoxalmente, eu respondia a ele como *'tia'*! Nos momentos em que perguntava para quê queria o dinheiro, supunha uma intencionalidade, a qual ele

²⁸ No cotidiano dos serviços, chama a atenção o fato de não estar previsto nos convênios realizados um tempo destinado às reuniões de equipe, espaço certamente fundamental para que as impressões, dificuldades e afetações possam circular e serem ressignificadas.

respondia apontando apenas para seu desejo: não sabia bem o que queria fazer e nem isso lhe importava, só queria querer!

Foi a partir da consideração dessa dimensão que foi possível surgir a brincadeira, sem supor a repetição de um passado aonde só havia um menino, sem avaliar a pertinência do que pedia e deslocando a questão de se, na minha posição como psicóloga, o que deveria falar para não dar um real. De alguma forma, com a brincadeira, passei a exagerar em mim seu lugar: se ele me pedia um, eu topava, mas também lhe pedia dois.

O que se construiu nessa brincadeira foi algo que dizia respeito apenas a nós dois. Por mais que algumas crianças vissem a brincadeira e procurassem reproduzi-la, o efeito, obviamente, não era o mesmo. Para as outras, foram sendo criadas e construídas outras marcas, que diziam respeito a cada um e a cada relação que criaram lá: da menina que fez charada com seu nome na hora de se apresentar a mim, *‘começa com E e termina com A’*, do menino que coletávamos folhas e guardávamos no meio dos livros, do menino que adorava brincar que estava preso entre meus braços e que só saía com um beijo, histórias que marcaram não apenas por suas diversas e insistentes violações, mas por seus importantes detalhes.

Últimas indagações

Uma das questões que orientou essa pesquisa diz respeito aos múltiplos paradigmas que constituem o dia a dia das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Partiu-se de um aprendizado – esses diversos momentos cotidianos não são aleatórios – para uma questão: o que as une? A partir dessa questão, construiu-se uma hipótese, um eixo possível de ligação: nesse dia a dia estão presentes, de forma sobreposta e misturada, diferentes modelos de assistência à infância construídos na história dessa prática. Essa hipótese também supunha uma outra: que essas práticas constituíam modelos discursivos e que estes formavam subjetividades, atribuindo posições específicas aos sujeitos envolvidos.

No primeiro capítulo, esses discursos foram delimitados, abordando tanto o contexto histórico no qual foram criados, quanto as posições que estabeleciam e os eixos em torno do qual se constituíram: a ajuda, o controle e a universalidade. A partir das considerações de Caponi (2000), discutiu-se a capacidade dessas práticas em sobrepor esses modelos, especificamente em relação aos modelos caritativo e filantrópico. O que permite essa complementaridade entre eles é que, em ambos, os princípios são colocados acima dos sujeitos envolvidos: pouco é o espaço de fala e decisão possível àqueles que são colocados como objetos e destinatários dessas ações.

Em relação ao modelo de Estado de Bem-Estar Social, levantou-se a questão do quanto ele propõe outro paradigma, ao estabelecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, e de como este paradigma repercute no plano técnico-assistencial. O segundo capítulo relacionou-se com essas questões, sendo destinado a compreender melhor a situação atual dos serviços de acolhimento e a delimitar as disparidades encontradas entre o plano político-jurídico e o cotidiano dos serviços.

Em seguida foram apresentadas as cenas da minha experiência no abrigo, que, no capítulo posterior foram discutidas na perspectiva de pensar: como essas cenas são constituídas pelos modelos de assistência? Quais implicações dessas práticas para os sujeitos envolvidos?

Algumas das cenas relatadas, entretanto, foram deixadas de lado nessa discussão, especificamente aquelas que traziam aspectos referentes à medicalização, à psiquiatrização²⁹ e

²⁹ Por psiquiatrização entende-se a predominância de saberes e fazeres psis na gestão das problematizações e dos conflitos que os setores da infância e juventude colocam ao campo social (Vicentin, Gramkow, 2010).

ao uso dos diagnósticos pelas instituições. É possível retomar algumas delas: o diagnóstico de deficiente mental realizado pela escola para “viabilizar” o reforço escolar de Deivid; o diagnóstico de Carlinhos, recebido como deficiente antes mesmo de ser reconhecido como menino e cujo nome da síndrome a qual portava, desconhecida por todos, paralisava a equipe; o excesso de tentativas diagnósticas de Pedro; o encaminhamento de Nino ao neurologista, por ele ter ‘*um passado de rua*’ e ter um irmão com diagnóstico psiquiátrico, a despeito de não haver nenhuma queixa ou sintoma que justificasse tal encaminhamento.

A partir dessas passagens, é possível retomar algumas das discussões realizadas anteriormente, principalmente quando foi afirmada a relação dessas posições discursivas com os lugares nos quais o Eu se firma e se reconhece, bem como da importância de possibilitar fricções nesse curto-circuito, através da construção de outras opções de reconhecimento. Se muitos esforços foram realizados de modo que o “diagnóstico” de Deivid não ficasse ao lado de seu nome na lista de chamada, era porque essa associação ‘Deivid-DM’, ao ser lida diariamente por todos os professores, iria limitar em muito sua possibilidade de se apresentar e ser reconhecido na escola a partir de outros lugares que não o esperado por um deficiente mental.

Em linha semelhante, mesmo nas situações em que uma síndrome se faz presente, como no caso de Carlinhos, nota-se que o diagnóstico pode ter um efeito iatrogênico, paralisando as apostas dos profissionais e dificultando que ele possa ser visto em sua singularidade. É possível retomar ainda a discussão realizada a respeito de dicotomias, tais como sucesso/fracasso e, nesse caso, normal/patológico, que tem como efeito a restrição das formas de ver e intervir.

Essas cenas relatadas permitem desdobrar a questão que orientou esta pesquisa: em que medida essas práticas aglutinam paradigmas diferentes de assistência à infância? Assim, pode-se pensar que também nessas cenas ligadas à psiquiatrização há uma sobreposição de modelos ou, mais especificamente, práticas que, embora revestidas do prisma da garantia de direitos, sustentam-se a partir de outros paradigmas.

A cena do encaminhamento de Nino ao neurologista ou a busca incessante de diagnósticos para Pedro são exemplos emblemáticos desse revestimento das práticas. Em ambas, há, à primeira vista, uma tentativa de garantia de direitos, em termos de acesso aos equipamentos e profissionais de saúde supostamente necessários a cada um. Porém, a justificativa da médica ao realizar o encaminhamento de Nino põe em cena um outro

pressuposto, evidenciado na relação feita por ela entre ter um *'passado de rua'* e o encaminhamento. Quem mora na rua tem problemas neurológicos?

Essa relação não é uma exceção. Nesse aspecto, é digno de nota que algumas das Varas de Infância exigiam um laudo neurológico para que os bebês pudessem entrar no cadastro de adoção. Cabe a pergunta sobre quais pressupostos embasavam esse tipo de exigência e quais as expectativas de garantia que atribuíam a esse laudo: que a criança não “dará problemas” quando crescer?

Nessa mesma linha, o número de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional que estão sendo medicalizadas vem aumentando nos últimos anos (Nascimento, Lacaz & Filho, 2010). Situação semelhante se repete em outros serviços da assistência social voltados à infância e adolescência, tais como os de medida socioeducativa que atendem adolescentes em conflito com a lei (Vicentim & Gramkow, 2010), assim como na educação e em outros setores da sociedade³⁰.

Centrando-se nos serviços de assistência voltados à infância e adolescência, as palavras de Donzelot (1980) são precisas na análise: “o lugar da psiquiatria infantil toma forma no vazio produzido pela procura de uma convergência entre os apetites profiláticos dos psiquiatras e as exigências disciplinares dos aparelhos sociais” (p. 105). Assim, o autor delimita os caminhos pelos quais, diante da nova organização da família e da emergência da filantropia, os saberes *psi* passam a responder a partir de um novo lugar.

Formulam-se, assim, a partir dessas cenas, novas questões, de modo a pensar nas relações entre saúde e assistência social nas práticas voltadas à infância em vulnerabilidade. De que maneira o histórico de institucionalização, presente na saúde mental e na assistência à infância, constitui os cotidianos desses serviços? Há uma diferença de paradigmas entre esses dois campos? Como ocorre a transformação de uma criança ou adolescente em vulnerabilidade ou em conflito com a lei para uma criança ou adolescente “psiquiatrizado”? Quais práticas podem permitir outros caminhos a esse labirinto?

Questões que, obviamente, não serão desenvolvidas nesse estudo, mas que apontam para indagações produzidas pelo percurso realizado e que podem se transformar em novas perguntas de estudo e pesquisa.

³⁰ A esse respeito, conferir as discussões realizadas pelo Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (www.medicalizacao.com.br).

Referências:

- AASPTJ-SP/NCA-PUCSP/SAS/Fundação ORSA (2003). *Por uma política de abrigos em defesa de direitos de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: motivos de demanda e qualidade de oferta de serviços de atenção à criança e adolescente sob medida de proteção “abrigo”*. São Paulo: Relatório de pesquisa. Acesso em 23/05/2012. Disponível em: http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/rede/rede_abrigos/abrigosp.pdf
- Amarante, P. (1999). Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: Fernandes, M. I. A.; Scarcelli, I. R.; Costa, E. (orgs). *Fim de Século: ainda manicômios?* São Paulo: IPUSP.
- Baptista, M. V. (org.). (2006). *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras.
- Brasil. LOAS (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social.
- _____. Decreto no 17.943 – *Código de Menores*. 12 de outubro de 1927.
- _____. Lei Federal no 6.697 – *Código de Menores*. 10 de outubro de 1979.
- _____. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- _____. Lei Federal no. 8.069 – *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 13 de julho de 1990.
- _____. *Lei Federal no. 12.010*. Brasília, 03 de Agosto de 2009.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)*. Brasília: 2005.
- _____. *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento – dados preliminares*. 2010 – em andamento. Acesso em: 23/05/2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/encontro-nacional-de-monitoramento-do-suas-2011/arquivos/6/Levantamento%20Nacional%20das%20Crianças%20e%20Adolescentes%20em%20Serviços%20de%20Acolhimento.pdf/view?searchterm=levantamento%20nacional%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20pdf>
- Caponi, S. (2000). *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

- Chambouleyron, R. (2000). Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priori, M. (org.) *História das crianças no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- Conselho Federal de Serviço Social. (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CEFESS.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Conselho Nacional de Assistência Social. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: Autor.
- _____. (2008). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Autor.
- Cruz, L. R. (2006). *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- _____. (2007). Infância abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas: crianças e jovens do século XXI. *Psicologia para América Latina*, n. 9. Acesso em 20/05/2012. Disponível em: <http://psicolatina.org/09/infancia.html>
- Deleuze, G. (1980). Prefácio: a ascensão do social. In: Donzelot, J. *A polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal.
- Donzelot, J. (1980). *A polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, edições Graal.
- Elage, B.; Góes, M.; Fiks, M.; Gentile, R. (2011). *Perspectivas: formação de profissionais em serviços de acolhimento*. São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Endo, P. C. (2005). *A Violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Faleiros, V. P. (2011). Infância e processo político no Brasil. In Rizzini, I.; Pilotti, F. (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Cortez.
- Fávero, E. T., Vitale, M. A. F., Baptista, M. V. (orgs). (2008). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus.
- Fernandes, M. I. A. (2005). *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferrari, R. (2010). *Voluntariado: uma dimensão ética*. São Paulo: Escuta.
- Ferreira, T. (2000). Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. *Psicologia Ciência e Profissão*, 20(1), 2-17.

- Figueiredo, L. C. (1993). *Teorias e Práticas na Psicologia Clínica: um esforço de interpretação*. Palestra apresentada na Mesa Redonda Psicologia/Alternativas, promovida pelo CRP 4 Região, em Belo Horizonte.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In *Psicol. USP*, vol.13, n. 2, pp. 49-68. Recuperado em 08 de dezembro de 2011, da SciELO (Scientific Electronic Library On Line): [www. Scielo.br](http://www.Scielo.br)
- Frayze-Pereira, J. A. (2004). O paciente como obra de arte: uma questão teórico-clínica. In Hermann, F.; Lowenkron, T. (orgs.) *Pesquisando com o método psicanalítico*. Colaboradores Iliana Horta Warchavchik, Luciana Saddi, Magda Guimarães Khouri. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Foucault, M. (1970). *A ordem do discurso*. Aula Inaugural no Colège de France. São Paulo, Edições Loyola.
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [dementia paranoides] relatado em autobiografia [“O caso Schreber”, 1911]. *Obras completas, vol. 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnicas e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2012). Totem e Tabu. (1912-13). *Obras completas, vol. 11: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2010). Introdução ao Narcisismo. (1914). *Obras completas, vol. 12: Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2010). Uma dificuldade da psicanálise (1917). *Obras completas, vol. 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2010). O Inquietante. (1919). *Obras completas, vol. 14: História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2011). O Eu e o Id. (1923). *Obras completas, vol. 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2011). Nota sobre o “bloco mágico” (1925). *Obras completas, vol. 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2011). Prólogo a Juventude Abandonada de Auguste Aichhorn. (1925). *Obras completas, vol. 16: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.

- _____. (2010). O Mal-estar na civilização. (1930). *Obras completas, vol. 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. Tradução e notas Paulo César Souza – São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação Social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, v. 9, n. 2, 11-67. Acessado em 24/07/2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Guará, I. M. F. R. (org.) (2010). *Coleção abrigos em movimento*. São Paulo: Instituto Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Guirado, M. (2009). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. Livre-docência. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- IPEA/DISOC. (2003). *Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC*. Relatório de Pesquisa. No 1. Brasília.
- Kaës, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. (1991) In: *Kaës, R. (Orgs.). A instituição e as instituições*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Koltai, C. (2000). *Política e Psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta.
- Leôncio, W. A. H. (2009). *Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares*. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lévinas, E. (2004). Do Uno ao outro. In: *Entre nós: ensaios de alteridade*. São Paulo, Editora Vozes.
- Marcílio, M. L. (2006). *História Social da criança abandonada*. São Paulo: editora Hucitec.
- Marin, I. S. K. (1998). Instituições e violência: violência nas instituições. In: Levisky, D. (Org.). *Adolescência: pelos caminhos da violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta; FAPESP.
- _____. (2010). *Família, FEBEM e Identidade: o lugar do Outro*. 3ª ed. São Paulo: Escuta.
- Martini, A.; Coelho Junior, N. E. (2010). Novas notas sobre “O Estranho”. *Tempo Psicanalítico*, 42 (2). Acessado em 20/12/2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200006&script=sci_arttext
- Martins, J. S. (1997). O falso problema da exclusão e o problema da inclusão social marginal. In *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Minicelli, M. (2004). *Infancias públicas. No hay Derecho*. Buenos Aires: Noveduc.
- Nascimento, M. L.; Lacaz, A. S.; Alvarenga Filho, J. R. (2010). Entre efeitos e produções: ECA, abrigos e subjetividades. *Barbarói*, n. 33. Acessado em 30/01/2013. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1521/1315>
- Paugam, S. (2007). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In Sawaia, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 7ª edição. Petrópolis, RJ, editora vozes.
- Pino, A. (1990). Direitos e realidade social da criança no Brasil. A propósito do "Estatuto da Criança e do Adolescente". In *Revista Educação & Sociedade*, ano XI, n.36, p.61-79.
- Ribeiro, C. J. (2010). Problematizando o instrumento visita domiciliar. *Sociedade em Debate*, 16 (1), 209-221.
- Rizzini, I. (2011). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 2. ed. Revisada. São Paulo: Cortez.
- Rizzini, I.; Pilotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rizzini, I.; Pilotti, F. (orgs.). 3ª ed. São Paulo, Cortez.
- Rizzini, I. (1993) *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, v.10, n. 2, 205-217. Acessado em 24/07/2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641999000200013&script=sci_arttext
- _____. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista de Psicanálise Textura*, n2.
- Scarcelli, I. R. (1998). *O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental: a experiência do município de São Paulo 1989-1992*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. (2005). *Psicologia Social e Políticas Públicas: pontes e interfaces na promoção de saúde*. Projeto de Pesquisa – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (mimeo).
- _____. (2011). *Entre o Hospício e a Cidade: dilemas no campo da saúde mental*. São Paulo: Zargodoni.
- Scarparo, M. L. D. E. (2008). *Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acessado em 24/07/2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13124/000638351.pdf?sequence=1>

- Serra, L. N. (2011). *Infância perdida: a concepção de “menores anormais” na obra Pacheco e Silva*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, E. R. A. (2004). O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: Silva, E. R. A. (org.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Vicentin, M. C.; Gramkow, G. (2010). Que desafios os adolescentes autores de ato infracional colocam ao SUS? Algumas notas para pensar as relações entre saúde mental, justiça e juventude. In Lauridsen-Ribeiro, E.; Tanaka, O. Y. (orgs.). *Atenção em Saúde mental para crianças e adolescentes no SUS*. São Paulo, Hucitec.
- Winnicott, D. W. (2005). A tendência anti-social. (1956). *Privação e delinquência*. 4ª edição – São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1984).